

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA**

Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento

**ISALTINA SANTOS DA COSTA OLIVEIRA**

**ESTUDOS SOBRE A ORIGEM E A ATUAL PAISAGEM SOCIAL E GEOGRÁFICA  
DOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA TOCANTINENSE**

**TUPÃ**

**2023**

**ISALTINA SANTOS DA COSTA OLIVEIRA**

**ESTUDOS SOBRE A ORIGEM E A ATUAL PAISAGEM SOCIAL E GEOGRÁFICA  
DOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA TOCANTINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Tupã, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Agronegócio e Desenvolvimento

Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Meio Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes

Coorientadores: Prof. Dr. Renato Dias Baptista e Prof. Dr. Diógenes Alencar Bolwerk

**TUPÃ**

**2023**

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Biblioteca e Documentação da FCE – Unesp, Câmpus Tupã:

O48e Oliveira, Isaltina Santos da Costa.  
Estudos sobre a origem e a atual paisagem social e geográfica dos povos indígenas da Amazônia tocantinense. / Isaltina Santos da Costa Oliveira. – Tupã: [s.n.], 2023.  
128 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) –Universidade Estadual Paulista UNESP – Faculdade de Ciências e Engenharia, 2023.

Orientador: Nelson Russo de Moraes  
Coorientador: Renato Dias Baptista  
Coorientador: Diógenes Alencar Bolwerk

1. Culturas Indígenas. 2. Políticas Públicas Indigenistas. 3. Tocantins. 4. Territórios Indígenas. I. Título. II. Autor.

Fonte: Eliana Kátia Pupim, bibliotecária CRB 8 – 6202. Essa ficha não pode ser modificada.

### **Impacto potencial desta pesquisa**

Esta pesquisa destaca a importância do território para os povos indígenas enquanto elemento fundamental para a preservação das tradições e práticas culturais. Aborda transformações e desafios que trazem impactos sociais, culturais e ambientais. Contribui para a desconstrução de estereótipos e para a valorização da diversidade cultural indígena. Assim, aponta para a necessidade de diálogo e respeito ao modo de vida indígena, um caminho essencial para a garantia de direitos.

### **Potential impact of this research**

This research highlights the importance of territory for indigenous peoples as a fundamental element for the preservation of traditions and cultural practices. It addresses transformations and challenges that bring social, cultural and environmental impacts. It contributes to the deconstruction of stereotypes and to the appreciation of indigenous cultural diversity. Thus, it points to the need for dialogue and respect for the indigenous way of life, an essential way to guarantee rights.

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: ESTUDOS SOBRE A ORIGEM E A ATUAL PAISAGEM SOCIAL E GEOGRÁFICA DOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA TOCANTINENSE

**AUTORA: ISALTINA SANTOS DA COSTA OLIVEIRA**

**ORIENTADOR: NELSON RUSSO DE MORAES**

**COORIENTADOR: RENATO DIAS BAPTISTA**

**COORIENTADOR: DIÓGENES ALENCAR BOLWERK**

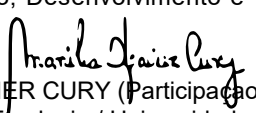
Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Agronegócio e Desenvolvimento, pela Comissão Examinadora:

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** NELSON RUSSO DE MORAES  
Data: 23/02/2023 15:12:27-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Professor Doutor NELSON RUSSO DE MORAES (Participação Virtual)  
Departamento de Gestão, Desenvolvimento e Tecnologia / Faculdade de Ciências e Engenharia - FCE - UNESP - Tupã/SP

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ANGELICA GOIS MORALES  
Data: 23/02/2023 12:39:56-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. ANGELICA GOIS MORALES (Participação Virtual)  
Departamento de Gestão, Desenvolvimento e Tecnologia / Faculdade de Ciências e Engenharia - FCE - UNESP - Tupã/SP

  
Profa. Dra. MARÍLIA XAVIER CURY (Participação Virtual)  
Museu de Arqueologia e Etnologia / Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP

Tupã, 13 de fevereiro de 2023

Dedico a todos os povos indígenas, que seguem há séculos, resistindo e lutando pelos seus direitos, por suas vidas e pela sustentação das florestas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por sempre me abençoar, concedendo-me saúde, força e sabedoria para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao meu querido esposo Marcel Sávio, que sempre esteve ao meu lado, apoiando, incentivando e me compreendendo em muitos momentos de ausência.

Ao meu grande amor, Pedro Sávio. Filho, você foi, em muitos momentos, a minha fortaleza, essencial para que eu pudesse continuar nesta jornada acadêmica.

Aos meus pais, Euclides e Clarice, que tanto amo, obrigada por tudo. Sou muito grata por sempre apoiarem meus estudos e acreditarem em mim. Aos meus irmãos, Bruno, Juninho e Jader, obrigada por sempre estarem ao meu lado. Transmito meus agradecimentos também ao meu sogro Mário, à minha sogra Maria de Lourdes (*in memoriam*), às minhas cunhadas, cunhados, sobrinhas e sobrinhos amados.

Meu muito obrigada ao meu orientador, Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes. Serei sempre grata por cada oportunidade, por cada palavra de incentivo, encorajamento e amizade. Continue sempre fazendo a diferença na vida de seus alunos, assim como fez na minha, ajudando a encarar os novos desafios deste mundo acadêmico com paciência e sabedoria.

Minha eterna gratidão aos meus coorientadores, Prof. Dr. Renato Dias Baptista e Prof. Dr. Diógenes Alencar Bolwerk, por todas as contribuições que foram muito importantes para o desenvolvimento da dissertação. Obrigada professores por compartilharem seus valiosos conhecimentos.

Meus agradecimentos também às queridas Profa. Dra. Angélica Góis Morales e Profa. Dra. Marília Xavier Cury que, gentilmente, aceitaram o convite para comporem a banca no exame geral de qualificação, assim como na defesa pública da dissertação. Agradeço imensamente por cada apontamento, vocês são mulheres inspiradoras para mim.

A todos os docentes do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (PGAD), obrigada por cada partilha, por cada conhecimento transmitido. Agradeço aos colegas do PGAD, em especial aos amigos Ana Maria, Francielli e Fábio e a todos os colaboradores da FCE/UNESP, Câmpus de Tupã, sobretudo ao amigo Fabão.

Aos meus queridos companheiros de trabalho, o meu muito obrigada pelo apoio. Na pessoa da Dona Tamimi David Rayes Borsatto, transmito meus

agradecimentos a toda a equipe do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, em especial, aos meus estimados parceiros do Núcleo de Educação, que sempre estiveram me apoiando e incentivando. Nas pessoas da Angélica Fabbri e Luiz Antônio Bergamo, transmito meus agradecimentos a todos da ACAM Portinari, meu muito obrigada pelo apoio e incentivo. Aprendo muito com vocês e sou muito grata por terem vocês como exemplo e inspiração na trilha museológica e, aqui, estendo meus agradecimentos à Profa. Marília por também me inspirar, incentivar e compartilhar seus conhecimentos neste campo transformador que é o museológico.

Meus agradecimentos aos colegas do GEDGS, obrigada pela parceria, por cada partilha realizada, por cada apoio e pelas energias positivas transmitidas.

Enfim, a todos os familiares e amigos que me apoiaram e que, de alguma maneira, me ajudaram a realizar esta grande conquista. Obrigada!

“O que é feito de nossos rios, nossas florestas, nossas paisagens? Nós ficamos tão perturbados com o desarranjo regional que vivemos, ficamos tão fora do sério com a falta de perspectiva política, que não conseguimos nos erguer e respirar, ver o que importa mesmo para as pessoas, os coletivos e as comunidades nas suas ecologias”  
(KRENAK, 2019, p. 23-24).

OLIVEIRA, Isaltina Santos da Costa. **Estudos sobre a origem e a atual paisagem social e geográfica dos povos indígenas da Amazônia tocanтинense**. 2023. 128 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Tupã, 2023.

## RESUMO

A presente pesquisa foi proposta a partir do complexo cenário de aumento de conflitos no campo, causados pela exploração de riquezas minerais, pelas atividades do agronegócio ou, simplesmente, pelo aumento das áreas privadas no Brasil. Debruçou-se na busca de uma apresentação histórica sobre a temática das transformações sofridas pelos povos originários desde o início da colonização até a consolidação das paisagens contemporâneas em que se encontram. Nesta temática de pesquisa, sobrepõem-se questões de ordem ambiental, social, cultural, econômica e política, as quais recebem contribuições das áreas de História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Arqueologia e Museologia, portanto, realizada a partir de uma perspectiva interdisciplinar sobre o problema posto. Circunscreveu-se como questão central de pesquisa: Como ocorreram a formação e as transformações da atual paisagem social, natural e geográfica dos povos indígenas da Amazônia tocanтинense? A partir deste problema, utilizou-se a tipologia de pesquisa exploratória com descritivo histórico, dentro da abordagem qualitativa, com a utilização de números e dados censitários produzidos por documentos oficiais. Por sua tipologia descritiva, as técnicas principais deste estudo foram a exploração bibliográfica e documental, especialmente pelas limitações impostas pelo tempo pandêmico, que impediram diálogos diretos com integrantes das comunidades indígenas, gestores de políticas públicas e historiadores/pesquisadores. Embora o estado do Tocantins tenha sido esculpido para a promoção do desenvolvimento de toda uma vasta região e para a promoção da qualidade de vida das pessoas, também foi desenhado para ser explorado pelo agronegócio e pela mineração. Integrando a última fronteira agrícola do país, observa-se vasto desmatamento do bioma Cerrado e forte impacto da sociedade hegemônica sobre a vida e o território dos grupos indígenas. A pesquisa que resultou nesta dissertação, narra com criticidade as transformações ocorridas desde as origens até a atual paisagem indígena no estado do Tocantins.

**Palavras-chave:** Culturas Indígenas. Políticas Públicas Indigenistas. Tocantins. Territórios Indígenas.

OLIVEIRA, Isaltina Santos da Costa. **Studies on the origin and current social and geographic landscape of the indigenous peoples of the Tocantins Amazon**. 2023. 128 p. Dissertation (Master in Agribusiness and Development) – São Paulo State University (UNESP), School of Sciences and Engineering, Tupã, 2023.

## **ABSTRACT**

The present research was proposed from the complex scenario of increasing conflicts in the rural setting, whether for the exploitation of mineral wealth, for agribusiness activities or simply for the increase of private areas in Brazil. It focused on the search for a historical presentation on the theme of the transformations suffered by the original peoples since the beginning of colonization, reaching contemporary landscapes. This research presents environmental, social, cultural, economic and political issues based on contributions from the areas of History, Geography, Sociology, Anthropology, Archeology and Museology, within an interdisciplinary perspective on the posed problem. The central research question was: How did the formation and transformations of the current social, natural and geographic landscape of the indigenous peoples of the Tocantins Amazon occur? From this problem, it was implemented an exploratory research typology with descriptive history, within the qualitative approach with the use of numbers and census data produced by official documents. Due to the study descriptive typology, the main techniques employed were the bibliographical and documental exploration, especially due to the restrictions imposed by the pandemic, which prevented direct dialogues with members of indigenous communities, public policy managers and historian/researchers. Although the state of Tocantins was created to promote the development of a vast region and in this region to promote people's quality of life, it was also designed to be exploited by agribusiness and mining. Integrating the last agricultural frontier in the country, the vast deforestation of the Cerrado biome can already be observed, and the strong impact of the hegemonic society on the life and territory of indigenous peoples. The research that evolved in this dissertation, comes to critically narrate the evolutions that occurred from the origins to the current indigenous landscape in the state of Tocantins.

**Keywords:** Indigenous Cultures. Indigenous Public Policies. Tocantins. Indigenous Territories.

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                         |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Quadro 1 – Estrutura da dissertação .....</b>                                                        | <b>35</b> |
| <b>Quadro 2 – Materiais e métodos .....</b>                                                             | <b>39</b> |
| <b>Quadro 3 – Síntese metodológica .....</b>                                                            | <b>40</b> |
| <b>Quadro 4 – Versões do Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes.....</b>                    | <b>50</b> |
| <b>Quadro 5 – Povos indígenas identificados no recorte geográfico e famílias<br/>linguísticas .....</b> | <b>60</b> |
| <b>Quadro 6 – Localização geográfica dos estados em destaque .....</b>                                  | <b>63</b> |
| <b>Quadro 7 – Povos indígenas no Tocantins.....</b>                                                     | <b>66</b> |
| <b>Quadro 8 – Terras indígenas no Tocantins .....</b>                                                   | <b>81</b> |

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                               |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 1</b> – Amazônia Legal brasileira .....                                             | 24  |
| <b>Figura 2</b> – Áreas da pesquisa e Interdisciplinaridade .....                             | 25  |
| <b>Figura 3</b> – Distribuição demográfica indígena brasileira (rural) .....                  | 28  |
| <b>Figura 4</b> – Distribuição demográfica indígena brasileira (urbana) .....                 | 29  |
| <b>Figura 5</b> – Processo demarcatório de terras indígenas .....                             | 32  |
| <b>Figura 6</b> – Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes .....                    | 49  |
| <b>Figura 7</b> – Interface geral da Plataforma Nimuendajú .....                              | 55  |
| <b>Figura 8</b> – Filtros e camadas adicionais .....                                          | 56  |
| <b>Figura 9</b> – Identificação dos povos indígenas no recorte geográfico .....               | 58  |
| <b>Figura 10</b> – Povos indígenas identificados no recorte geográfico e resultados .....     | 59  |
| <b>Figura 11</b> – Bacias hidrográficas na área delimitada .....                              | 62  |
| <b>Figura 12</b> – Identificação dos povos indígenas do Tocantins em outras localidades ..... | 64  |
| <b>Figura 13</b> – Identificação dos povos indígenas no Tocantins .....                       | 65  |
| <b>Figura 14</b> – Povos indígenas do Tocantins e regiões adjacentes .....                    | 71  |
| <b>Figura 15</b> – Povos indígenas na América Latina, Brasil e Tocantins .....                | 80  |
| <b>Figura 16</b> – Localização geográfica do atual estado do Tocantins .....                  | 83  |
| <b>Figura 17</b> – MATOPIBA .....                                                             | 92  |
| <b>Figura 18</b> – Interface da plataforma GeoWeb MATOPIBA .....                              | 93  |
| <b>Figura 19</b> – Biomas no Brasil .....                                                     | 97  |
| <b>Figura 20</b> – Biomas no MATOPIBA .....                                                   | 98  |
| <b>Figura 21</b> – Terras indígenas no MATOPIBA .....                                         | 101 |
| <b>Figura 22</b> – Desmatamento no MATOPIBA .....                                             | 103 |
| <b>Figura 23</b> – Área de desmatamento do Cerrado no Tocantins .....                         | 104 |

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

|          |                                                                                |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------|
| BA       | Bahia                                                                          |
| BDTD     | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações                          |
| CAPES    | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior                    |
| CEPAL    | Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe                            |
| CGG      | Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo                                   |
| CIMI     | Conselho Indigenista Missionário                                               |
| CO       | Centro-Oeste                                                                   |
| CONORTE  | Comissão de Estudos dos Problemas do Norte                                     |
| COVID-19 | <i>Coronavirus Disease 2019</i>                                                |
| EMBRAPA  | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária                                    |
| FAO      | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura               |
| FILAC    | Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe |
| FUNAI    | Fundação Nacional dos Povos Indígenas                                          |
| GEDGS    | Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social                                 |
| GITE     | Grupo de Inteligência e Estratégia                                             |
| GO       | Goiás                                                                          |
| IBGE     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                |
| INDTINS  | Instituto Indígena do Tocantins                                                |
| IPHAN    | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional                         |
| ISA      | Instituto Socioambiental                                                       |
| MA       | Maranhão                                                                       |
| MAPA     | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento                            |
| MHPIV    | Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre                                     |
| MMA      | Ministério do Meio Ambiente                                                    |
| MPI      | Ministério dos Povos Indígenas                                                 |
| MT       | Mato Grosso                                                                    |
| N        | Norte                                                                          |
| NE       | Nordeste                                                                       |
| ODS      | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável                                       |

|        |                                                                                        |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| OIT    | Organização Internacional do Trabalho                                                  |
| OMS    | Organização Mundial da Saúde                                                           |
| ONU    | Organização das Nações Unidas                                                          |
| OPAS   | Organização Pan-Americana da Saúde                                                     |
| PA     | Pará                                                                                   |
| PGAD   | Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento                             |
| PI     | Piauí                                                                                  |
| PIB    | Produto Interno Bruto                                                                  |
| RAD    | Relatório Anual do Desmatamento no Brasil                                              |
| RedeCT | Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais |
| SESAI  | Secretaria de Saúde Indígena                                                           |
| SPI    | Serviço de Proteção ao Índio                                                           |
| SPILTN | Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais                |
| STF    | Supremo Tribunal Federal                                                               |
| SUS    | Sistema Único de Saúde                                                                 |
| TI     | Terra Indígena                                                                         |
| TO     | Tocantins                                                                              |
| UC     | Unidade de Conservação                                                                 |
| UF     | Unidade da Federação                                                                   |
| UFPE   | Universidade Federal de Pernambuco                                                     |
| ZEE-TO | Zoneamento Ecológico-Econômico do Tocantins                                            |
| ZETIs  | Zonas Especiais das Terras Indígenas                                                   |

## APRESENTAÇÃO<sup>1</sup>

Tupãense, até a juventude mantive um conhecimento de que o município recebeu o nome “Tupã” por ser território indígena, no entanto, devido à minha atuação profissional como educadora no Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre (MHPIV)<sup>2</sup> no qual atuo desde 2013, ampliei esse conhecimento e pude me aprofundar acerca das culturas indígenas presentes na região e observar o quanto esses povos indígenas lutam pela manutenção e fortalecimento de suas culturas. Meu trabalho possibilita atuar em parceria com diversos grupos indígenas, por meio de inúmeras ações culturais, de modo a construir uma relação de respeito mútua.

Desde a educação infantil ao ensino médio, estudei em escola pública e, em minha família, fui até então, a única a alcançar o ensino superior, sempre com muito esforço, dedicação e incentivo dos meus familiares. Graduada em Letras (Português e Inglês) e Pedagogia, com Pós-Graduação em Psicopedagogia (Escolar e Empresarial), lecionei por um curto período e me encontrei pessoal e profissionalmente no âmbito museológico, com forte motivação e interesse pela questão indígena. Ao longo da minha trajetória profissional, busquei aperfeiçoar-me e realizei diversos cursos voltados às culturas indígenas e à temática museológica.

Em 2020, conheci e iniciei participação nos encontros, estudos e atividades do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social (GEDGS)<sup>3</sup>, sediado na Faculdade de Ciências e Engenharia, FCE/UNESP, Câmpus de Tupã e, também junto ao grupo, tornei-me membro da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais (RedeCT). As discussões ocorridas de maneira interdisciplinar contribuem para o meu aperfeiçoamento pessoal e

---

<sup>1</sup> Escrita em 1ª pessoa do singular, tendo como objetivo a apresentação e trajetória da autora.

<sup>2</sup> Instituição museal, localizada em Tupã/SP, que “[...] tem como missão preservar, valorizar e comunicar patrimônio histórico e patrimônio etnográfico indígena, em especial o legado de povos do oeste paulista, e promover a reflexão crítica sobre valores humanos e cidadania levando em conta diferentes culturas e interações entre diversos grupos da sociedade”. A gestão do MHPIV é realizada pela Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari (ACAM Portinari), Organização Social de Cultura, em parceria com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo (MHPIV, 2020b). A ACAM Portinari apresenta “[...] como principal objetivo o desenvolvimento da área cultural, particularmente a museológica, através da colaboração técnico-operacional e financeira” (ACAM PORTINARI, 2021).

<sup>3</sup> Grupo que possui característica interdisciplinar, tendo por finalidade a construção de conhecimentos contributivos para a resolução de problemas da sociedade contemporânea, principalmente pela promoção de estudos, pesquisa e extensão alinhados a determinadas temáticas. Dentre as importantes atuações do GEDGS, destaca-se a Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais (RedeCT) (GEDGS, 2020).

profissional, suscitando motivação a pesquisar e a aprofundar o conhecimento acerca dos povos originários, que desde 1500 resistem por suas vidas, territórios e manutenção de suas tradições culturais.

A relação com os povos indígenas é transformadora e nos sensibiliza, pois, esses povos são resistentes, resilientes e contribuem de maneira efetiva na preservação ambiental. Valorizar as culturas indígenas é valorizar a vida de todos os seres.

## SUMÁRIO

|                                                                                                    |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                                          | <b>19</b> |
| <b>1.1 Descrição do tema .....</b>                                                                 | <b>19</b> |
| <b>1.2 Justificativa .....</b>                                                                     | <b>25</b> |
| <b>1.3 Objetivos da pesquisa .....</b>                                                             | <b>34</b> |
| 1.3.1 Objetivo geral.....                                                                          | 34        |
| 1.3.2 Objetivos específicos .....                                                                  | 34        |
| <b>1.4 Estrutura da dissertação .....</b>                                                          | <b>35</b> |
| <b>2 METODOLOGIA .....</b>                                                                         | <b>37</b> |
| <b>2.1 Procedimentos metodológicos.....</b>                                                        | <b>37</b> |
| <b>2.2 Recorte geográfico e temporal .....</b>                                                     | <b>40</b> |
| <b>3 BRASIL INDÍGENA NOS PRIMEIROS SÉCULOS DE COLONIZAÇÃO .....</b>                                | <b>42</b> |
| <b>3.1 Aproximação ao campo da arqueologia e antropologia indígena .....</b>                       | <b>42</b> |
| <b>3.2 O Mapa Etno-Histórico e a contribuição de Curt Nimuendajú .....</b>                         | <b>46</b> |
| 3.2.1 Curt Nimuendajú (Curt Unkel - 1883-1945) .....                                               | 51        |
| 3.2.2 Mapa interativo da Plataforma Nimuendajú .....                                               | 53        |
| 3.2.3 Área geográfica abrangida nas adjacências do Tocantins.....                                  | 57        |
| <b>4 OS POVOS INDÍGENAS DO TOCANTINS: ORIGENS E CONFORMAÇÕES TERRITORIAIS CONTEMPORÂNEAS .....</b> | <b>79</b> |
| <b>4.1 Povos e terras indígenas presentes no Tocantins.....</b>                                    | <b>79</b> |
| 4.1.1 O povo Apinajé .....                                                                         | 84        |
| 4.1.2 O povo Avá-Canoeiro .....                                                                    | 84        |
| 4.1.3 O povo Gavião Akrãtikatêjê .....                                                             | 85        |
| 4.1.4 O povo Guarani Mbya.....                                                                     | 85        |
| 4.1.5 O povo Javaé.....                                                                            | 86        |
| 4.1.6 O povo Karajá.....                                                                           | 86        |
| 4.1.7 O povo Karajá do Norte (Xambioá).....                                                        | 87        |
| 4.1.8 O povo Krahô.....                                                                            | 87        |
| 4.1.9 O povo Krahô-Kanela .....                                                                    | 88        |
| 4.1.10 O povo Pankararu.....                                                                       | 89        |

|                                                                  |            |
|------------------------------------------------------------------|------------|
| 4.1.11 O povo Tapirapé .....                                     | 89         |
| 4.1.12 O povo Xerente.....                                       | 90         |
| <b>4.2 MATOPIBA: A última fronteira agrícola do Brasil .....</b> | <b>91</b>  |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                              | <b>108</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                          | <b>115</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Apresentam-se nesta seção, a descrição do tema, o problema de pesquisa, as questões norteadoras, a justificativa em sua aproximação à linha de pesquisa Desenvolvimento e Meio Ambiente, do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (PGAD), os objetivos (geral e específicos) e a estrutura da dissertação.

### 1.1 Descrição do tema

Os estudos sobre território como um local central da vida são fundamentais, uma vez que o território é imprescindível para a reprodução física, cultural, ambiental, social e econômica dos povos originários, sendo um espaço essencial onde mantêm seus costumes tradicionais, saberes e expressões culturais.

O modo de ser indígena, assim como seu *modus vivendi* (modo de viver) em sociedade, caracteriza-se pelo sentimento de pertencimento ao território, bem como aos elementos existentes nesse âmbito (RODRIGUES, 2007). Deste modo, a territorialidade para os grupos indígenas se configura como fator de identificação, protagonismo, luta e defesa de seus direitos. Rodrigues (2007, p. 200) salienta que o território indígena é considerado “[...] como um espaço fortalecedor de sua identidade étnica e de reconhecimento enquanto pertencente a um universo diverso” à sua perspectiva de vida.

Para aspectos relativos à reprodução cultural, socioambiental e física, é importante enfatizar que os povos originários precisam dos territórios próprios e, por terem seus direitos ameaçados, se articulam, se unem e vão à luta. Os desafios são inúmeros e esses grupos buscam constantemente a preservação territorial, a garantia de seus direitos, bem como a manutenção e fortalecimento cultural e tradicional.

Concernente ao pensamento de Santos (1999, p. 18), “[...] o território não pode ser uma categoria de análise, tem de ser considerado território usado”, compreendendo que, na realidade, deve-se considerar o território ocupado como local que está em processo, em mudança. O geógrafo nos traz reflexões sobre a atribuição de territorialidade, questionando se essa é caracterizada pelo território ou por quem a ocupa (SANTOS, 1999).

Com relação à manutenção sociocultural e ambiental, observa-se o esforço contínuo dos povos originários em preservar tradições e costumes herdados de seus antepassados. Todavia, diversas causas impactam esse processo de revitalização e manutenção. Dentre muitos fatores, há nos territórios indígenas a exploração das riquezas naturais, desmatamento, mineração, o uso inadequado e indiscriminado de fertilizantes e agrotóxicos, poluição de solos e rios, entre muitos outros, o que vêm causando inúmeros problemas sociais, ambientais e culturais que afetam diretamente os grupos originários.

Neste sentido, observa-se que os povos indígenas têm uma relação intensa com a natureza, demonstrando preocupação e engajamento na proteção de suas paisagens. Para tanto, pode-se considerar que os povos originários “[...] praticam a consciência ambiental” (ALMEIDA; VIDAL, 2021, p. 46).

Santos (2006, p. 66) define a paisagem como o “[...] conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. No entendimento do estudioso, a paisagem representa parte da conformação territorial e existe por intermédio de suas configurações, que surgiram em diferentes períodos históricos, mas que ainda coexistem. Destaca, ainda, a relevância de elucidar como ocorreu o processo de modificação da paisagem no decorrer do tempo para a compreensão de sua aparência atual, a qual é resultante do processo histórico e social (SANTOS, 2006).

Conforme explicitam e corroboram Diegues e Arruda (2000, p. 8), “a paisagem pode ser considerada como um mosaico de habitats, desde os menos tocados pela ação humana até aqueles que sofreram uma atividade humana intensa”. Os autores apontam considerações de ecólogos da paisagem que ressaltam a importância de manter os “processos ecológicos” e a “diversidade biológica”, sobretudo dos territórios tradicionais, locais habitados por comunidades que necessitam e dependem dos recursos da natureza. Na relação entre sociedade e natureza, a paisagem se relaciona à “[...] história humana e natural [...]” (DIEGUES; ARRUDA, 2000, p. 8).

De forma conectada e adaptada ao meio ambiente, os povos indígenas compartilham o território e a sustentação propiciada por este entre si e seus coletivos, inclusive com baixo impacto antrópico. Por terem uma relação de respeito com o meio ambiente, os povos originários utilizam de forma equilibrada e sustentável as riquezas naturais disponíveis em seus territórios.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a maneira como as comunidades indígenas vivem é um importante exemplo para todos, pois, mesmo correspondendo a apenas 5% da população do mundo, os indígenas são considerados “[...] gestores vitais do meio ambiente” (FAO, 2019). Os grupos indígenas nos trazem grandes lições referentes ao zelo com os ecossistemas e preservação dos biomas (FAO, 2019).

A partir do relatório “Estado dos Povos Indígenas no Mundo de 2021”, a Organização das Nações Unidas (ONU) relata que os grupos indígenas preservam em seus territórios 80% da biodiversidade do planeta (ONU, 2021). Referente ao desmatamento na Amazônia Legal, destaca-se que os territórios dos povos originários apresentam “[...] o menor índice” (FUNAI, 2014).

O documento da ONU evidencia que os indígenas são os melhores guardiões das florestas. Myrna Cunningham, indígena, médica e presidente do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (FILAC), enfatiza o desempenho expressivo dos povos originários na proteção das florestas, destacando que nas áreas indígenas, a floresta intacta diminuiu 4,9% no período de 2000 a 2016, enquanto nas áreas não indígenas, essa diminuição foi de 11,2% (ONU, 2021).

Cabe salientar os dizeres de Davi Kopenawa, liderança do povo Yanomami, acerca da relação harmoniosa dos povos indígenas com a floresta: “Somos habitantes da floresta, [...] sabemos que eles [antepassados] permanecem ao nosso lado na floresta e continuam mantendo o céu no lugar” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 78-79).

Em relação aos outros povos tradicionais, os povos indígenas, embora compartilhem características semelhantes relativas à biodiversidade, apresentam diferenças consideráveis, visto que possuem linguagem própria e uma história sociocultural diferente, que remontam a um período anterior ao da sociedade nacional (DIEGUES; ARRUDA, 2000).

Assim como Diegues e Arruda (2000), Moraes *et al.* (2017) trazem várias reflexões sobre as comunidades tradicionais, apontamentos que são contributivos para o entendimento de elementos culturais desses grupos. A sociabilidade, assim como compreensão e descrição dos *modus vivendi* de diversos povos tradicionais brasileiros, “[...] é um desafio acadêmico que, como produto, contribui para a

instrumentalização do legítimo reconhecimento destes grupamentos frente à sociedade nacional e às legislações brasileiras” (MORAES *et al.*, 2021, p. 118).

No Brasil, há uma pluralidade de culturas. Brandão (2015) discute sobre comunidades tradicionais e nos aproxima de pesquisas relacionadas a esses grupos, assim como seus sistemas de saberes, pois há múltiplos significados para a palavra comunidade.

Brancaleone (2008) faz uma análise específica a respeito das duas categorias observadas na obra de Ferdinand Tönnies, “Comunidade e Sociedade”. Oliveira (1998) ressalta que Tönnies denomina por comunidade uma maneira particular de relações humanas em que a natureza se baseia num conjunto relativo aos estados afetivos, tradições e hábitos que se contrapõem à sociedade. Neste sentido, vem a ser uma forma de relação na qual a natureza, ao oposto, se funda ao interesse individualizado e racional das pessoas. Para tanto, tem-se a afetividade e não a contratualidade ou o capital como centralidade (TÖNNIES, 1957).

Historicamente, os povos originários sofreram de maneira violenta inúmeras transformações culturais e sociais. Após muitos conflitos, massacres e lutas, é relevante apontar que os povos indígenas tiveram garantidos alguns direitos referentes à terra, cultura e educação. No artigo 231 da Constituição da República Federativa de 1988, em seu § 1º, aos indígenas são reconhecidos:

[...] sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (BRASIL, 1988).

Ailton Krenak, uma importante liderança indígena, conhecido também como ambientalista, filósofo e escritor, nos indica que eles, os indígenas, discutiram “[...] durante mais de dois anos aquele princípio que está no Artigo 231 da Constituição, que cria uma profunda identidade indissolúvel entre povo e território” (KRENAK, 2022, p. 48).

Contudo, muitos desses direitos ainda não são respeitados e muitos dos determinantes constitucionais não foram implementados até hoje. Sobre o direito à terra, desde sempre houve interesses capitais por trás das investidas sobre territórios

originários, surgindo assim, muitos conflitos no campo, de modo geral, e, em específico, dentro de territórios indígenas.

Embora os desafios estejam presentes em todo o país, a pesquisa apresenta como foco o Tocantins (TO), o mais novo estado da Federação, com 139 municípios. Em concordância com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>4</sup>, a população estimada do estado é de 1.607.363 pessoas, em uma área territorial de 277.423,627 km<sup>2</sup> (IBGE, 2021).

O estado possui localização estratégica no centro do país, e é pertencente à Amazônia Legal brasileira<sup>5</sup>, conforme figura 1. Tocantins localiza-se na região Norte do país, onde faz divisa com seis estados brasileiros (Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Piauí), com integração às regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Foi criado em 1988, a partir da divisão do antigo estado de Goiás e possui rica biodiversidade, vastos territórios e uma diversidade cultural expressiva de povos tradicionais<sup>6</sup>, tendo dentre essa representação, os povos indígenas.

---

<sup>4</sup> O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma instituição de pesquisa do Brasil tendo mais de 80 anos de existência. O IBGE realiza pesquisas que visam conhecer a população brasileira, assim como suas características. Desde 1991, o IBGE elabora dados acerca dos povos originários e de seus modos de vida (IBGE, 2022).

<sup>5</sup> A Amazônia Legal é integrada por nove estados brasileiros: Acre, com 22 municípios; Amapá, com 16; Amazonas, 62; Mato Grosso, 141; Pará, 144; Rondônia, 52; Roraima, 15; Tocantins, 139; e parte do Maranhão, com 181 municípios, dos quais 21 foram parcialmente integrados, totalizando 772 municípios. Ocupa atualmente 5.015.068,18 km<sup>2</sup>, o que compreende aproximadamente 58,9% do território do país, 8.510.295,914 km<sup>2</sup> (IBGE, 2020).

<sup>6</sup> A terminologia “Povos Tradicionais” abarca os povos originários que, no caso brasileiro, são os indígenas em suas etnias e gerações e as comunidades tradicionais que são representadas pelas comunidades caiçaras, faxinalenses, geraizeiras, povos de terreiro, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhas, entre outras.

**Figura 1** – Amazônia Legal brasileira



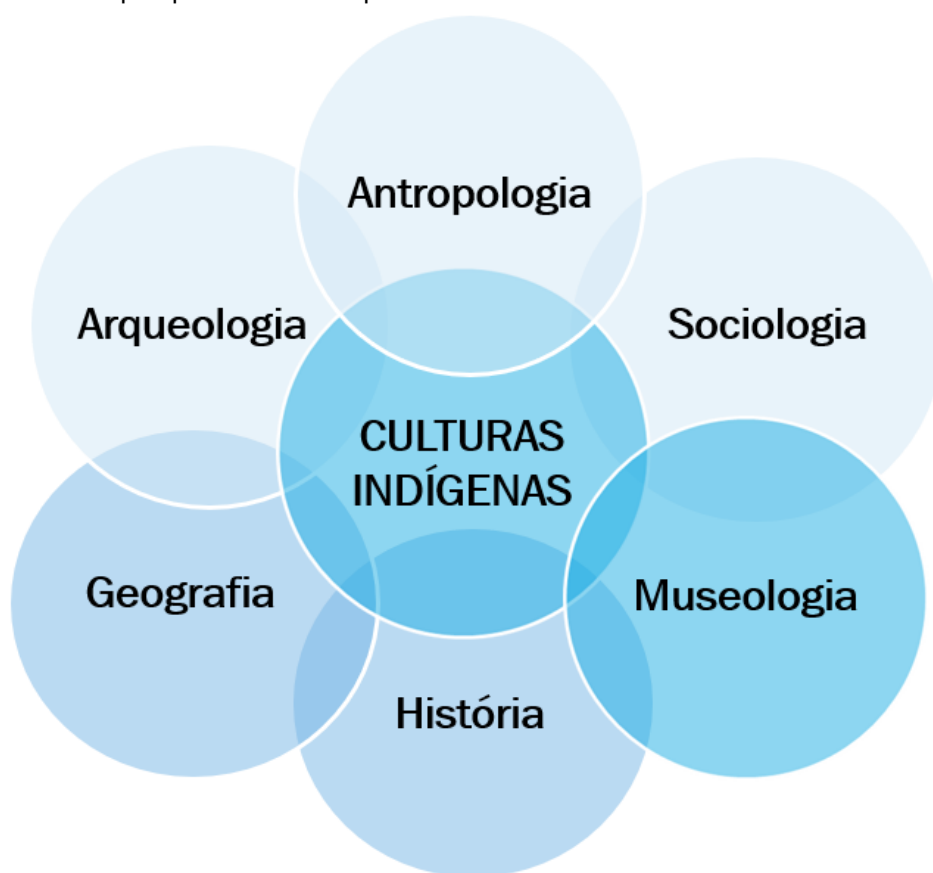
Fonte: IBGE (2020).

Concernente aos aspectos apresentados, estruturou-se o seguinte problema: Como ocorreram a formação e as transformações da atual paisagem social, natural e geográfica dos povos originários da Amazônia tocantinense?

A partir deste problema, apresentam-se, historicamente, as transformações sofridas pelos povos originários desde o início da colonização europeia, com isso, chegando às paisagens contemporâneas, tendo como base uma pesquisa preciosa e respeitada realizada por Curt Nimuendajú, a qual resultou em uma das mais importantes obras cartográficas no que diz respeito aos povos originários no país, o Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes.

Na tentativa de responder ao questionamento apresentado, considera-se pertinente ressaltar que a pesquisa proposta intersecta questões de ordem ambiental, social, cultural, econômica e política a partir de contribuições das áreas de História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Arqueologia e Museologia. Na busca de subsídios teóricos nas diversas áreas citadas, a pesquisa foi elaborada dentro de uma abordagem qualitativa e de perspectiva interdisciplinar, como evidenciado na figura 2:

**Figura 2 – Áreas da pesquisa e Interdisciplinaridade**



Fonte: Elaborado pela autora.

Referente às questões norteadoras que auxiliaram na estruturação da pergunta central desta pesquisa, importa destacar:

- A)** Quais eram os povos indígenas da região do estado do Tocantins e regiões circunvizinhas?
- B)** De modo geral, como viviam e vivem os povos indígenas do Tocantins, em relação à cultura, ao território e a sua relação com o meio ambiente?
- C)** Na região abordada na pesquisa, quais foram os principais movimentos territoriais (processos migratórios) dos povos indígenas após o início da colonização europeia?

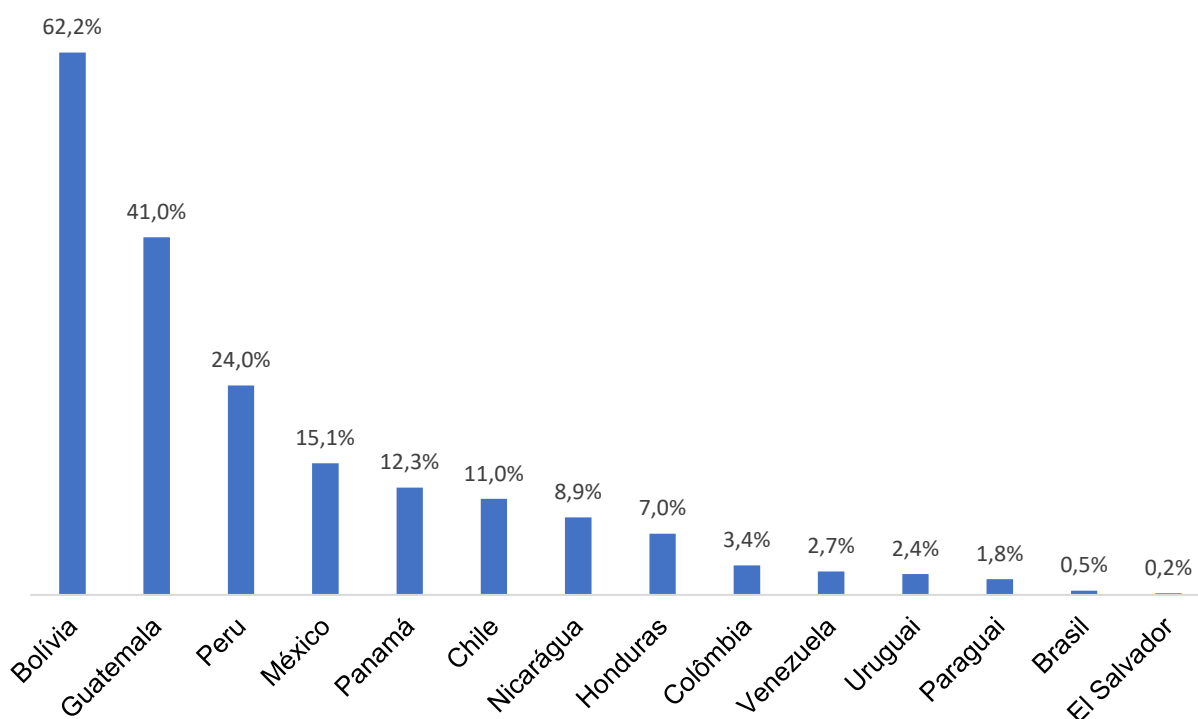
## **1.2 Justificativa**

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas, há na América Latina 826 povos indígenas, representando, em 2010, uma população de aproximadamente 45 milhões (correspondendo a 8,3% da população total da região),

que se caracteriza por sua extensa diversidade demográfica, social, territorial e política, considerando “[...] desde povos em isolamento voluntário até sua presença em grandes assentamentos urbanos” (CEPAL, 2015).

De acordo com o gráfico 1, tem-se a seguinte representação populacional indígena: Bolívia, com 62,2%; Guatemala, 41%; Peru, 24%; México, 15,1%; Panamá, 12,3%; Chile, 11%; Nicarágua, 8,9%; Honduras, 7%; Colômbia, 3,4%; Venezuela, 2,7%; Uruguai, 2,4%; Paraguai, 1,8%; Brasil, 0,5% e El Salvador, com 0,2% (CEPAL, 2015).

**Gráfico 1 – Povos Indígenas na América Latina**



Fonte: Elaborado pela autora com base em CEPAL (2015).

Referente à quantidade de grupos indígenas, o Brasil possui número superior, sendo 305, posteriormente, a Colômbia, com 102; Peru, 85; México, 78 e Bolívia, com 13. Na outra extremidade, estão Costa Rica e Panamá, considerando nove povos indígenas em cada país, seguido por El Salvador, com três e Uruguai, com dois (CEPAL, 2015).

De acordo com a Fundação Nacional do Povos Indígenas<sup>7</sup> (FUNAI), a situação populacional indígena, desde 1500 até a década de 1970, apresentou

<sup>7</sup> Órgão federal responsável pela política indigenista brasileira que passou a ser denominado por Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). A modificação se apresenta na Medida Provisória

redução acentuada e muitos grupos foram extintos, o que trouxe preocupação, já que isso “[...] passou a ser visto como uma contingência histórica, algo a ser lamentado, porém inevitável”. Contudo, nas últimas décadas do século passado, essa situação se alterou, ocorrendo o crescimento populacional desses grupos (FUNAI, 2013).

Sobre o caso brasileiro, a diversidade de culturas indígenas é ampla e rica. Consoante ao apresentado anteriormente, tal diversidade, segundo aponta o Censo Demográfico de 2010<sup>8</sup>, é constituída por 305 povos e 274 línguas (IBGE, 2012). Os povos originários são diferentes na língua, no saber, no fazer, entre outros aspectos. Cada povo indígena tem seu singularismo cultural, seu particularismo histórico, teoria abordada por Franz Boas, que “[...] temia generalizações das culturas” (SEEMAN, 2005, p. 11).

Convém apontar que não é adequado mencionar os termos “índio” e “tribo” ao se referir aos indígenas. Munduruku (2019, p. 8), explicita que atualmente, “[...] tratar alguém de índio pode parecer uma ofensa grave”, já que o tratamento pode ser realizado pelo nome do povo pertencente a cada indígena. Munduruku (2019) ressalta que ao realizar o tratamento adequado, ocorre a valorização da diversidade cultural dos povos indígenas. Alusivo ao termo “índio”, é aconselhável que seja substituído por “indígena” ou pelo nome do povo originário. Já relativo à “tribo”, o termo pode ser substituído por “povo, nação ou etnia”, sendo considerados mais apropriados, pois “[...] expressam melhor a diversidade étnica, cultural, social e linguística dos nativos brasileiros” (MUNDURUKU, 2019, p. 9).

Diante do exposto, é importante contextualizar a maneira adequada de mencionar alguns termos que se referem aos povos originários, pois muitas vezes são reverberados pela sociedade de modo errôneo, e assim, acabam “[...] reforçando estereótipos” (MHPIV, 2022).

Segundo o Censo Demográfico de 2010, da totalidade de 896.917 indivíduos que se declararam ou se consideraram indígenas no Brasil, 572.083 (63,8%) residiam em área rural e 324.834 (36,2%) em área urbana. Ressalta-se que

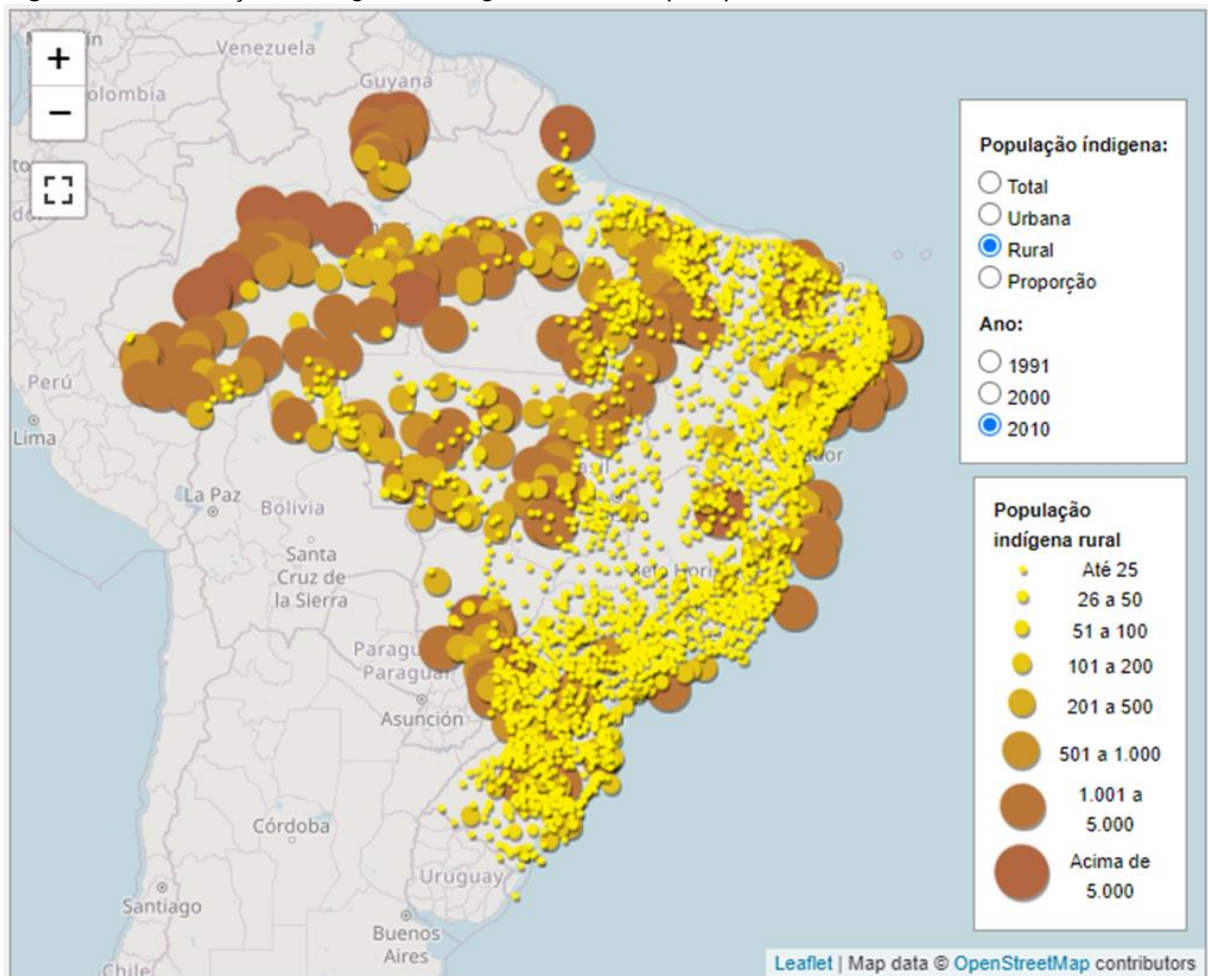
---

nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, que determina a organização dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios (FUNAI, 2023). Joenia Wapichana, pertencente ao povo Wapichana, da comunidade indígena Truaru da Cabeceira, na região do Murupu, da Terra Indígena Truaru, município de Boa Vista que fica no estado de Roraima, foi a primeira deputada indígena do Brasil entre 2018 e 2022 e em, 2023 foi nomeada para presidir a FUNAI (WAPICHANA, 2023).

<sup>8</sup> O Censo Demográfico se refere a uma pesquisa realizada a cada 10 anos pelo IBGE para registrar toda a população do Brasil, assim como produzir um quadro completo dos brasileiros e seus domicílios. A pesquisa é considerada a única que abrange todos os municípios do país e nos apresenta a quantidade de indígenas residentes no Brasil, quais suas etnias e línguas faladas (IBGE, 2022).

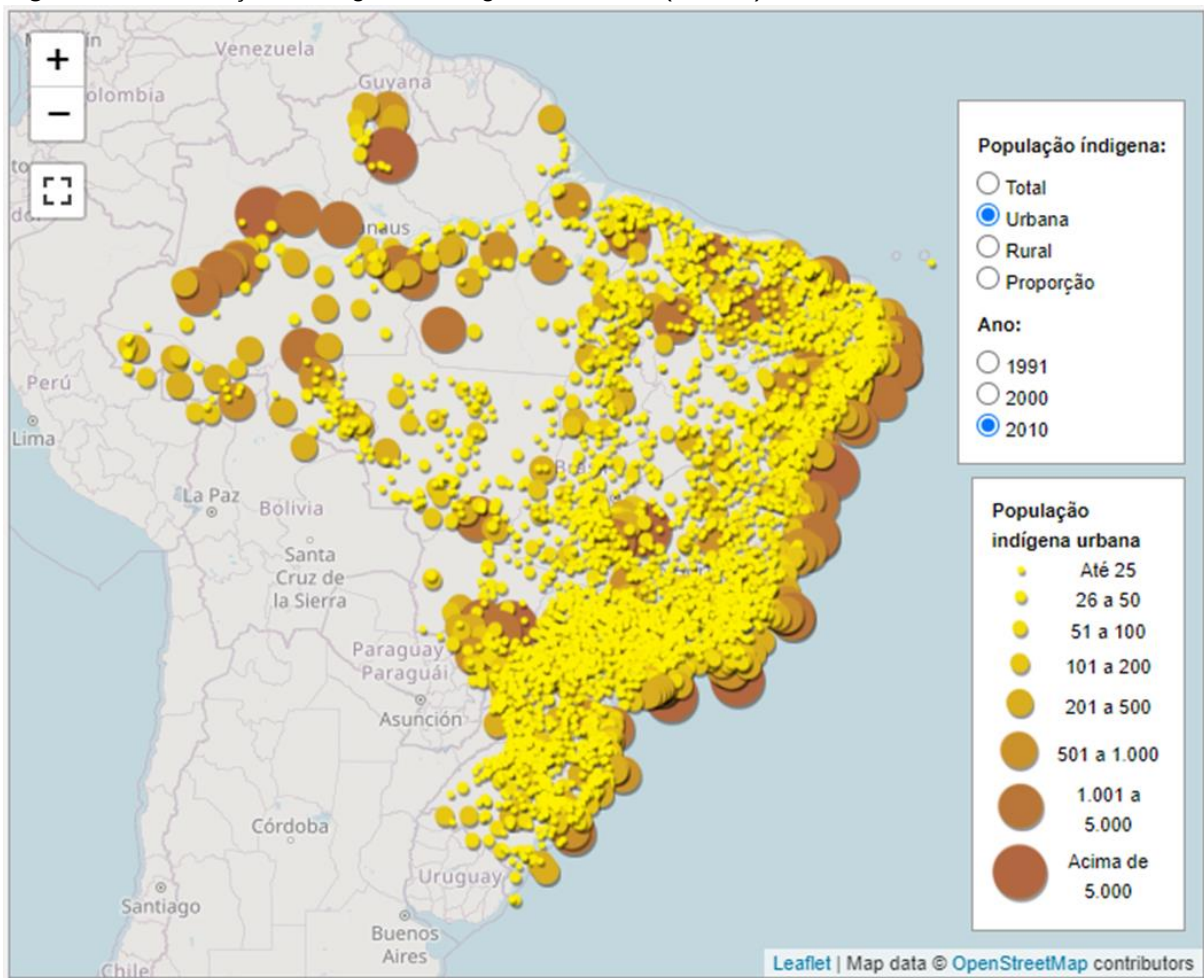
517.383 indígenas (57,7% da totalidade de indígenas) viviam em terras indígenas (TIs) oficialmente reconhecidas e, nessa amostra, 251.891 (48,7%) pertenciam à região Norte, tal como aponta o IBGE (2010b). As figuras 3 e 4 apresentam a distribuição demográfica indígena brasileira (rural e urbana):

**Figura 3 – Distribuição demográfica indígena brasileira (rural)**



Fonte: IBGE (2010b).

**Figura 4 – Distribuição demográfica indígena brasileira (urbana)**



Fonte: IBGE (2010b).

Desde 1991, os indígenas fazem parte do Censo Demográfico do país. Contudo, observa-se que, somente no Censo de 2010 foi realizada a primeira pesquisa que procurou registrar a diversidade de etnias e línguas indígenas existentes no território brasileiro. Sobre o mais recente Censo Demográfico, referente ao ano de 2022, alguns aspectos alusivos aos povos originários foram incluídos, como a consulta prévia aos representantes indígenas (FUNAI, 2022b).

Cabe destacar a relevância de consultar os povos indígenas, conforme estabelecido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No artigo 6º consta:

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:
  - a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente (OIT, 1989).

Para a realização do Censo 2022, ocorreram participações dos indígenas em audiências públicas em sete localidades do Brasil. Antes de iniciar a pesquisa, os recenseadores realizaram, juntamente com as lideranças comunitárias, uma reunião de abordagem (IBGE, 2022). Segundo aponta o IBGE (2022), o questionário relativo à abordagem em agrupamento indígena também é considerado um avanço. O papel desse instrumento de pesquisa consiste em ser aplicado no momento em que acontece a reunião de abordagem com as lideranças comunitárias, tendo como preferência, ser realizada anteriormente ao início da coleta domiciliar.

Nessa pesquisa de abordagem, constam “[...] a identificação de dados de infraestrutura, recursos naturais, educação, saúde e hábitos relativos àquela aldeia ou comunidade”, o que contribui para o levantamento de informações consideradas importantes acerca da realidade socioterritorial de cada grupo. Para tanto, é imprescindível que o informante seja a liderança política da comunidade indígena e, no caso de ausência desse representante, outros indígenas pertencentes ao agrupamento poderão responder, de preferência, uma vice-liderança, professores e agentes de saúde ou saneamento (IBGE, 2022).

Para maior entendimento dos novos procedimentos adotados, apresentam-se as etapas de coleta de dados para os povos indígenas. Essas etapas consistem na explicação do Censo Demográfico para as lideranças indígenas, de maneira a sensibilizá-los a permitirem o acesso dos recenseadores aos territórios. Em seguida, a aplicação de um questionário sobre o território ou a comunidade, e por fim, a visita a todas as habitações, para assim, realizar as entrevistas com as famílias que residem no local (IBGE, 2022).

Salienta-se que o protocolo de saúde estabelecido para o procedimento de coleta foi definido em conjunto entre a FUNAI, SESAI<sup>9</sup> e IBGE, de forma a serem observadas todas as medidas estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), incluindo a vacinação completa contra a *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19), testagem e, em algumas situações peculiares, a realização de quarentena (IBGE, 2022).

Mediante às informações citadas sobre os dados censitários, é válido notar que, historicamente, sempre houve consideráveis desafios para contabilizar e

---

<sup>9</sup> “A Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) é responsável por coordenar e executar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e todo o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) no Sistema Único de Saúde (SUS)” (SESAI, 2022).

apresentar os números atualizados acerca dos indígenas no Brasil. Assim como aponta Krenak (2022), no final da ditadura, o Estado mencionava por decreto que os indígenas já haviam desaparecido do território brasileiro, ocorrendo dessa maneira contradição, visto que os sertanistas, ao abrirem rodovias na Amazônia, encontraram diversos grupos indígenas.

Por essa razão, compreende-se que a ausência de dados acerca dos povos originários era intencional, para manter a ideia de que os indígenas estavam desaparecendo, assim dizendo, não era conveniente levantar informações sobre esses povos, o que resultava na ocultação desses dados e, conseqüentemente, na invisibilidade da realidade indígena brasileira. “Naquele tempo, a contagem era regressiva. Todo o aparelho de Estado estava voltado para essa contabilidade de fim do mundo” (KRENAK, 2022, p. 45-46). O indígena cita que até na década de 1980, a contagem oficial era de aproximadamente “[...] 130 mil indígenas cadastrados, inventariados pela Funai” (KRENAK, 2022, p. 46).

A antropóloga e demógrafa Marta Maria Azevedo (2023), importante referência quanto aos estudos demográficos dos grupos indígenas na contemporaneidade, aponta que “[...] a população dos povos indígenas é a população que mais cresce no Brasil [...] os povos indígenas na América Latina estão em crescimento vegetativo mais alto do que a população não indígena” (AZEVEDO, 2023, p. 56). Para tal, destaca-se a importância da realização de levantamentos sobre essas informações, para que os povos indígenas não tenham seus dados invisibilizados, assim como foram, de acordo com a história.

Acentua-se que, no dia três de abril de 2023, o IBGE informou um dado preliminar, indicando que o Censo Demográfico registrava, até o momento, 1.652.876 indígenas no país. Após à coleta de dados, será realizada a etapa referente ao tratamento estatístico, o que pode acarretar em um aumento no número apresentado, já que o resultado definitivo será divulgado posteriormente (IBGE, 2023).

No tocante às terras indígenas, com base nas informações apresentadas pelo Instituto Socioambiental (ISA), há no Brasil, 731 terras indígenas em diversas fases de processo demarcatório (ISA, 2021c), sendo: 124 “Terras em estudo por grupo de trabalho nomeado pela Funai, incluindo seis terras interditadas para grupos em isolamento voluntário”, ou seja, terras em identificação; 43 “Terras com relatório de estudo aprovado pela presidência da FUNAI”, isto é, identificadas; 74 “Terras declaradas pelo Ministro da Justiça”, chamadas de declaradas; e 490 “Terras

homologadas pela Presidência da República, adquiridas pela União ou doadas por terceiros”, homologadas e reservadas (ISA, 2021c). Estão presentes em todos os biomas, tendo uma representação de 13,75% do território brasileiro (FUNAI, 2021).

A Funai estabelece que as fases de procedimento demarcatório, estabelecidas por ato do Presidente da República, ocorram conforme a figura 5:

**Figura 5 – Processo demarcatório de terras indígenas**



Fonte: Elaborado pela autora com base em FUNAI (2021).

A distribuição referente às terras indígenas homologadas/regularizadas por região administrativa, segundo a FUNAI (2021), refere-se a 54% na região Norte, 19% no Centro-Oeste, 11% no Nordeste, 10% Sul e 6% no Sudeste.

É relevante apontar que “aldeia” e “terra indígena” não possuem o mesmo conceito. A FUNAI (2022a) especifica que terra indígena é considerada um território maior “[...] que pode englobar várias aldeias, e tem seus limites definidos pelo Estado a partir de estudos e procedimentos administrativos previstos na legislação brasileira”,

já aldeia, é considerada “[...] a unidade política característica dos povos indígenas, refletindo sua forma de organização social e mantendo uma dinâmica que é própria de cada comunidade”. Neste sentido, considera-se que uma terra indígena pode abarcar diversas aldeias, habitadas por um ou mais povos indígenas.

Como já explicitado, as comunidades indígenas brasileiras, em sua imensa maioria, situam-se dentro das terras indígenas, em ambientes ou áreas rurais. No caso específico do recorte desta pesquisa, o estado do Tocantins, as aldeias indígenas estão localizadas nas terras indígenas oficiais, todas rurais. Assim, a ruralidade e as relações do ser humano com a terra e demais recursos da natureza para produção cultural de seus territórios são o cerne dos trabalhos desta pesquisa, vinculando-se fortemente à linha: Desenvolvimento e Meio Ambiente, do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (PGAD), da Faculdade de Ciências e Engenharia (FCE/UNESP), Câmpus de Tupã.

Respectivamente à linha de pesquisa mencionada, buscou-se propiciar contribuições para a melhor compreensão das relações do ser humano com o meio ambiente a partir das considerações territoriais, socioambientais e culturais, dentro da especificidade de povos indígenas amazônicos tocantinenses.

Buscou-se a interação entre diversas áreas de conhecimentos, de modo interdisciplinar, visando o objetivo comum de produção de conhecimento a serviço da sociedade, bem como a contribuição ao Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social (GEDGS).

A pesquisa foi proposta a partir do complexo cenário de aumento de conflitos no campo, seja para a exploração de riquezas minerais, para as atividades do agronegócio ou simplesmente para o aumento das áreas privadas no Brasil. Assim, a pesquisa é contributiva aos estudos e análises das questões ambiental, social, cultural, econômica e política, já que o estudo proposto traz elementos sob várias óticas. Visou contribuir com o debate acadêmico, comunidades indígenas e sociedade em geral, pois o debate coopera na busca e reflexão do reconhecimento das diversidades culturais indígenas.

Para isso, vale notar que não há vasta produção acadêmica sobre a temática em questão, o que denota a importância desse estudo para o fortalecimento cultural dos povos indígenas, que estão assumindo o protagonismo, retomando e reivindicando suas narrativas e direitos, em específico, os povos indígenas do Tocantins.

Desta forma, a pesquisa proposta objetivou também contribuir e refletir acerca dos ODS<sup>10</sup>, sobretudo o 11º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, Cidades e Comunidade Sustentáveis que busca “tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”, com foco no item 11.4, que visa “fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural do mundo”, assim como o 15º ODS, Vida Terrestre, que objetiva “proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade” (ONU, 2021).

Após descrever o contexto e a relevância da pesquisa, apresentam-se os objetivos deste estudo, contributivos para a compreensão do problema em questão.

### **1.3 Objetivos da pesquisa**

A partir do problema circunscrito e das questões norteadoras, foram estruturados os seguintes objetivos:

#### **1.3.1 Objetivo geral**

Compreender a formação e as transformações socioambientais, geográficas e culturais que culminaram na atual paisagem dos povos indígenas da Amazônia tocaninense.

#### **1.3.2 Objetivos específicos**

- A)** Levantar informações histórico-antropológicas sobre os povos originários do Brasil, bem como de seus fluxos migratórios a partir do Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, de Curt Nimuendajú;

---

<sup>10</sup> Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, incluem 17 ODS e 169 metas, com a finalidade de que possam ser atingidos até 2030 (ONU, 2023).

- B)** Descrever as transformações do modo de vida dos povos indígenas do Tocantins em relação às questões territoriais, socioambientais e culturais;
- C)** Caracterizar a atual paisagem indígena, a partir de um olhar interdisciplinar de estudo sobre a interação entre povos originários e sociedade hegemônica.

#### 1.4 Estrutura da dissertação

A dissertação se estrutura na seguinte organização, contando com seções e subseções:

**Quadro 1 – Estrutura da dissertação**

|                                                                                                                 | CONTEÚDO                                                                                                                                                                             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>CAPÍTULO 1</b><br><b>INTRODUÇÃO</b>                                                                          | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Descrição do tema</li> <li>▪ Justificativa</li> <li>▪ Objetivos da pesquisa</li> <li>▪ Estrutura da dissertação</li> </ul>                  |
| <b>CAPÍTULO 2</b><br><b>METODOLOGIA</b>                                                                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Procedimentos metodológicos</li> <li>▪ Recorte geográfico e temporal</li> </ul>                                                             |
| <b>CAPÍTULO 3</b><br><b>BRASIL INDÍGENA NOS PRIMEIROS SÉCULOS DE COLONIZAÇÃO</b>                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aproximação ao campo da arqueologia e antropologia indígena</li> <li>▪ O Mapa Etno-Histórico e a contribuição de Curt Nimuendajú</li> </ul> |
| <b>CAPÍTULO 4</b><br><b>OS POVOS INDÍGENAS DO TOCANTINS: ORIGENS E CONFORMAÇÕES TERRITORIAIS CONTEMPORÂNEAS</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Povos e terras indígenas presentes no Tocantins</li> <li>▪ MATOPIBA: a última fronteira agrícola do Brasil</li> </ul>                       |
| <b>CAPÍTULO 5</b><br><b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                                |                                                                                                                                                                                      |

Fonte: Elaborado pela autora.

O presente estudo estrutura-se em cinco seções, sendo a primeira, “Introdução” que subdivide-se em: descrição do tema, justificativa (com aproximação à linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento), objetivos da pesquisa (geral e específicos) e estrutura da dissertação.

Na segunda seção, “Metodologia”, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados no estudo. Cabe mencionar que inicialmente, a pesquisa objetivava a realização de entrevistas semiestruturadas com lideranças indígenas, gestores de políticas públicas e historiadores/pesquisadores, desta maneira, os trâmites éticos para a aprovação da pesquisa foram direcionados aos órgãos institucionais responsáveis. No entanto, ao longo da elaboração da dissertação, houve mudança no percurso metodológico, sendo assim, optou-se por direcionar o estudo para pesquisas bibliográficas e documentais. A realização da pesquisa de campo fica como sugestão para estudos posteriores.

Na terceira seção, evidencia-se o Brasil Indígena nos primeiros séculos de colonização, trazendo uma aproximação ao campo da arqueologia e antropologia indígena. Apresenta-se a contribuição de Curt Nimuendajú, abordando os aspectos do Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, de modo a identificar os povos originários da Amazônia tocantinense a partir desse importante documento histórico.

Na quarta seção, busca-se apresentar os povos indígenas do Tocantins, desde suas origens às suas conformações territoriais contemporâneas, evidenciando os fluxos migratórios ocorridos. Destaca-se um breve histórico do Tocantins e apresentam-se os territórios e povos indígenas presentes no estado, assim como a região do MATOPIBA, conhecida como a última fronteira agrícola do território nacional.

A quinta seção traz diálogos finais sobre a condução da pesquisa e a implementação de sua metodologia, referindo-se à circunscrição de suas considerações finais, onde se fundam as conclusões acerca do problema de pesquisa e dos objetivos previamente estabelecidos para o estudo.

## **2 METODOLOGIA**

Nesta seção, serão descritos os métodos de coleta de informações e dados utilizados na pesquisa, de forma a destacar a abordagem aplicada.

### **2.1 Procedimentos metodológicos**

A pesquisa se refere ao tipo exploratório e descritivo, de acordo com seus objetivos, pois foram resgatadas informações para a apresentação do fenômeno ou recorte social em estudo, bem como foi circunscrita a descrição das transformações ocorridas no recorte geográfico e humano dentro da temporalidade de estudo. Conduro e Pereira (2010) destacam que a pesquisa exploratória é aquela que objetiva definir e conceituar um fenômeno, enquanto a pesquisa descritiva se propõe a estruturar a apresentação dos passos e etapas de um processo ou procedimento.

A abordagem da pesquisa foi a qualitativa, embora tenha sido utilizada nos estágios iniciais, a coleta de números e dados censitários de documentos oficiais, mas considera-se que esses são insuficientes para a real descrição do fenômeno social. Martins e Theóphilo (2009) apontam que a pesquisa qualitativa apresenta a capacidade de buscar detalhes e subjetividades que os números e percentis por si só seriam incapazes de fazer, sendo uma abordagem extremamente indicada para pesquisas nas áreas de humanidades, em que busca-se a descrição aprofundada de um processo social.

As técnicas de exploração bibliográfica e documental foram centrais para o desenvolvimento do estudo, cuidando-se de uma boa e profunda articulação interdisciplinar entre as áreas citadas anteriormente.

A fundamentação teórica que orientou esta pesquisa foi importante para compreender o processo de colonização no território brasileiro, assim como as formações e transformações relativas aos povos indígenas do Tocantins.

Com base em materiais que abordam temas correlacionados à pesquisa, foi elaborada a fundamentação, tendo como principais referências a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e artigos científicos, sobretudo da Biblioteca Digital Curt Nimuendajú e do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Buscou-se realizar a investigação por meio de documentos disponíveis em bibliotecas, museus, mapas e

sistemas públicos de informação e, a partir desses recursos, foi possível obter elementos que subsidiaram o aprofundamento do estudo. Esses recursos foram contributivos para o embasamento teórico, a fim de averiguar o problema de pesquisa.

A BDTD visa integrar e disseminar “em um só portal de busca, os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa”. Contribui para o aumento desses conteúdos na internet, projetando maior visibilidade da produção científica nacional, bem como a comunicação de informações de interesse científico e tecnológico para a sociedade em geral. “O acesso a essa produção científica é livre de quaisquer custos” (BDTD, 2022).

A Biblioteca Digital Curt Nimuendajú é um repositório que contém dissertações, teses, livros e artigos raros e de difícil acesso acerca das línguas indígenas da América do Sul, com o intuito de fomentar o acesso a esses materiais, tornando-os mais acessíveis (BIBLIOTECA DIGITAL CURT NIMUENDAJÚ, 2022).

O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é considerado um dos mais relevantes acervos científicos virtuais do Brasil, visa reunir e disponibilizar conteúdos produzidos no país, além de outros assinados com editoras internacionais, assim como instituições de ensino e pesquisa no território brasileiro. Há mais de 49 mil periódicos com textos completos e 455 bases de dados referentes a diversos conteúdos (CAPES, 2020).

Destaca-se que foram realizados levantamentos com base nas contribuições de autores indígenas, assim como as publicações do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social (GEDGS), por intermédio da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais (RedeCT). Além disso, pesquisas a partir do Instituto Socioambiental (ISA), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), entre outros *websites* institucionais foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa proposta. Cabe ressaltar a importância das referências disponibilizadas no Centro de Referência Kaingang e dos Povos Indígenas do Oeste Paulista, sendo esse um setor importante do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre de Tupã/SP. Esse centro “[...] reúne referências culturais, patrimoniais, históricas, etnológicas, arqueológicas e artísticas sobre os povos indígenas” (MHPIV, 2020a).

A pesquisa estruturou-se na busca em diversas bases de dados on-line, assim como nos levantamentos bibliográficos e documentais. Conforme apresentado no quadro 2, destaca-se a metodologia realizada no estudo.

**Quadro 2 – Materiais e métodos**

| <b>Descrição</b>        | <b>Classificação</b>                  |
|-------------------------|---------------------------------------|
| Natureza da Pesquisa    | Aplicada                              |
| Tipo de Pesquisa        | Exploratório-Descritiva               |
| Abordagem               | Qualitativa                           |
| Coleta de Dados         | Exploração bibliográfica e documental |
| Análise das Informações | Análise Descritiva                    |

Fonte: Elaborado pela autora.

É importante mencionar que o intuito da pesquisa envolvia a realização de entrevistas semiestruturadas com alguns atores sociais (lideranças indígenas, gestores de políticas públicas e historiadores/pesquisadores), o que enriqueceria o estudo. No entanto, devido a questões relativas à pandemia ocasionada pela COVID-19<sup>11</sup>, que impediu a realização de pesquisa *in loco*, foram realizados os levantamentos bibliográficos e documentais. A análise de dados e informações, bem como a consecução de respostas ao problema de pesquisa posto e aos objetivos, partiram da sistematização das informações qualitativas obtidas pelas técnicas apresentadas anteriormente, realizando-se uma triangulação entre esse conjunto de informações e, na sequência, estruturaram-se as conclusões.

Conforme mencionado por Creswell (2007, p. 80), “[...] quando o pesquisador analisa e interpreta dados quantitativos e qualitativos, surgem questões que exigem boas decisões éticas”. Dessa maneira, a narrativa historiográfica orientou a produção do texto final.

---

<sup>11</sup> Ventura *et al.* (2020) destacam que no dia 30 de janeiro de 2020 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), emergência internacional relativa à COVID-19. A pandemia afetou a população mundial, impactando vários âmbitos, inclusive o acadêmico no que diz respeito às pesquisas *in loco*, pois o isolamento social foi uma das medidas preventivas mais importantes e eficazes para conter a disseminação da COVID-19 que, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), “[...] é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2”. A OMS considerou em 26 de novembro do ano de 2021 a variante da COVID-19 B.1.1.529, denominada Ômicron, sendo uma variante que causa preocupação por apresentar um maior número de mutações, algumas, preocupantes, assim como outras variantes que circulam, como a Alfa, Beta, Gama e Delta (OPAS/OMS 2022).

**Quadro 3 – Síntese metodológica**

| Problema de pesquisa                                                                                                                       | Objetivo Geral                                                                                                                                                     | Objetivos Específicos                                                                                                                                                                                       | Métodos/Fontes                                                                                                                            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Como ocorreram a formação e as transformações da atual paisagem social, natural e geográfica dos povos indígenas da Amazônia tocantinense? | Compreender a formação e as transformações socioambientais, geográficas e culturais que culminaram na atual paisagem dos povos indígenas da Amazônia tocantinense. | Levantar informações histórico-antropológicas sobre os povos originários do Brasil, bem como de seus fluxos migratórios a partir do Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, de Curt Nimuendajú. | Pesquisas bibliográficas e documentais (bases de dados on-line, dissertações e teses, sites institucionais, museus, mapas, entre outros). |
|                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                    | Descrever as transformações do modo de vida dos povos indígenas do Tocantins em relação às questões territoriais, socioambientais e culturais.                                                              |                                                                                                                                           |
|                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                    | Caracterizar a atual paisagem indígena, a partir de um olhar interdisciplinar de estudo sobre a interação entre povos originários e sociedade hegemônica.                                                   |                                                                                                                                           |

Fonte: Elaborado pela autora.

## 2.2 Recorte geográfico e temporal

O recorte geográfico é compreendido entre o Oeste do estado da Bahia, o Sudeste do estado do Piauí, a região do médio e alto rio Parnaíba (parte do Leste, Sul e Oeste do estado do Maranhão) e as bacias hidrográficas dos rios Araguaia e Tocantins, incluindo o Sudeste do estado do Pará, o Nordeste do estado do Mato Grosso, e Norte e parte do Noroeste do estado de Goiás, chegando ao estudo do atual estado do Tocantins.

Os povos originários viviam em amplas regiões e migravam em conformidade com as suas necessidades de sustentação e com os interesses culturais e mítico-religiosos, não sendo possível, para tanto, um recorte geopolítico circunscrito aos limites do (hoje) estado do Tocantins para os séculos anteriores à sua constituição. Neste sentido, para os fins desta pesquisa, como pano de fundo socioantropológico, foram acessadas informações e conhecimentos arqueológicos sobre a presença originária humana.

A descrição do processo investigado fundamenta-se na história do Brasil, dado o fato de que, a partir do contexto e da temporalidade da colonização, os territórios sofreram graves e profundas alterações sociais, culturais, territoriais, entre outras, especialmente referente aos povos indígenas.

Para tanto, foi mister basear-se em apontamentos antropológicos, com a finalidade de compreender como ocorreu a distribuição dos diversos povos indígenas no território brasileiro, evidenciando como esses grupos estavam antes do início do processo de colonização, ou seja, anteriormente a 1500.

### **3 BRASIL INDÍGENA NOS PRIMEIROS SÉCULOS DE COLONIZAÇÃO**

Nesta seção, serão abordados de forma sucinta, os aspectos pertinentes à arqueologia e antropologia dos povos originários durante os primeiros períodos de colonização no Brasil. Além disso, destaca-se a significativa contribuição de Curt Nimuendajú para a historiografia dos povos indígenas, por meio de sua importante obra, o Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes.

#### **3.1 Aproximação ao campo da arqueologia e antropologia indígena**

Para a melhor compreensão acerca do processo histórico dos povos originários, a arqueologia e a antropologia nos apresentam importantes perspectivas. No que tange ao entendimento arqueológico sobre as civilizações antigas da Amazônia, a partir de etnias presentes nas margens dos rios Amazonas, Xingu, Solimões e Baixo Tocantins, os registros arqueológicos indicam a formação de civilizações milenares. As mais antigas, que se encontravam na Amazônia, datam de 10 mil anos atrás (do rio Amazonas e de onde estaria o estado do Mato Grosso) (NEVES, 2006).

Neves (2006) aponta a necessidade do resgate ao caráter cultural da Amazônia, já que há um grande desconhecimento no que se refere à sua história e ocupação milenar, vista como uma “natureza intocada” (NEVES, 2006, p. 10). Destaca ainda que “[...] a bacia amazônica era densamente ocupada por diferentes povos indígenas no final do século XV, [...] essa ocupação não era uniforme, variando no tempo e no espaço. Os modos de vida desses povos eram também diversificados” (NEVES, 2006, p. 9).

Neves (2022, p. 55) ressalta que, assim como nas demais localidades da América do Sul, sobretudo na Amazônia, a presença humana é muito antiga, “[...] pelo menos no que se refere à época de transição entre o Pleistoceno e o Holoceno, ao redor de 12 mil anos atrás”.

O autor nos alerta para a importância de compreender que a bacia amazônica era amplamente ocupada por diversos povos originários no início da colonização nas Américas pelos europeus, no final do século XV. O impacto ocasionado pela colonização refletiu em um intenso processo de mudanças ocorridas entre os povos indígenas. Houve extermínio pela transmissão de doenças, pois os

indígenas não possuíam imunidade para as enfermidades trazidas pelos europeus, além de ter havido extermínio por meio da guerra e escravidão. “É necessário reconhecer que a ocupação pré-colonial de certo modo guia alguns dos processos de ocupação no presente” (NEVES, 2006, p. 9).

Para Neves (2022, p. 79), há de se considerar a Amazônia como “[...] patrimônio biocultural e não apenas patrimônio natural”. Houve modificação da natureza por parte dos povos indígenas, não no sentido de destruição descontrolada (levando 20% das florestas amazônicas ao desaparecimento entre os anos de 1970 a 2020), mas por meio de estratégias agroflorestais, como o enriquecimento do solo, ocorrido por conta da adição de materiais orgânicos, pomares de árvores frutíferas, também o plantio nas trilhas da mata, assim como o uso controlado do fogo, surgindo dessa maneira, as matas de palmeiras (NEVES, 2022).

À vista disso, cabe acentuar que “[...] a Amazônia estará livre quando reconhecermos definitivamente que essa natureza é a nossa cultura, onde uma árvore derrubada é como uma palavra suprimida e um rio poluído é como uma página censurada” (SOUZA, 2015, p. 27).

Em conformidade com o apontamento de Souza (2015), no século XVI, período em que europeus adentraram o território brasileiro, a Amazônia era habitada por grupos hierarquizados de alta densidade populacional, isto é, “[...] a Amazônia não era um vazio demográfico”. Contudo, o que se construiu em aproximadamente 10.000 anos, “[...] foi aniquilado em menos de 100 anos, soterrado em pouco mais de 250 anos e negado em quase meio século de terror e morte” (SOUZA, 2015, p. 37).

Neves (2022, p. 87) apresenta que no primeiro milênio da Era Comum, muitas mudanças sociais ocorreram “[...] nas terras baixas tropicais da América do Sul”. Souza (2015) cita que quando os exploradores europeus encontraram a Amazônia no século XVI, surgiu um período de mudanças drásticas e rápidas. Nesse momento, apareceram doenças mortais que dizimaram grupos indígenas e os aspectos culturais criados e praticados durante milênios por esses povos foram, então, substituídos por características culturais desses invasores.

A ocupação da Amazônia depois da invasão europeia foi de fato um desastre ecológico, de modo a iniciar “[...] uma incompatibilidade acelerada entre a cultura e o meio ambiente” (SOUZA, 2015, p. 92).

Referente ao entendimento antropológico do processo de colonização no século XVI, Darcy Ribeiro (2015) importante antropólogo, contribui, no que diz respeito

à compreensão da formação étnica e cultural do povo brasileiro, a partir de sua obra “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”. Assim sendo, “[...] a sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos” (RIBEIRO, 2015, p. 17).

O antropólogo Laraia (2001), que realizou imersão cultural junto a vários povos indígenas do Brasil, reflete sobre o conceito de cultura por meio de uma perspectiva antropológica, apresentando o pensamento de alguns estudiosos acerca da temática. As culturas não são estáticas, conforme corrobora Laraia (2001), a cultura tem de ser compreendida como dinâmica. Segundo aponta o autor, “o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam” (LARAIA, 2001, p. 46).

Alusivo ao enfoque geográfico da pesquisa, Ribeiro (2017) destaca a presença dos povos originários no Brasil Central que, assim como o ocorrido com a maioria dessas comunidades, foram vítimas de várias formas de extermínio. Em Goiás, houve a “[...] contaminação propositada de bexiga e o envenenamento de aguadas com estricnina” (RIBEIRO, 2017, p. 69).

Dentre as formas de violência sofridas pelos povos indígenas, Cury (2013) aponta três: a física, por meio de doenças e mortes; a social e a cultural, acarretadas pelas bruscas modificações concernentes ao modo de vida em um determinado território e a psicológica, advinda das pressões ocorridas para que abandonassem seus costumes e tradições.

Ribeiro (2009) aponta que os chacinadores de indígenas covardemente envenenavam as águas com estricnina e deixavam espalhadas roupas contaminadas com varíola. Para atraírem os homens, aprisionavam mulheres e crianças, colocavam fogo nas aldeias com a intenção de dispersarem os indígenas, além de ofertarem bebidas e bugigangas. Em suma, foram várias as maneiras utilizadas para atingirem os indígenas.

Carneiro da Cunha (1992, p. 12) ressalta que as mortes dos indígenas estavam associadas “[...] a agentes patogênicos da varíola, do sarampo, da coqueluche, da catapora, do tifo, da difteria, da gripe, da peste bubônica, possivelmente a malária”. De fato, essa guerra biológica resultou na dizimação de diversos povos. Ribeiro (2015) relata que no período de 1562 a 1563 aconteceram as

epidemias de varíola, sendo que mais de 30 mil indígenas e negros morreram em apenas três meses.

Outra base antropológica importante acerca da formação da civilização latino-americana se refere a outra obra do renomado Darcy Ribeiro, intitulada “Os índios e a civilização”. Ribeiro, conhecido por estudar os povos indígenas, ressaltou que diversos grupos indígenas desapareceram do Brasil ao longo do século XX. Na obra destacada, o autor desenvolveu o conceito de transfiguração étnica, que é um processo em que os povos indígenas fazem, transformam-se ou mesmo se desfazem (RIBEIRO, 2017).

Munduruku (2012) complementa tal pensamento ao destacar que o antropólogo desenvolveu esse conceito após analisar o processo civilizatório ocorrido no Brasil, no qual os povos indígenas, em sua trajetória histórica, foram massacrados. Esse processo violento objetivava, a princípio, o extermínio e, posteriormente, “[...] a assimilação ou integração à sociedade nacional” (MUNDURUKU, 2012, p. 38).

Ribeiro (2015) alerta que, na maior parte das vezes, o testemunho relativo a esses povos parte dos invasores, sendo a narrativa contada pela ótica desses agentes e não por quem de fato a vivenciou, ou seja, prevalecendo o olhar colonizador, a perspectiva do dominador.

Anteriormente à invasão dos colonos europeus, em 1500, o território brasileiro era habitado por uma diversidade de povos indígenas. Em conformidade com Grupioni (2006), a estimativa populacional dos nativos era “[...] em torno de 2 a 4 milhões” de indivíduos, falantes de “[...] 1300, 1500 línguas que, presume-se, existiam” (GRUPIONI, 2006, p. 12). Segundo Ribeiro (2015), em 1500, contava-se com a presença de 5 milhões de indígenas, ocorrendo redução a 4 milhões no século posterior. O decréscimo populacional continuou no decorrer dos séculos seguintes.

Esses dados levantam discussões entre vários autores. Oliveira e Freire (2006, p. 20) apresentam pontos de vista de diversos pesquisadores, “[...] tendo cada autor adotado um método próprio de cálculo (área ocupada por aldeia, densidade da população etc.)”. Concernente às terras baixas relativas à América do Sul, Carneiro da Cunha (1992) menciona que as estimativas populacionais variavam de 1 a 8,5 milhões.

A colonização europeia trouxe um impacto violento em relação aos costumes dos povos indígenas. Quanto ao atual cenário indígena brasileiro, torna-se perceptível a expressiva diminuição populacional, se comparada aos anos de 1500.

Para Moraes (2020), um fator considerado indiscutível é o de que os povos originários, sobretudo os do território nacional, vêm passando por um contínuo e intenso processo de redução desde 1500, resultado de violentos processos tanto culturais como físicos e estruturais.

Em relação ao “descobrimento” do Brasil em 1500, Krenak (2022, p. 42-43) apresenta que “[...] o que continua valendo até agora foi a descoberta que o povo indígena fez do Brasil nos anos de 1970 e 1980. A descoberta de que o Estado brasileiro é um aparato de colonização, segregação e extermínio de tudo o que é pensamento indígena”.

De fato, as transformações se desdobraram a partir de interesses capitalistas, seja por terras, seja por outras formas de produção de poder, que acarretam riscos aos ciclos econômicos e políticos (MORAES, 2020). Neste sentido, os fluxos migratórios ocorridos por conta do histórico de ocupação no território brasileiro suscitam reflexões sobre tais desdobramentos, já que os territórios indígenas passaram, desde então, por disputas impetuosas.

### **3.2 O Mapa Etno-Histórico e a contribuição de Curt Nimuendajú**

Relativo aos povos originários do Brasil, tem-se como parâmetro o Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, de Curt Nimuendajú, reconhecido como uma das mais importantes obras cartográficas produzidas no país. Elaborado pelo etnólogo, o mapa é considerado uma obra fundamental, uma importante referência para a etnologia dos povos indígenas contemporâneos e daqueles que, no processo de colonização, desapareceram no território nacional (BOGÉA, 2017).

Esse renomado pesquisador também formava coleções para museus tanto nacionais como internacionais, a partir de objetos arqueológicos e etnográficos. Conforme afirma Baldus (1945), Curt Nimuendajú enriqueceu com suas coleções etnográficas e arqueológicas os museus do Brasil, da Alemanha e Suécia. Ressalta-se também que Nimuendajú realizou trabalhos importantes como cartógrafo.

Viveiros de Castro (1987) menciona que Curt era considerado um autodidata e, sem formação acadêmica, assumiu um imensurável papel na bibliografia etnológica da América do Sul. O autor destaca os múltiplos talentos de Nimuendajú, “[...] etnógrafo, linguista, arqueólogo, historiador e cartógrafo” (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 66).

Por meio de encomendas, Nimuendajú elaborou três exemplares do mapa (1942, 1943 e 1944) para as principais instituições de pesquisa etnológicas. Tais instituições se referem à *Smithsonian Institution* (Estados Unidos), Museu Paraense Emílio Goeldi (Brasil) e Museu Nacional do Rio de Janeiro (Brasil) (BOGÉA, 2017). Garcia e Lopes (2017, p. 13) salientam que as duas últimas instituições citadas, “[...] ainda guardam em suas reservas técnicas, as versões originais desse documento-síntese, que testemunha o estado da arte do conhecimento sobre os povos indígenas do Brasil e regiões adjacentes”.

Todavia, na noite de 2 de setembro do ano de 2018, houve um incêndio de grandes dimensões que atingiu o Palácio de São Cristóvão, local que abrigava grande parte do acervo do Museu Nacional/UFRJ, ocasionando o desaparecimento de diversos documentos, livros e coleções (MUSEU NACIONAL, 2018). Nessa tragédia, houve a perda da coleção de Curt Nimuendajú e um dos mapas originais, que reunia dados coletados pelo etnólogo a partir do início do século XX e localizava os povos dentro do território nacional, lamentavelmente, foi perdido no incêndio (ISA, 2018). No entanto, o mapa havia sido digitalizado por completo (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, 2017).

Trata-se de um valioso documento que aborda a história, a territorialidade e as línguas dos povos originários no país (REVISTA RAIZ, 2022). As informações contidas no mapa são extremamente importantes para o aprofundamento e compreensão dos processos históricos ocorridos com os povos originários no território brasileiro, mais precisamente, nos primeiros séculos de colonização, período conhecido como “descoberta”, ou seja, invasão, marcado pelo início de um processo violento.

O mapa de Curt Nimuendajú, visualizado na figura 6, é considerado um importante documento, pois, “[...] proporciona por outro lado, uma visão global da problemática e do drama indígena”. No entendimento de Berta Gleizer Ribeiro, “[...] o mapa confere profundidade histórica” (RIBEIRO, 1982, p. 180). Darcy Ribeiro destaca a importância do documento em que “[...] as pesquisas de Curt Nimuendajú demonstraram o caráter especializado e relativamente avançado das culturas” (RIBEIRO, 2015, p. 98).

O mapa de 1942 (*Smithsonian Institution*) não indica a família linguística e notações em cores (RIBEIRO, 1982). A versão de 1943 (Museu Paraense Emílio Goeldi) “[...] tem dimensões aproximadas de 1,80m x 2,10m e foi desenhado em uma

única folha de papel”, o mapa elaborado em 1944 (Museu Nacional do Rio de Janeiro), “[...] divide-se em duas partes, cada uma com dimensão média de 1,80m x 1,00m; é possível que a decisão de conceber o Mapa em formato tão grandioso (com uma escala 1:2.500.000) seria para facilitar sua exposição pública” (GARCIA; LOPES, 2017, p. 14).

Freire (2014) contextualiza que no século XX, as línguas foram registradas de maneira mais sistemática por Curt Nimuendajú, visto que os apontamentos realizados por cronistas e viajantes, ocorreram de modo mais fragmentado e disperso. Nimuendajú, por meio de um trabalho cauteloso de cartografia linguística, empregou no mapa 41 cores e tonalidades, em tracejados finos que indicam tanto a classificação como as famílias linguísticas.

Nimuendajú anotou o rumo das migrações realizadas e suas datas, considerando dessa forma, “[...] um mapa em movimento” (FREIRE, 2014, p. 366). Ribeiro (1982, p. 175) cita que o mapa apresenta diversos elementos que contribuem para a identificação dos “[...] 40 troncos linguísticos”, assim como “[...] dos etnônimos” referentes aos 1400 grupos registrados. “Na própria confecção do mapa preocupou-se em destacar, não apenas a localização dos grupos, mas também suas referências temporais, migratórias e linguísticas” (SILVA; DEUS, 2016, p. 287).



– maiores e menores – assinala a importância demográfica e a extensão territorial de cada grupo. Os tipos de letras diferenciadas servem para distinguir as línguas ainda faladas daquelas que foram consideradas extintas” (FREIRE, 2014, p. 366).

Emmerich e Leite (1987) destacam que o material básico utilizado pelo etnólogo para confeccionar as três versões, continha 1100 povos indígenas identificados e 818 referências bibliográficas.

**Quadro 4 – Versões do Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes**

| <b>Mapa Etno-Histórico</b> | <b>Ano</b> | <b>Instituição</b>                              | <b>Povos indígenas identificados</b> | <b>Referências Bibliográficas</b> |
|----------------------------|------------|-------------------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|
| 1ª versão                  | 1942       | <i>Smithsonian Institution</i> Washington (EUA) | 1100                                 | 880                               |
| 2ª versão                  | 1943       | Museu Paraense Emílio Goeldi (Brasil)           | 1100                                 | 889                               |
| 3ª versão                  | 1944       | Museu Nacional do Rio de Janeiro (Brasil)       | 1400                                 | 973                               |

Fonte: Elaborado pela autora com base em Emmerich e Leite (1987).

Relativamente às referências utilizadas na última versão (1944), “[...] para elaborá-lo, Nimuendajú reuniu dados de 973 fontes bibliográficas e informações pessoais de pesquisadores e indigenistas, assim como anotações próprias” (RIBEIRO, 1982, p. 178). Emmerich e Leite (1987), no entanto, apontam que a partir do volume de índices mimeografados após o falecimento de Curt, uma referência bibliográfica foi acrescida, a de João Aspilcueta Navarro, portanto, a referência 974. Tal referência não consta nos índices originais de Curt Nimuendajú.

O mapa elaborado pelo etnólogo documenta e apresenta a diversidade social e cultural dos grupos originários no território brasileiro. Os dados coletados entre os séculos XVI e XX acerca dos povos e línguas indígenas, se referem às mais de 900 referências, sendo posteriormente, catalogadas no Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, de Curt Nimuendajú (IPHAN, 2017b).

Os levantamentos realizados partem de um árduo trabalho de coleta de dados em referências bibliográficas legítimas, como também pela coleta realizada pessoalmente pelo etnólogo. Nimuendajú também solicitava informações de localizações a todos os estudiosos que mantinham contato direto com determinados grupos, as quais ele não possuía acesso (EMMERICH; LEITE, 1987).

Vale salientar que os três mapas etno-históricos elaborados por Curt não são idênticos, diferentemente do que muitos acreditam ser. O intuito de Nimuendajú, que foi realizado gradualmente, “[...] era o de retratar a realidade indígena brasileira e

de seus países limítrofes, na sua totalidade, dentro de uma perspectiva histórica, linguística e migratória” (EMMERICH; LEITE, 1987, p. 26). Na percepção de Nimuendajú, o mapa é principalmente, um documento em contínuo aprimoramento e revisão.

O mapa, em versão impressa, foi “[...] resultado de um esforço de importantes instituições brasileiras, como o IBGE, o Museu Nacional do Rio de Janeiro e a Fundação Nacional Pró-Memória” (GARCIA; LOPES, 2017, p. 13). Destaca-se que a primeira edição impressa foi lançada em 1981, pela Fundação Nacional Pró-Memória, sendo esse formato reimpresso no ano de 1987 e reeditado em 2002 pelo Ministério da Educação (BOGÉA, 2017). Sublinha-se que os mapas tiveram “[...] todas as tiragens esgotadas” (MORAES *et al.*, 2021, p. 25).

De modo a resumir a bibliografia registrada até 1944, o mapa abarca os povos indígenas até o ano em questão. Posteriormente a esse período, outros povos indígenas foram identificados na Amazônia, contudo, não foram registrados no mapa, além do que, outros grupos mudaram de lugar (ZARUR, 1987).

De maneira contributiva e interdisciplinar, o etnólogo dialogou com diversas áreas, “[...] geografia, sociologia, psicologia, antropologia, arqueologia, linguística, dentre outras” (SILVA; DEUS, 2016, p. 287). Mediante o exposto, é inquestionável a importância de Curt Nimuendajú no que se refere à questão indígena brasileira. Seu legado de pesquisas é primordial para a compreensão das diversas culturas indígenas do país.

### 3.2.1 Curt Nimuendajú (Curt Unkel - 1883-1945)

Curt Unkel, conhecido como Curt Nimuendajú, nasceu no ano de 1883 na cidade de Jena, Alemanha. Sua vinda ao Brasil ocorreu em 1903, vivendo em território brasileiro até 1945, ano de sua morte (FARIA, 2017). Curt Unkel era o nome de nascimento do antropólogo alemão, mas foi batizado como Curt Nimuendajú pelos Guarani, pois foi incorporado como um dos membros do grupo e falava a língua fluentemente. Nimuendajú significa em Guarani “O ser que cria ou faz seu próprio lar” (RIBEIRO, 1982, p. 175).

Cury (2021, p. 12) cita que, em 1903, Nimuendajú “[...] foi contratado pelo Museu Paulista e, em expedição, levantou dados para o mapa da ocupação indígena no sul do Brasil, publicado em 1911 na Revista do Museu Paulista”.

O etnólogo passou a conviver com os Apapokuva Guarani (autodenominados Guarani Nhandewa) do estado de São Paulo, desde 1905. Curt viveu entre esse grupo e acompanhou suas migrações que buscavam a “Terra sem Mal” (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 66).

Cury (2021) menciona que, entre 1905 e 1907, Curt viveu junto aos Apapokuva, de modo a realizar um importante trabalho etnográfico que resultou em uma publicação na revista alemã *Zeitschrift für Ethnologie*, em 1914. A tradução desse trabalho teve sua publicação no Brasil no ano de 1987, sendo intitulado: “Os mitos de criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapokuva Guarani”.

Ao descrever sobre o indígena Avacauju batizar o filho recém-nascido, Nimuendajú (1954) também relata o seu batismo indígena ocorrido na noite de 14 a 15 de julho de 1906. O batismo ocorreu em 1906 e, em 1922, o etnólogo naturalizou-se com o nome Curt Nimuendajú (VIVEIROS DE CASTRO, 1986).

Apapocúva/Apapokuva se refere à denominação que Nimuendajú deu a uma das hordas migratórias dos Guarani, distintas pelo dialeto falado (COUTINHO, 1988). Os grupos Guarani, de acordo com Nhandewa (2021, p. 21), referem-se aos “[...] Tanyngué, Oguauíva e Apapocúva”. Atualmente, os Apapocúva são os “Tupi Guarani/Nhandewa” (NHANDEWA, 2021, p. 36).

Em conformidade com Ladeira e Azanha (1986, p. 12), por insistência de Curt Nimuendajú, no ano de 1911, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) “[...] criou a Povoação Indígena de Araribá (atualmente município de Avaí-SP)”, território que passou a abrigar os Apapocúva que estavam vivendo na região.

Nimuendajú trabalhou na Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CGG), iniciando assim, suas pesquisas etnográficas no então conhecido, sertão paulista. Prestou serviços também ao Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), de modo a se envolver nas missões de “pacificação” e aldeamento de distintos povos indígenas (MORAES *et al.*, 2021). Conforme explicitam Ladeira e Azanha (1986, p. 13), Curt foi funcionário do SPI no período de 1910 a 1915, reingressando em 1921 até 1923.

Na Terra Indígena Araribá, localizada em Avaí, no Oeste Paulista, encontram-se quatro aldeias, Ekeruá, Kopenoti, Tereguá e Nimuendajú. Esse último território, habitado pelos Guarani Nhandewa, recebeu o nome em homenagem a Curt. Viveiros de Castro (1987) relata que Nimuendajú lutou pela proteção dos Guarani e

defendeu a criação das reservas indígenas no interior de São Paulo, persuadindo grupos que estavam localizados no litoral do estado a se deslocarem para o interior, sendo essa uma forma que o etnólogo encontrou para evitar o extermínio desse povo.

Considera-se Curt um “[...] estudioso de línguas indígenas [e um] [...] defensor corajoso e intransigente dos direitos dos povos indígenas” (SCHRÖDER, 2013, p. 41). Viveiros de Castro (1986) discorre que, a partir da experiência com os Guarani, o interesse de Curt pela realidade dos povos originários no Brasil se expandiu, sendo considerado o principal especialista na temática até meados do século XX. Ele pretendia ampliar os dados contidos no mapa, no entanto, em 10 de dezembro de 1945, faleceu de maneira súbita e inesperada. Com sua partida, a etnologia brasileira perdia esse pesquisador único, “[...] alemão de nascimento, brasileiro por adoção e índio por identidade e afeição” (EMMERICH; LEITE, 1987, p. 26).

Nimuendajú dedicou-se à causa e ao estudo dos grupos indígenas a partir de sua chegada ao Brasil, no ano de 1903 até a sua repentina morte, em 1945, ocorrida em uma aldeia Tikuna, localizada no Alto Solimões (VIVEIROS DE CASTRO, 1987). Em 40 anos de trabalho ininterrupto, Curt visitou 46 povos indígenas do Brasil (RIBEIRO, 1982).

Welper (2016, p. 551) ao discorrer sobre a misteriosa morte do estudioso, aponta que Curt foi vítima de “[...] uma súbita e fulminante crise hemorrágica pouco após a sua chegada à maloca tikuna do igarapé da Rita, no rio Solimões”. Apesar de ter sido tratada como uma morte natural, inúmeras versões surgiram em torno da causa do falecimento, sendo que todas apontam que houve homicídio por envenenamento (WELPER, 2016).

Cury (2021, p. 13) relata que Nimuendajú teve seu espólio “[...] depositado no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro”.

### 3.2.2 Mapa interativo da Plataforma Nimuendajú

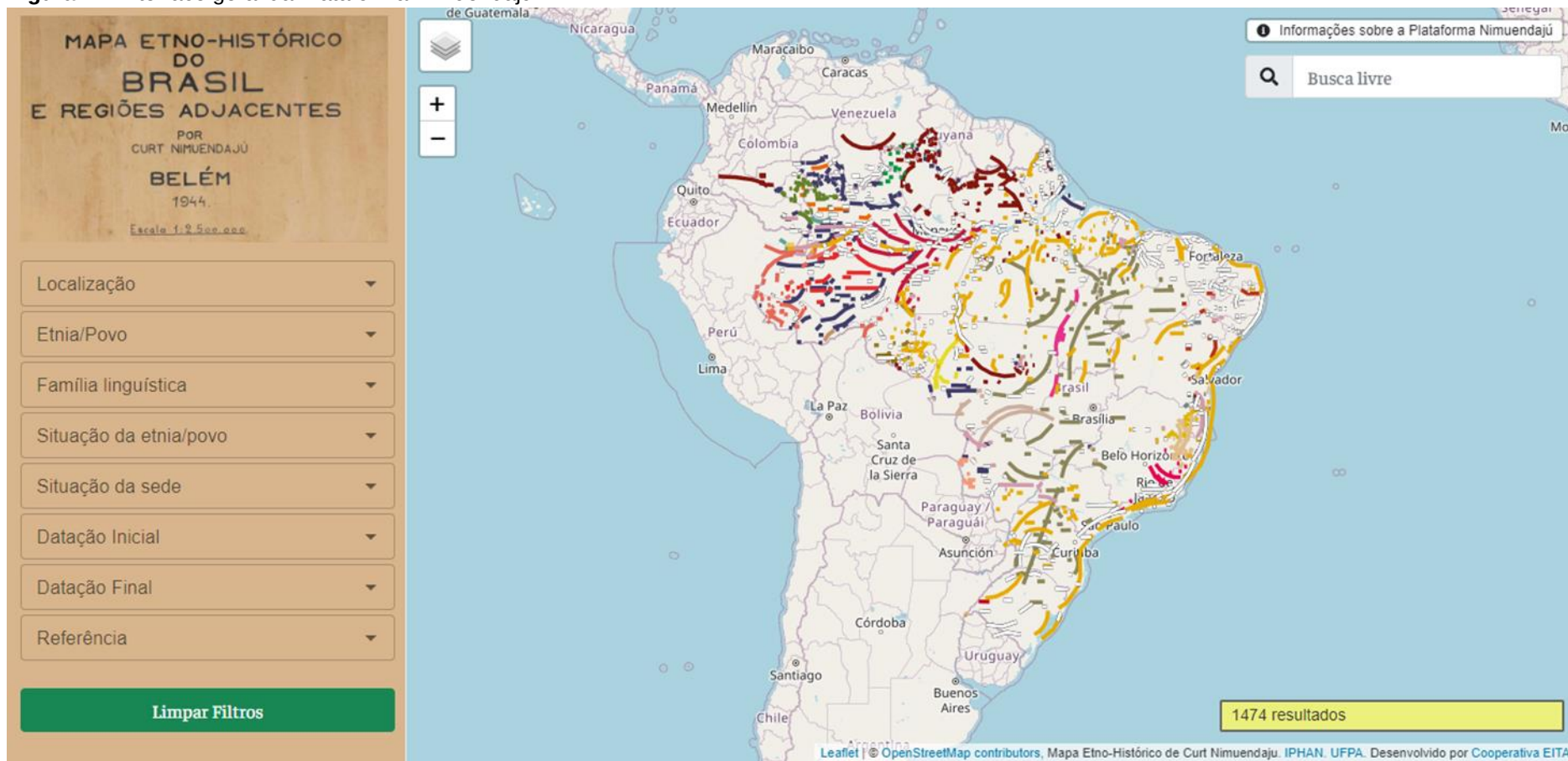
Com a finalidade de apresentar uma versão digital e interativa do mapa, no dia 30 de junho de 2022 foi lançada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a Plataforma Nimuendajú. A plataforma possibilita interação e consultas ao banco de dados alusivos ao Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, de Curt Nimuendajú (REVISTA RAIZ, 2022). A apresentação ocorreu pelo

canal do IPHAN no YouTube, no qual foi realizada uma conferência ministrada pelo docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Peter Schröder (UFPE, 2022).

Por meio de filtros, buscou-se na plataforma, informações pertinentes ao escopo de pesquisa. Os filtros e camadas inter-relacionadas foram desenvolvidos de maneira a aprimorar a fruição dos conteúdos e permitir a interação com outras bases cartográficas, como biomas; terras indígenas; unidades de conservação; sítios arqueológicos; estados e municípios. Vale destacar que a Plataforma Nimuendajú é uma ferramenta considerada moderna e acessível, já que é baseada em inovações tecnológicas de informação (REVISTA RAIZ, 2022).

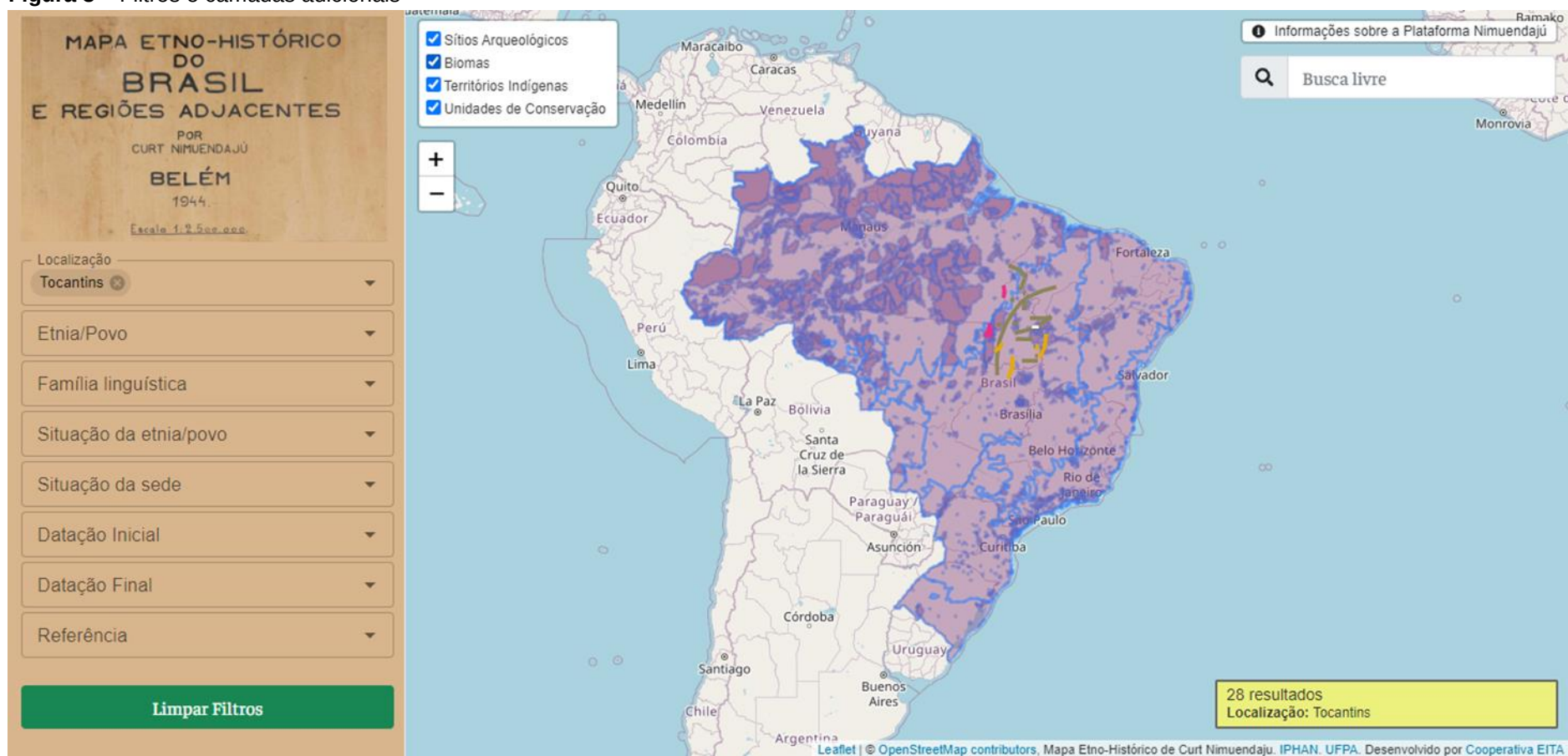
Os filtros disponíveis na plataforma se referem à localização (macrorregião, bioma, estado, unidade de conservação, quadrante e município); etnia/povo; família linguística (existente e extinta); situação da etnia/povo; situação da sede (abandonada, atual e sem classificação); datação inicial (séculos - XVI a XX e décadas - 1500/1509 a 1940/1949); datação final e referências. A figura 7 apresenta a interface geral da plataforma, enquanto a figura 8 apresenta os filtros e camadas adicionais:

**Figura 7** – Interface geral da Plataforma Nimuendajú



Fonte: Plataforma Nimuendajú (2022).

**Figura 8** – Filtros e camadas adicionais



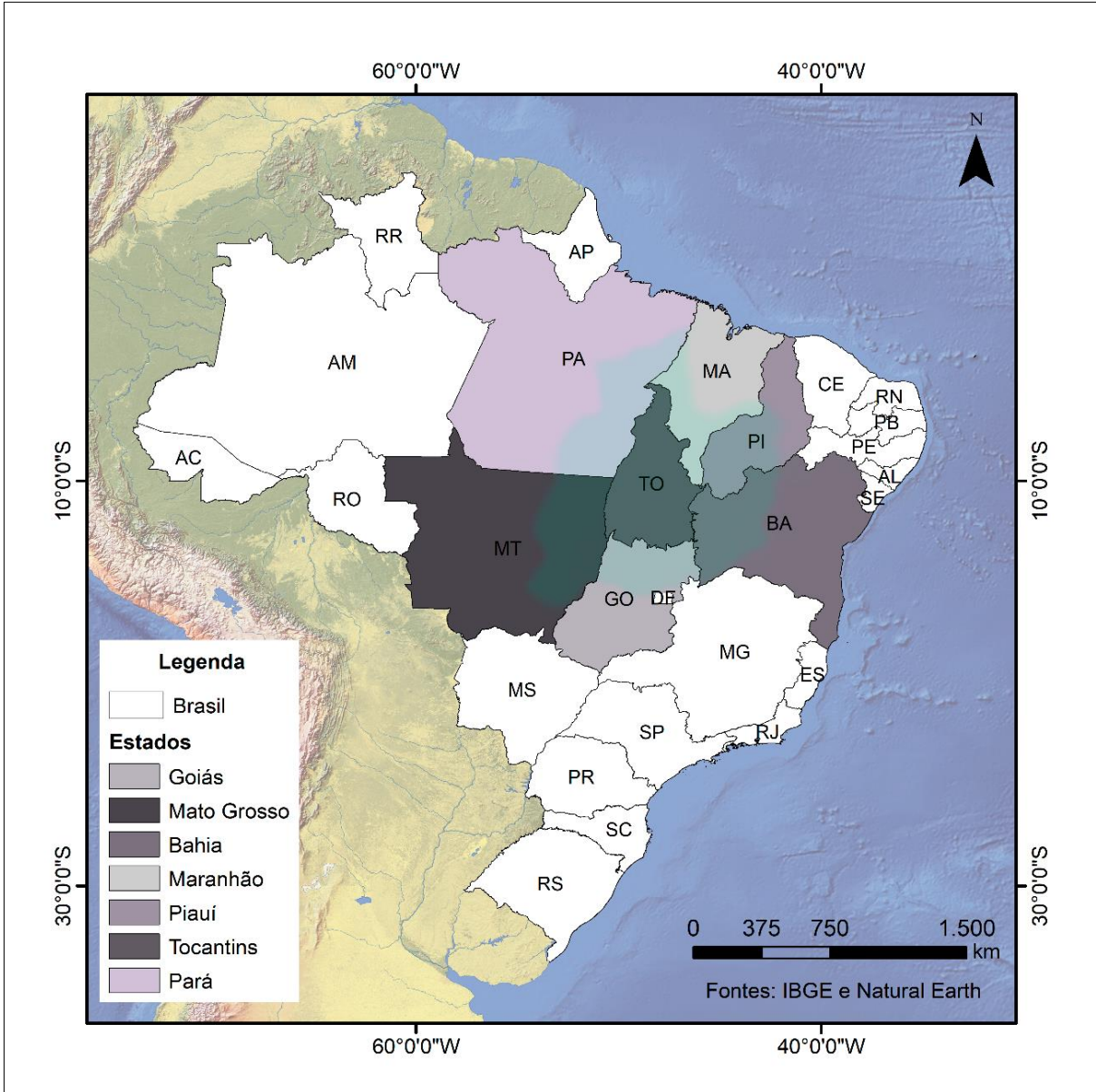
Fonte: Plataforma Nimuendajú (2022).

É relevante mencionar que há documentos relacionados ao mapa disponíveis para consulta no portal do IPHAN. Esses documentos incluem diversas restaurações digitais (IPHAN, 2017b).

### 3.2.3 Área geográfica abrangida nas adjacências do Tocantins

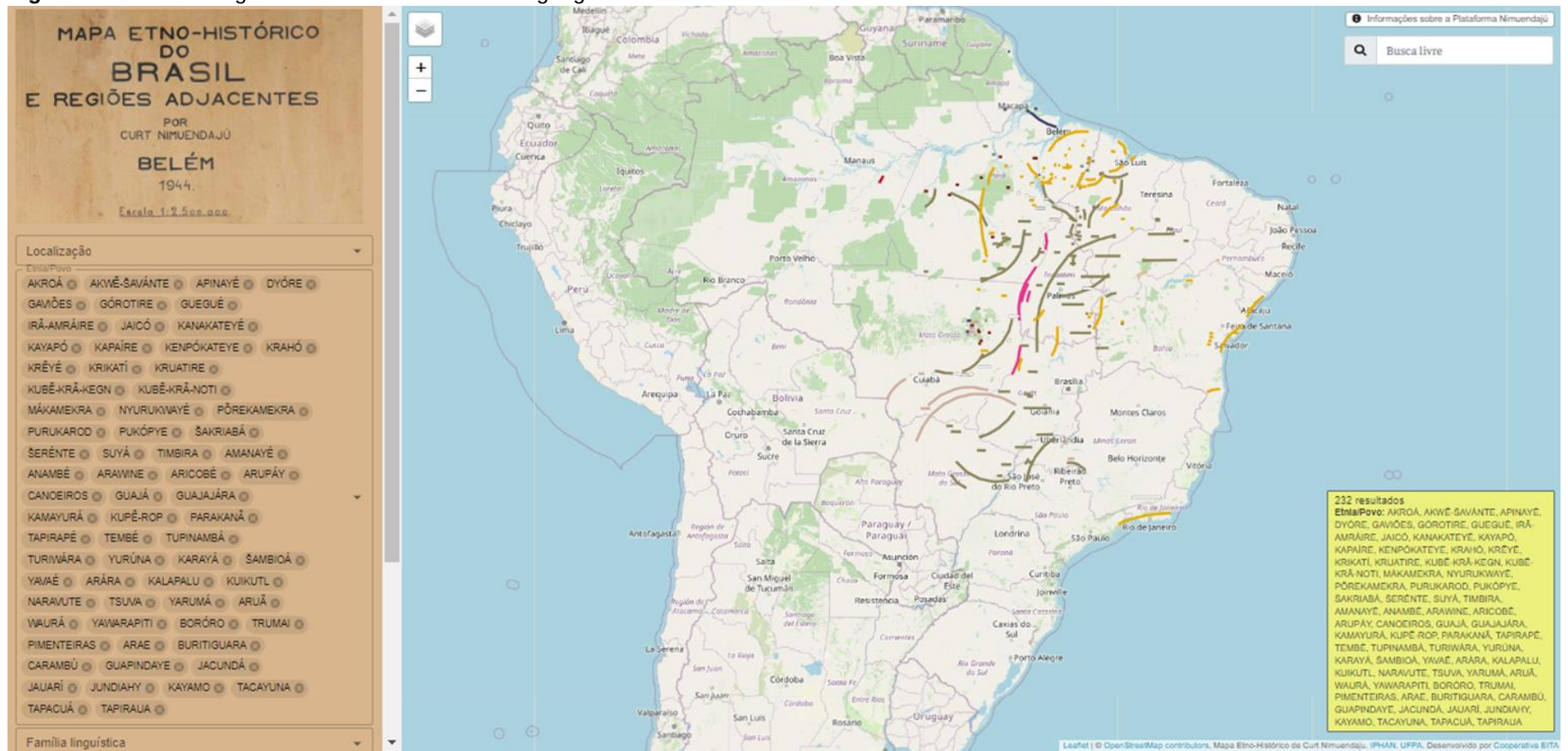
Dentro do recorte geográfico (conforme figura 9), estão compreendidos o Oeste do estado da Bahia, o Sudeste do estado do Piauí, a região do médio e alto rio Parnaíba (parte do Leste, Sul e Oeste do estado do Maranhão), e as bacias hidrográficas referentes aos rios Araguaia e Tocantins (incluindo o Sudeste do estado do Pará, o Nordeste do estado do Mato Grosso, e o Norte e parte do Noroeste do estado de Goiás). A partir do Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, de Curt Nimuendajú, (1944), foi identificada a presença de 70 povos indígenas (quadro 5) e o registro de 232 ocorrências, considerando povos indígenas do mesmo grupo em localidades diversas do território brasileiro (figura 10).

Figura 9 – Identificação dos povos indígenas no recorte geográfico



Fonte: Adaptado pela autora com base em Monteiro (2023).

**Figura 10 – Povos indígenas identificados no recorte geográfico e resultados**



Fonte: Plataforma Nimuendajú (2022).

**Quadro 5 – Povos indígenas identificados no recorte geográfico e famílias linguísticas**

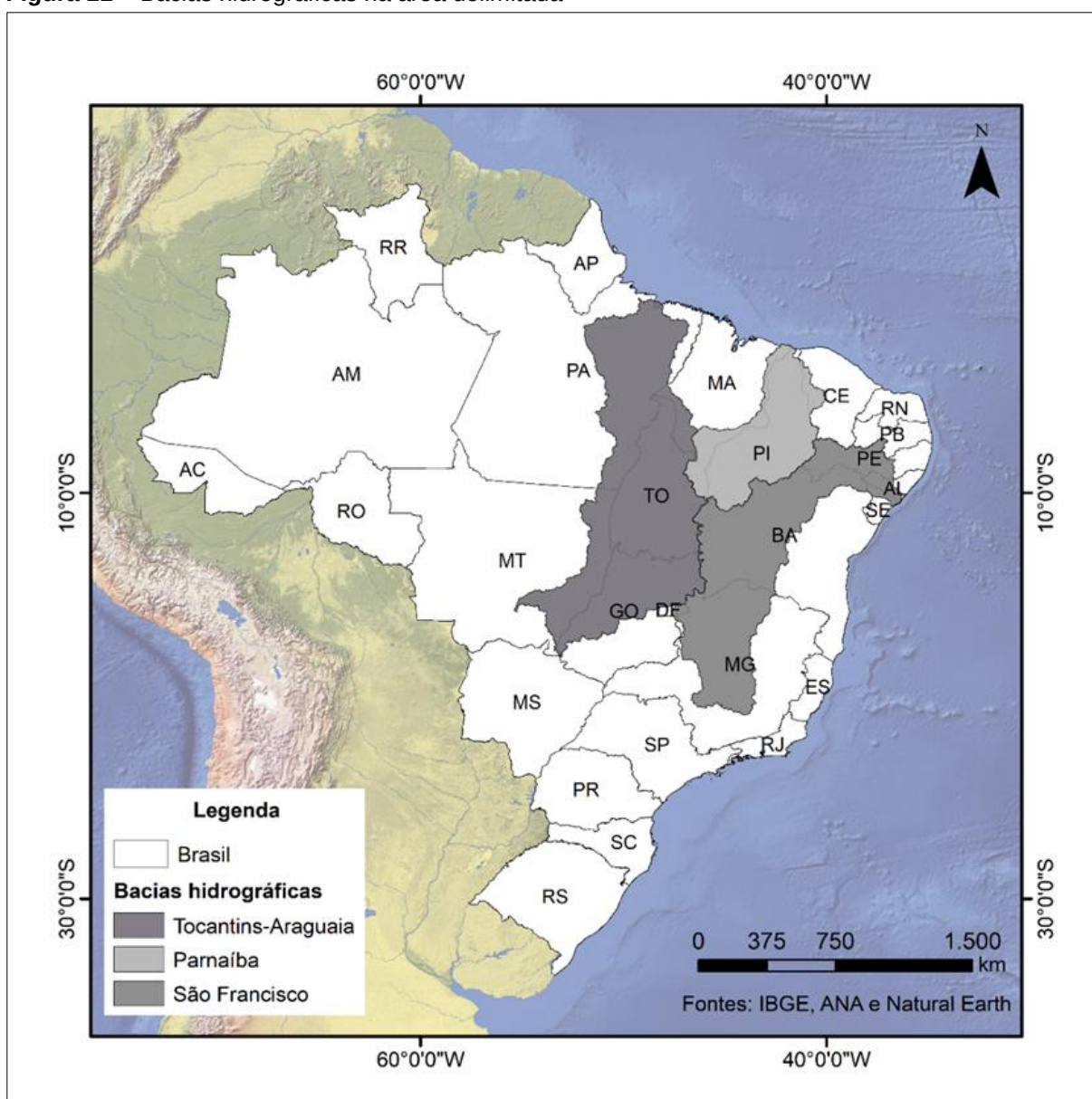
| Família Linguística: Gê   |                                                      |
|---------------------------|------------------------------------------------------|
| POVOS INDÍGENAS           | ESTADOS<br>(presença a partir do recorte geográfico) |
| AKROÁ                     | Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins                   |
| AKWĒ-ŠAVÁNTE              | Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins             |
| APINAYÉ                   | Pará e Tocantins                                     |
| DYÓRE                     | Pará                                                 |
| GAVIÕES                   | Pará                                                 |
| GÓROTIRE                  | Pará                                                 |
| GUEGUÉ                    | Maranhão, Piauí e Tocantins                          |
| IRĀ-AMRÁIRE               | Pará                                                 |
| JAICÓ                     | Piauí                                                |
| KANAKATEYÉ                | Maranhão                                             |
| KAPÁIRE                   | Pará                                                 |
| KAYAPÓ                    | Mato Grosso e Pará                                   |
| KENPÓKATEYE               | Tocantins                                            |
| KRAHÓ                     | Maranhão e Tocantins                                 |
| KRĒYÉ                     | Maranhão                                             |
| KRIKATÍ                   | Maranhão                                             |
| KRUATIRE                  | Pará                                                 |
| KUBĒ-KRĀ-KEGN             | Pará                                                 |
| KUBĒ-KRĀ-NOTI             | Pará                                                 |
| MÁKAMEKRA                 | Tocantins                                            |
| NYURUKWAYÉ                | Tocantins                                            |
| PÕREKAMEKRA               | Maranhão e Tocantins                                 |
| PUKÓPYE                   | Maranhão                                             |
| PURUKAROD                 | Pará                                                 |
| ŠAKRIABÁ                  | Bahia, Piauí e Tocantins                             |
| ŠERÉNTE                   | Maranhão, Piauí e Tocantins                          |
| SUYÁ                      | Mato Grosso                                          |
| TIMBIRA                   | Maranhão, Pará e Piauí                               |
| Família Linguística: Tupi |                                                      |
| POVOS INDÍGENAS           | ESTADOS<br>(presença a partir do recorte geográfico) |
| AMANAYÉ                   | Maranhão e Pará                                      |
| ANAMBÉ                    | Pará                                                 |
| ARAWINE                   | Mato Grosso                                          |
| ARICOBÉ                   | Bahia e Tocantins                                    |
| ARUPÁY                    | Pará                                                 |
| CANOEIROS                 | Goiás e Tocantins                                    |
| GUAJÁ                     | Maranhão e Pará                                      |
| GUAJAJÁRA                 | Maranhão                                             |
| KAMAYURÁ                  | Mato Grosso                                          |
| KUPĒ-ROP                  | Pará                                                 |
| PARAKANĀ                  | Pará                                                 |
| TAPIRAPÉ                  | Mato Grosso                                          |
| TEMBÉ                     | Maranhão e Pará                                      |
| TUPINAMBÁ                 | Tocantins                                            |
| TURIWÁRA                  | Pará                                                 |
| YURÚNA                    | Mato Grosso e Pará                                   |

| Família Linguística: Karayá                |                                                      |
|--------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| POVOS INDÍGENAS                            | ESTADOS<br>(presença a partir do recorte geográfico) |
| KARAYÁ                                     | Goiás, Mato Grosso, Pará e Tocantins                 |
| ŠAMBIOÁ                                    | Pará e Tocantins                                     |
| YAVAÉ                                      | Tocantins                                            |
| Família Linguística: Karib                 |                                                      |
| POVOS INDÍGENAS                            | ESTADOS<br>(presença a partir do recorte geográfico) |
| ARÁRA                                      | Pará                                                 |
| KALAPALU                                   | Mato Grosso                                          |
| KUIKUTL                                    | Mato Grosso                                          |
| NARAVUTE                                   | Mato Grosso                                          |
| TSUVA                                      | Mato Grosso                                          |
| YARUMÁ                                     | Mato Grosso                                          |
| Família Linguística: Aruak                 |                                                      |
| POVOS INDÍGENAS                            | ESTADOS<br>(presença a partir do recorte geográfico) |
| ARUÁ                                       | Pará                                                 |
| WAURÁ                                      | Mato Grosso                                          |
| YAWARAPITI                                 | Mato Grosso                                          |
| Família Linguística: Otuké                 |                                                      |
| POVOS INDÍGENAS                            | ESTADOS<br>(presença a partir do recorte geográfico) |
| BORÓRO                                     | Mato Grosso                                          |
| Família Linguística: Isolada               |                                                      |
| POVOS INDÍGENAS                            | ESTADOS<br>(presença a partir do recorte geográfico) |
| TRUMAI                                     | Mato Grosso                                          |
| Família Linguística: Botocudo (Borun)      |                                                      |
| POVOS INDÍGENAS                            | ESTADOS<br>(presença a partir do recorte geográfico) |
| PIMENTEIRAS                                | Piauí                                                |
| Família Linguística: Línguas Desconhecidas |                                                      |
| POVOS INDÍGENAS                            | ESTADOS<br>(presença a partir do recorte geográfico) |
| ARAE                                       | Mato Grosso                                          |
| BURITIGUARA                                | Mato Grosso                                          |
| CARAMBÚ                                    | Pará                                                 |
| GUAPINDAYE                                 | Mato Grosso                                          |
| JACUNDÁ                                    | Pará                                                 |
| JAUARÍ                                     | Pará                                                 |
| JUNDIAHY                                   | Pará                                                 |
| KAYAMO                                     | Mato Grosso                                          |
| TACAYUNA                                   | Pará                                                 |
| TAPACUÁ                                    | Tocantins                                            |
| TAPIRAUA                                   | Pará                                                 |

Fonte: Plataforma Nimuendajú (2022).

Cabe ressaltar a importância da língua e do território para os povos originários, sendo elementos considerados indissociáveis. Assim, no quadro 5, apresentam-se as famílias linguísticas relacionadas aos 70 povos originários identificados, observando a predominância da família linguística Gê, de modo a compreender que esses grupos viviam em localidades próximas. Na figura 11, apresentam-se as bacias hidrográficas no âmbito territorial abrangido:

**Figura 11** – Bacias hidrográficas na área delimitada



Fonte: Elaborado por Monteiro (2023).

Acerca da localização dos estados em destaque, no quadro 6, evidenciam-se as respectivas regiões do Brasil às quais pertencem:

**Quadro 6** – Localização geográfica dos estados em destaque

| Estado      | Região       |
|-------------|--------------|
| Goiás       | Centro-Oeste |
| Mato Grosso | Centro-Oeste |
| Bahia       | Nordeste     |
| Maranhão    | Nordeste     |
| Piauí       | Nordeste     |
| Pará        | Norte        |
| Tocantins   | Norte        |

Fonte: Elaborado pela autora.

Na figura 12, destacam-se os grupos indígenas identificados no atual estado do Tocantins, correspondendo a 18 grupos. No entanto, ressalta-se que, ao realizar a busca indicando apenas os nomes dos grupos originários apresentados, nota-se a dispersão desses povos em outros estados brasileiros, próximos e distantes do recorte geográfico específico da pesquisa, pois foram apontados na busca 63 registros, ou seja, verificou-se que muitos desses grupos foram localizados não apenas no estado tocaninense.

Ao restringir a pesquisa ao estado do Tocantins, observa-se na figura 13, que foram totalizados 18 grupos em 28 registros. Esses números indicam a presença dos mesmos grupos em áreas próximas ao estado tocaninense, com destaque para os Akwẽ-Šavánte, que foram identificados em uma extensa área territorial que abarca os estados de Goiás, Maranhão e Tocantins. Destacam-se também as famílias linguísticas pertencentes aos povos identificados, com predominância para a família linguística Gê/Jê<sup>12</sup>.

Ainda, em relação aos 18 povos identificados no território tocaninense, no quadro 7, é possível observar detalhes de informações sobre esses grupos. Para tanto, apresentam-se a nomeação do povo; a família linguística; a situação dos povos (existentes e extintos); a situação da sede (atual, abandonada, sem classificação); o ano de datação inicial e final; a referência do lugar (indicando os rios próximos de onde viviam); as unidades de conservação; as macrorregiões; os biomas (com ênfase para o Cerrado); os estados e os municípios.

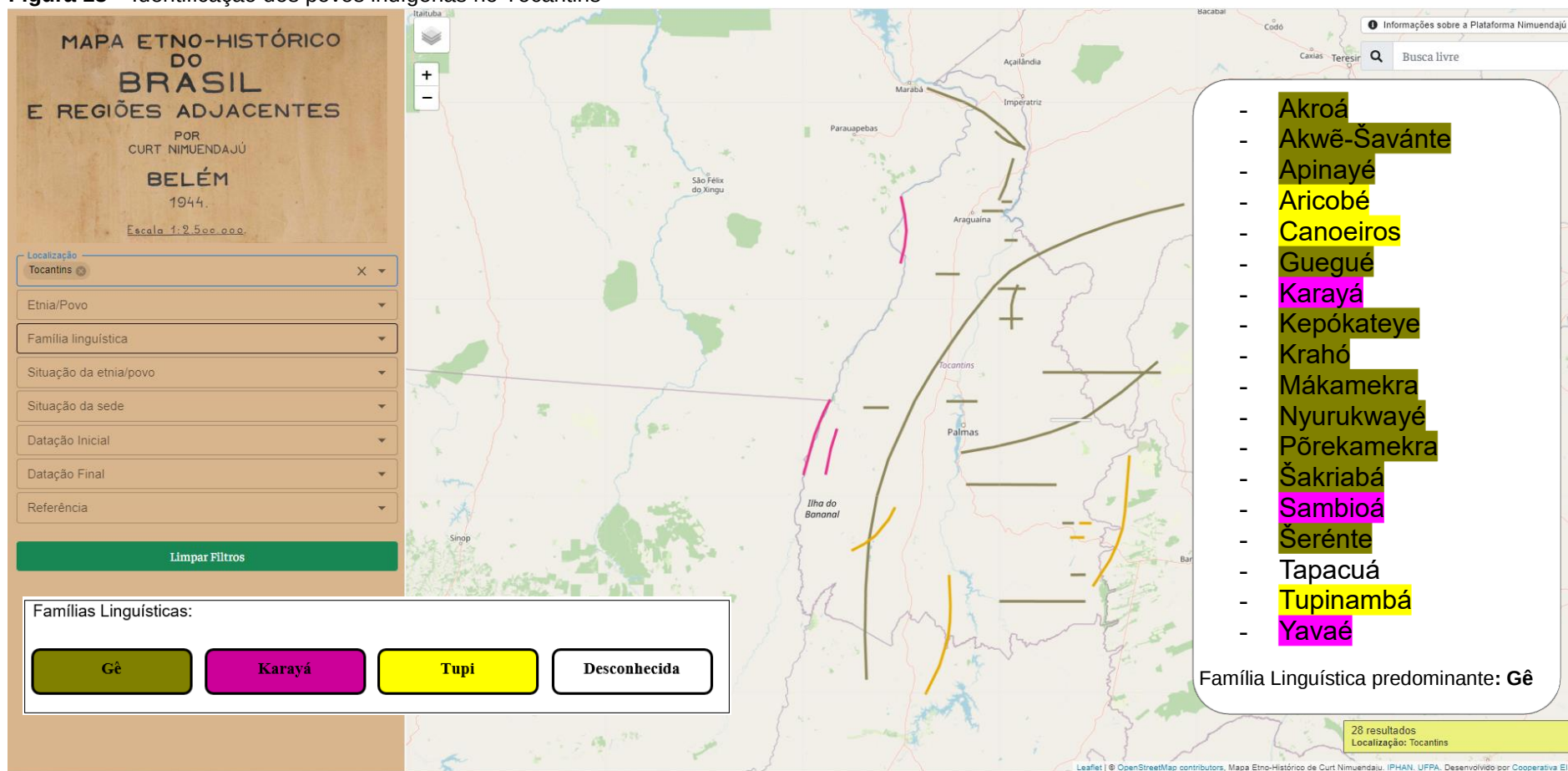
<sup>12</sup> Aponta-se que há pesquisadores que usam a grafia Gê, outros Jê. Nesta dissertação, a grafia Gê foi mencionada a partir das informações obtidas no Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, de Curt Nimuendajú e a grafia Jê, a partir de apontamentos de outros pesquisadores.

**Figura 12 – Identificação dos povos indígenas do Tocantins em outras localidades**



Fonte: Plataforma Nimuendajú, (2022).

**Figura 13 – Identificação dos povos indígenas no Tocantins**



Fonte: Adaptado pela autora com base em Plataforma Nimuendajú (2022).

**Quadro 7 – Povos indígenas no Tocantins**

| Povo indígena       | Família linguística | Situação da etnia/povo | Situação da sede  | Datação inicial | Datação final | Referência de lugar                      | UC                       | Região        | Bioma(s) | UF             | Municípios                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|---------------------|---------------------|------------------------|-------------------|-----------------|---------------|------------------------------------------|--------------------------|---------------|----------|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Akroá</b>        | Gê                  | Extinta                | Sem classificação | -               | -             | Rio Balsas                               | Serra Geral do Tocantins | N             | Cerrado  | TO             | Almas, Monte do Carmo, Pindorama do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins, Porto Nacional e Silvanópolis                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Akroá</b>        | Gê                  | Extinta                | Sem classificação | 1751            | -             | Rio Manuel Alves da Natividade           | -                        | N             | Cerrado  | TO             | Dianópolis                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>Akwẽ-Šavánte</b> | Gê                  | Existente              | Abandonada        | -               | -             | Próximo ao Rio Cana-Brava e Rio Parnaíba | Ilha do Bananal-Cantão   | NE<br>CO<br>N | Cerrado  | MA<br>GO<br>TO | MA: Balsas, Carolina, Chapada das Mesas, Fortaleza dos Nogueiras, Loreto, Riachão, Sambaíba e São Raimundo das Mangabeiras<br><br>GO: Amaralina, Bonópolis, Novo Planalto e Porangatu<br><br>TO: Abreulândia, Araguaçu, Barra do Ouro, Chapada de Areia, Cristalândia, Dois Irmãos do Tocantins, Divinópolis do Tocantins, Dueré, Formoso do Araguaia, Goiatins, Guaraí, Itacajá, Itapiratins, Miracema do Tocantins, Miranorte, Monte Santo do Tocantins, Pium, Sandolândia, Santa Rita do Tocantins, Tabocão e Tupiratins |

|                  |      |           |            |      |      |                                         |                                                               |         |                    |          |                                                                                                                                                            |
|------------------|------|-----------|------------|------|------|-----------------------------------------|---------------------------------------------------------------|---------|--------------------|----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Apinayé</b>   | Gê   | Existente | Abandonada | 1793 | -    | Rio Araguaia                            | -                                                             | N       | Amazônia e Cerrado | PA<br>TO | PA: Brejo Grande do Araguaia e São João do Araguaia<br><br>TO: Araguatins, Cachoeirinha, Maurilândia do Tocantins, São Bento do Tocantins e Tocantinópolis |
| <b>Apinayé</b>   | Gê   | Existente | Atual      | -    | -    | Próximo ao Rio Araguaia                 | -                                                             | N       | Cerrado            | TO       | Cachoeirinha, Maurilândia do Tocantins e Tocantinópolis                                                                                                    |
| <b>Aricobé</b>   | Tupi | Existente | Abandonada | -    | -    | Rio Palma e Rio Preto                   | -                                                             | N       | Cerrado            | TO       | Dianópolis                                                                                                                                                 |
| <b>Aricobé</b>   | Tupi | Existente | Abandonada | -    | -    | Próximo ao Rio Palma                    | Serra Geral do Tocantins, Bacia do Rio de Janeiro e Rio Preto | NE<br>N | Cerrado            | BA<br>TO | BA: Formoso do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães e Riachão das Neves<br><br>TO: Taguatinga                                                                 |
| <b>Canoeiros</b> | Tupi | Existente | Atual      | -    | -    | Próximo ao Rio Araguaia                 | -                                                             | N       | Cerrado            | TO       | Dueré e Formoso do Araguaia                                                                                                                                |
| <b>Canoeiros</b> | Tupi | Existente | Abandonada | 1824 | 1844 | Rio Paranã, próximo ao Rio Santa Teresa | -                                                             | CO<br>N | Cerrado            | GO<br>TO | GO: Campinorte, Formoso, Montividiu do Norte e Trombas<br><br>TO: Jaú do Tocantins, Palmeirópolis e Peixe                                                  |

|                    |        |           |                      |      |      |                                |                                 |         |                       |                |                                                                                          |
|--------------------|--------|-----------|----------------------|------|------|--------------------------------|---------------------------------|---------|-----------------------|----------------|------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Guegué</b>      | Gê     | Extinta   | Sem<br>classificação | 1765 | 1765 | Rio Balsas e<br>Rio Paranaíba  | Nascentes<br>do Rio<br>Parnaíba | NE<br>N | Cerrado               | MA<br>PI<br>TO | MA: Alto Paranaíba<br>PI: Santa Filomena<br>TO: Lizarda e Rio Sono                       |
| <b>Karayá</b>      | Karayá | Existente | Atual                | -    | -    | Rio<br>Araguaia                | Araguaia                        | CO<br>N | Amazônia<br>e Cerrado | MT<br>PA<br>TO | MT: Luciara e Santa Terezinha<br>PA: Santana do Araguaia<br>TO: Lagoa da Confusão e Pium |
| <b>Kenpókateye</b> | Gê     | Existente | Atual                | -    | -    | Próximo ao<br>Rio<br>Tocantins | -                               | N       | Cerrado               | TO             | Goiatins                                                                                 |
| <b>Krahó</b>       | Gê     | Existente | Atual                | -    | -    | Próximo ao<br>Rio<br>Tocantins | -                               | N       | Cerrado               | TO             | Goiatins, Itacajá e Santa Maria do<br>Tocantins                                          |
| <b>Krahó</b>       | Gê     | Existente | Abandonada           | 1835 | -    | Próximo ao<br>Rio Farinha      | -                               | N       | Cerrado               | TO             | Babaçulândia                                                                             |
| <b>Krahó</b>       | Gê     | Existente | Abandonada           | 1844 | -    | Rio<br>Tocantins               | -                               | N       | Cerrado               | TO             | Barra de Ouro e Filadélfia                                                               |
| <b>Mákamekra</b>   | Gê     | Existente | Atual                |      |      | Próximo ao<br>Rio<br>Tocantins | -                               | N       | Cerrado               | TO             | Itacajá                                                                                  |

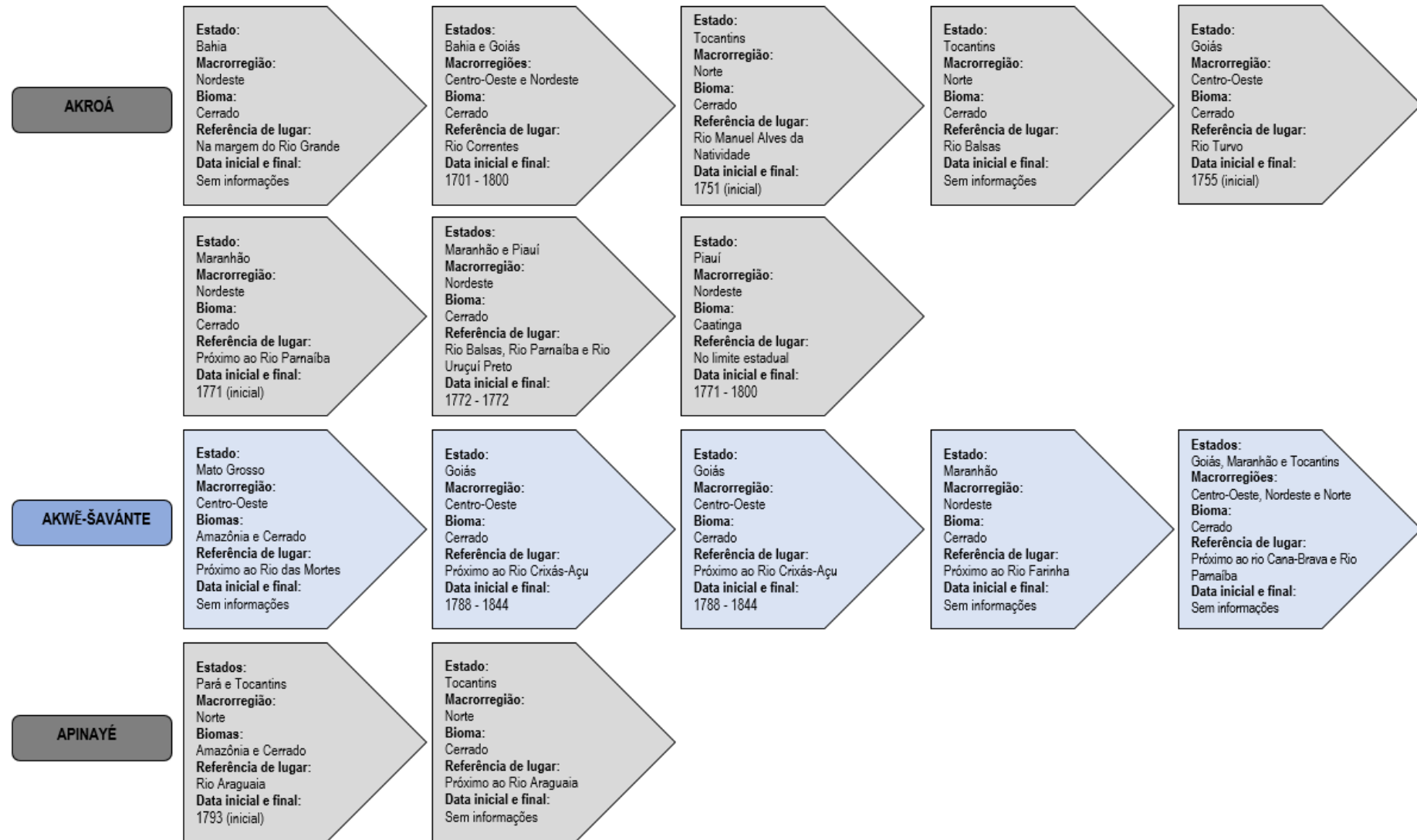
|                    |        |           |                   |      |      |                          |   |   |                    |          |                                                                                                                |
|--------------------|--------|-----------|-------------------|------|------|--------------------------|---|---|--------------------|----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Nyurukwayé</b>  | Gê     | Extinta   | Sem classificação | 1815 | -    | Próximo ao Rio Farinha   | - | N | Cerrado            | TO       | Aguianópolis, Darcinópolis, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Santa Terezinha do Tocantins e Wanderlândia        |
| <b>Põrekamekra</b> | Gê     | Extinta   | Sem classificação | 1808 | 1819 | Próximo ao Rio Tocantins | - | N | Cerrado            | TO       | Babaçulândia                                                                                                   |
| <b>Šakriabá</b>    | Gê     | Extinta   | Sem classificação | 1751 | 1756 | Rio Palma                | - | N | Cerrado            | TO       | Ponte Alta do Bom Jesus e Taguatinga                                                                           |
| <b>Šakriabá</b>    | Gê     | Extinta   | Sem classificação | 1701 | 1800 | Rio Palma                | - | N | Cerrado            | TO       | Arraias, Aurora do Tocantins e Parana                                                                          |
| <b>Šambioá</b>     | Karayá | Existente | Atual             | -    | -    | Rio Araguaia             | - | N | Amazônia           | PA<br>TO | PA: Arapoema, Conceição do Araguaia, Rio Maria e Xinguara<br>TO: Araguaína, Pau d'Arco e Santa Fé do Araguaia. |
| <b>Šerénte</b>     | Gê     | Existente | Abandonada        | 1920 |      | Próximo ao Rio Tocantins |   | N | Amazônia e Cerrado | TO       | Bandeirantes do Tocantins, Colinas do Tocantins e Palmeirense                                                  |
| <b>Šerénte</b>     | Gê     | Existente | Abandonada        | -    | -    | -                        | - | N | Cerrado            | TO       | Divinópolis do Tocantins e Marianópolis do Tocantins                                                           |

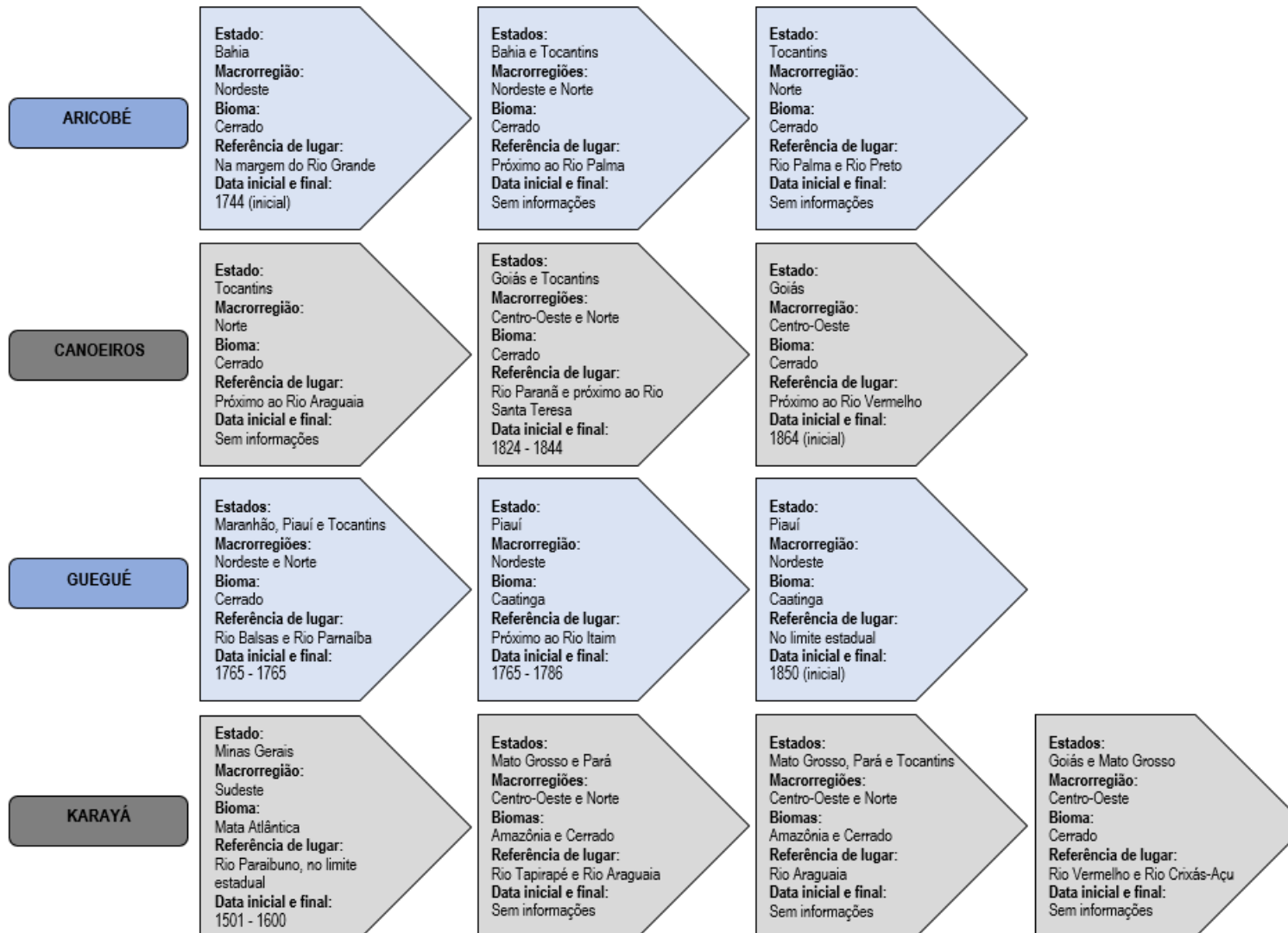
|                  |        |           |                   |      |   |                                         |                                     |         |         |                |                                                                                                                                                                                             |
|------------------|--------|-----------|-------------------|------|---|-----------------------------------------|-------------------------------------|---------|---------|----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Šerénte</b>   | Gê     | Existente | Abandonada        | -    | - | Rio Tocantins                           | Serra do lajeado                    | N       | Cerrado | TO             | Lajeado, Miracema do Tocantins e Tocantínia                                                                                                                                                 |
| <b>Šerénte</b>   | Gê     | Existente | Abandonada        | -    | - | Rio Balsas, Rio Sono e Rio Uruçuí Preto | Nascentes do Rio Parnaíba e Jalapão | NE<br>N | Cerrado | MA<br>PI<br>TO | MA: Alta Parnaíba<br><br>PI: Gilbués<br><br>TO: Lagoa do Tocantins, Mateiros, Monte do Carmo, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Porto Nacional, Santa Filomena e São Félix do Tocantins |
| <b>Tapacuí</b>   | -      | Extinta   | Sem classificação | 1793 | - | Rio Sono                                | Jalapão                             | N       | Cerrado | TO             | Novo Acordo e São Félix do Tocantins                                                                                                                                                        |
| <b>Tupinambá</b> | Tupi   | Extinta   | Sem classificação | 1823 | - | Próximo ao Rio Palma                    | -                                   | N       | Cerrado | TO             | Dianópolis e Novo Jardim                                                                                                                                                                    |
| <b>Yavaé</b>     | Karayá | Existente | Atual             | -    | - | Próximo ao Rio Araguaia                 | Araguaia                            | N       | Cerrado | TO             | Lagoa da Confusão e Pium                                                                                                                                                                    |

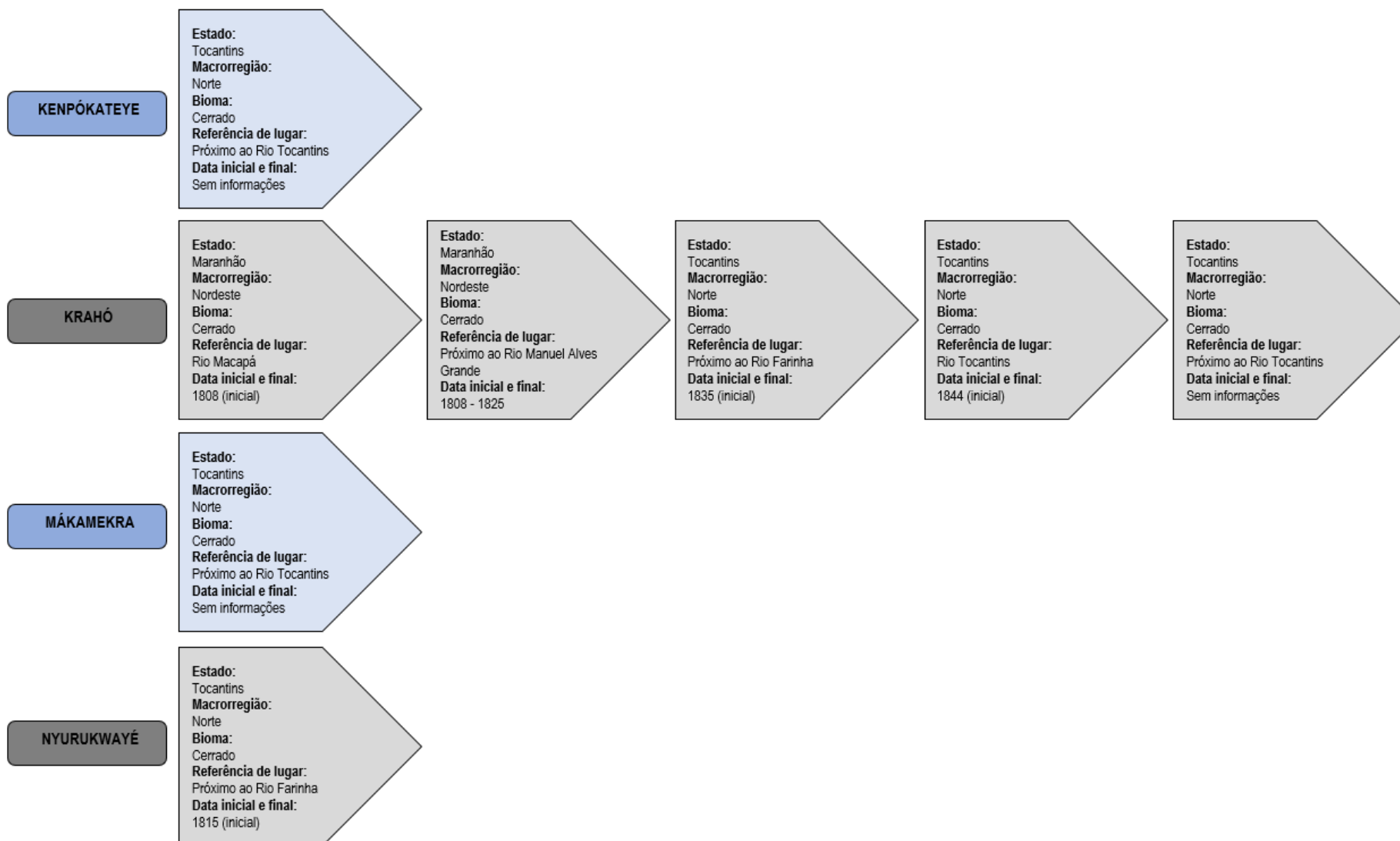
Notas: Unidade de Conservação (UC); Unidade da Federação (UF); Centro-Oeste (CO); Nordeste (NE) e Norte (N).

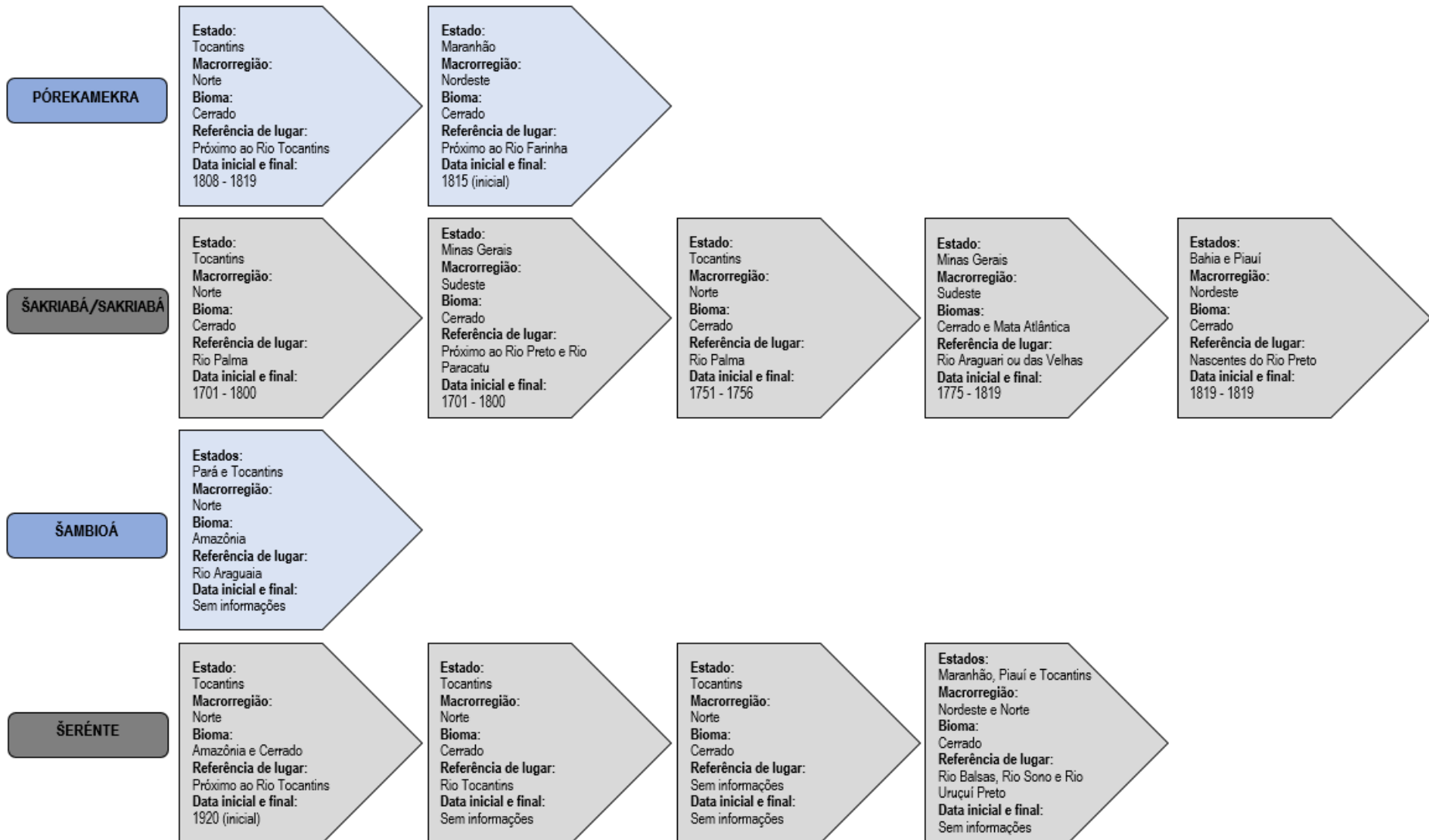
Fonte: Elaborado pela autora com base em Plataforma Nimuendajú (2022).

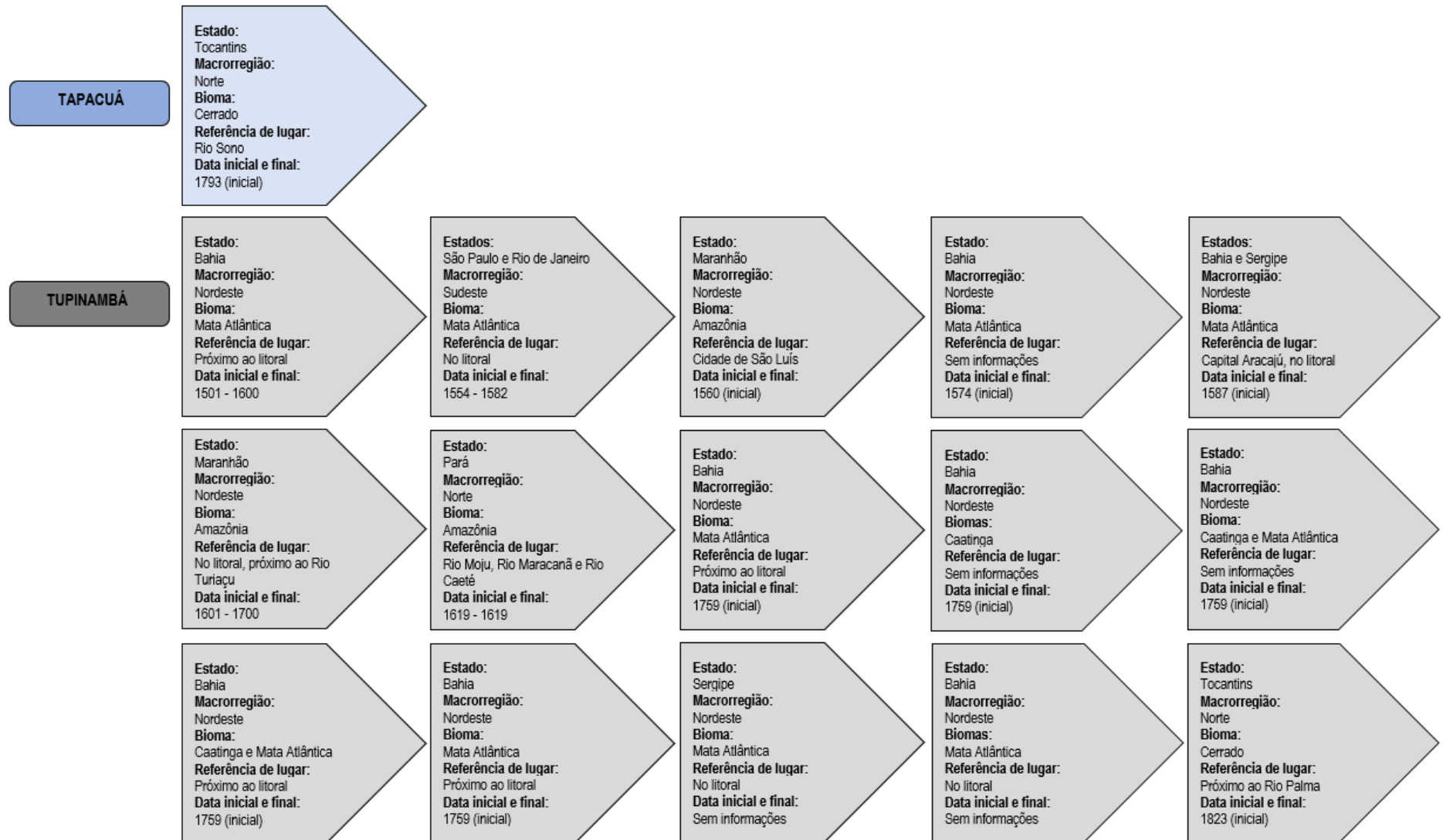
**Figura 14 – Povos indígenas do Tocantins e regiões adjacentes**

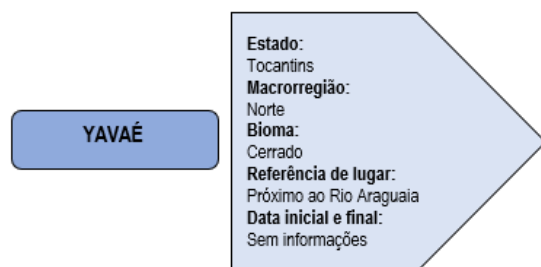












Fonte: Elaborado pela autora com base em Plataforma Nimuendajú (2022).

Para uma melhor compreensão dos locais onde esses grupos foram registrados (para além do recorte geográfico), na figura 14, observam-se informações sobre os povos indígenas; estado; região; bioma; referência de lugar, assim como datação inicial e final.

Ao realizar a busca acerca dos povos indígenas no estado do Tocantins, percebe-se que, entre os povos identificados, também há registros de determinados grupos nos estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe, de modo a compreender que fluxos migratórios ocorreram ao longo dos anos. Neste sentido, a seguir, destacam-se alguns pontos relevantes sobre a presença dos povos originários nesses estados, de acordo com as referências reunidas e utilizadas por Nimuendajú para a confecção do mapa.

Os Akroá foram registrados duas vezes na Bahia, em Goiás, no Maranhão, no Piauí e no Tocantins. Na Bahia e em Goiás, a presença ocorreu a partir de 1701; no Tocantins, a partir de 1751; enquanto no Maranhão e no Piauí, desde 1771. Os Akwẽ-Šavánte apresentaram três registros em Goiás, com início em 1788. Houve também dois apontamentos no Maranhão; e nos estados do Mato Grosso e Tocantins, um registro cada. O povo Apinayé teve presença registrada no Tocantins em dois momentos e no Pará houve um apontamento. Em ambos os estados, os registros aconteceram a partir de 1793.

Os Aricobé tiveram presença marcada em dois momentos, tanto na Bahia como no Tocantins, sendo que no estado da Bahia, desde 1744. Sobre os Canoeiros, os mesmos foram apresentados duas vezes em Goiás e no Tocantins, desde 1824. O grupo dos Guegué foi registrado de 1765 em diante, sendo três vezes no Piauí; e uma vez no Maranhão e no Tocantins. Os Karayá foram notados uma vez no estado de Minas Gerais, com data inicial em 1501; três vezes no Mato Grosso; em dois momentos no Pará; e uma vez em Goiás e no Tocantins. Os Krahó foram apontados em duas localidades no estado maranhense, sendo registrados desde 1808 e no Tocantins, notados em três localidades, a contar de 1835. Já os Kenpókateye, os Mákamekra e os Nyurukwayé foram apontados uma vez no estado tocantinense. Os Nyurukwayé tiveram registro inicial desde 1815. O grupo Põrekamekra foi registrado uma vez no Tocantins, com data inicial de 1808 e no Maranhão, desde 1815.

Os Šakriabá/Sakriabá foram notados no Tocantins na mesma localidade em duas datas distintas, 1701 e 1751. Em Minas Gerais, em duas localidades com data inicial de 1701; e na Bahia e no Piauí, uma vez, em 1819. Os Šambioá

registraram presença em uma ocasião no Pará e no Tocantins. Os Šerénte tiveram quatro registros no estado tocaninense, com presença apontada em quatro locais, com data inicial em 1920; e em uma localização no Maranhão e no Piauí. Os Tapacuá foram notados uma vez, a partir 1793, no estado tocaninense. Os Tupinambá tiveram maior recorrência de registros em estados diversos, sendo que na Bahia a presença foi apontada em nove momentos; no Maranhão e em Sergipe duas vezes; e em São Paulo, no Pará, no Rio de Janeiro e no Tocantins, em uma ocasião cada. No estado da Bahia, a presença foi notada desde 1501; em São Paulo e no Rio de Janeiro, a partir de 1554; no Maranhão desde 1560; em Sergipe, a partir de 1587; no Pará, desde 1619 e no Tocantins, a partir de 1823. Os Yavaé foram registrados em uma localidade no estado do Tocantins.

Diante dos breves apontamentos, observa-se que os povos originários em destaque, sempre estiveram próximos aos rios, locais importantes para suas vivências culturais. Assim, a configuração geográfica na qual os povos indígenas estão inseridos, advém de diversos processos de transformação, como os sociais, ambientais, territoriais, dentre outros.

Com base nas informações contidas no mapa elaborado por Nimuendajú e apresentadas na figura 14, destacam-se os povos indígenas existentes e extintos no Tocantins. Os povos existentes corresponderam aos Akwě-Šavánte, Apinayé, Aricobé, Canoeiros, Karayá, Kenpókateye, Krahó, Mákamekra, Šambioá, Šerénte e Yavaé e os povos extintos corresponderam aos Akroá, Guegué, Nyurukwayé, Põrekamekra, Šakriabá, Tapacuá e Tupinambá.

## 4 OS POVOS INDÍGENAS DO TOCANTINS: ORIGENS E CONFORMAÇÕES TERRITORIAIS CONTEMPORÂNEAS

### 4.1 Povos e terras indígenas presentes no Tocantins

Alusivo ao protagonismo indígena, destaca-se a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI). O Decreto nº 11.355, de 1º de janeiro de 2023 em seu artigo 1º apresenta:

O Ministério dos Povos Indígenas, órgão da administração pública federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:  
I - política indigenista; II - reconhecimento, garantia e promoção dos direitos dos povos indígenas; III - reconhecimento, demarcação, defesa, usufruto exclusivo e gestão das terras e dos territórios indígenas; IV - bem viver dos povos indígenas; V - proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato; e VI - acordos e tratados internacionais, em especial a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, quando relacionados aos povos indígenas (BRASIL, 2023).

No dia 11 de janeiro do ano de 2023, a ministra Sônia Guajajara, assumiu o Ministério dos Povos Indígenas. O ministério visa o diálogo direto com os povos originários (TERENA, 2023).

Na localidade foco da pesquisa, destaca-se a criação da Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais do Tocantins, em janeiro de 2023, tendo como secretária Narubia Werreria, a primeira indígena a fazer parte da gestão do Governo do Tocantins (GOVERNO DO TOCANTINS, 2023). Narubia pertence ao povo Iny (Karajá).

Contemporaneamente, os povos indígenas do Tocantins correspondem aos Apinajé/Apinayé; Avá-Canoeiro; Guarani Mbya; Javaé; Karajá; Karajá do Norte (Xambioá); Krahô; Krahô-Kanela; Tapirapé e Xerente (ISA, 2021b). Acrescenta-se a esses dados, o povo Pankararu, citado pelo Instituto Indígena do Tocantins (INDTINS)<sup>13</sup>, de modo a corroborar que são “[...] mais de 9 povos, cada um com sua língua, artesanato, agricultura e realidades diferentes” (INDTINS, 2022). Com base nas informações obtidas a partir do ISA (2023), adiciona-se o grupo dos Gavião Akrãtikatêjê.

<sup>13</sup> O Instituto Indígena do Tocantins é uma Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, que luta pelos direitos dos povos indígenas no Tocantins (INDTINS, 2022).

Ao contextualizar dados acerca dos povos originários na América Latina, no Brasil e, especificamente, no estado do Tocantins, evidenciam-se algumas informações a partir da figura 15:

**Figura 15** – Povos indígenas na América Latina, Brasil e Tocantins



Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2010a); CEPAL (2015); FUNAI (2021); ISA (2021b) e INDITINS (2022).

As informações relativas às terras indígenas no estado tocantinense estão apresentadas no quadro 8. Cabe enfatizar que os dados acerca dos povos e terras indígenas que fazem parte da composição atual do estado do Tocantins variam, uma vez que podem ocorrer alterações demográficas, assim como movimentos internos, dentre outros motivos. Para isso, as informações mencionadas na pesquisa, foram consideradas a partir de fontes distintas.

**Quadro 8 – Terras indígenas no Tocantins**

| <b>Território Indígena</b>                         | <b>Área (ha)</b>    | <b>Situação Jurídica</b> | <b>Povo(s)</b>                                            | <b>População</b>              |
|----------------------------------------------------|---------------------|--------------------------|-----------------------------------------------------------|-------------------------------|
| <b>Terra Indígena Apinajé II</b>                   | Não apresentou dado | Em Identificação         | Apinayé                                                   | Não apresentou dado           |
| <b>Terra Indígena Apinayé</b>                      | 142 mil             | Homologada               | Apinayé                                                   | 2342<br>(SIASI/SESAI, 2014)   |
| <b>Parque Indígena Araguaia</b>                    | 1359 mil            | Homologada               | Avá-Canoeiro, Karajá, Javaé e Tapirapé                    | 3502<br>(FUNASA/PALMAS, 2010) |
| <b>Terra Indígena Cacique Fontoura</b>             | 32 mil              | Declarada                | Karajá                                                    | 489<br>(GT/FUNAI, 2001)       |
| <b>Terra Indígena Javaé/Ava Canoeiro (Canoanã)</b> | Não apresentou dado | Em Identificação         | Javaé                                                     | Não apresentou dado           |
| <b>Terra Indígena Funil</b>                        | 16 mil              | Homologada               | Xerente                                                   | 348<br>(FUNAI/PALMAS, 2011)   |
| <b>Terra Indígena Inãwébohona</b>                  | 377 mil             | Homologada               | Avá-Canoeiro, Karajá, Isolados da Ilha do Bananal e Javaé | 226<br>(IBGE, 2010)           |
| <b>Aldeia Takaywrá</b>                             | Não apresentou dado | Regularizada             | Krahô                                                     | Não apresentou dado           |
| <b>Reserva Indígena Krahô-Kanela</b>               | 8 mil               | Reservada                | Krahô-Kanela                                              | 122<br>(SIASI/SESAI, 2014)    |
| <b>Terra Indígena Kraolândia</b>                   | 303 mil             | Homologada               | Krahô                                                     | 2992<br>(SIASI/SESAI, 2014)   |
| <b>Reserva Indígena Mänkratejê</b>                 | Não apresentou dado | Reservada                | Gavião Akrätikatêjê                                       | Não apresentou dado           |
| <b>Terra Indígena Maranduba</b>                    | 375                 | Homologada               | Karajá                                                    | 80<br>(SIASI/SESAI, 2014)     |
| <b>Terra Indígena Taego Áwa</b>                    | 29 mil              | Declarada                | Avá-Canoeiro                                              | 25<br>(FUNAI, 2012)           |
| <b>Terra Indígena Utaria Wyhyna/Iròdu Iràna</b>    | 177 mil             | Declarada                | Karajá e Javaé                                            | 116<br>(FUNAI/PALMAS, 2011)   |

|                               |                     |                  |                                          |                               |
|-------------------------------|---------------------|------------------|------------------------------------------|-------------------------------|
| <b>Terra Indígena Wahuri</b>  | Não apresentou dado | Em Identificação | Javaé                                    | 207<br>(SIASI/SESAI, 2014)    |
| <b>Terra Indígena Xambioá</b> | 3 mil               | Homologada       | Guarani (Guarani Mbya) e Karajá do Norte | 363<br>(SIASI/SESAI, 2013)    |
| <b>Terra Indígena Xerente</b> | 168 mil             | Homologada       | Xerente                                  | 2693<br>(FUNASA/PALMAS, 2011) |

Fonte: Elaborado pela autora com base em FUNAI (2021) e ISA (2023).

Em concordância com o Plano Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Tocantins (ZEE-TO), as Zonas Especiais das Terras Indígenas (ZETIs) que são integrantes do ZEE-TO englobam 19 municípios e compreendem nove terras indígenas: Apinayé; Araguaia; Funil; Kraolândia; Reserva Khraô-Kanela; Taego-Ãwa; Xambioá; Xerente e Maranduba (ZEE-TO, 2020). Para tanto, destaca-se que as terras indígenas citadas possuem cerca de 2.100.000 hectares, representando aproximadamente 7,4% do território tocantinense que é habitado por vários povos indígenas (GOVERNO DO TOCANTINS, 2020).

Cabe destacar a historiografia do estado tocantinense, que foi criado com a divisão do antigo estado de Goiás. A luta pela autonomia política do Norte goiano foi algo que envolveu várias gerações, já que a ideia apresentada de redivisão territorial do país vinha sendo discutida desde o final do século XIX e no decorrer do século XX. Em 1987, como reforço à proposta referente à criação do estado, já batizado Tocantins, uma emenda popular que continha aproximadamente 80 mil assinaturas foi apresentada pela Comissão de Estudos dos Problemas do Norte (CONORTE) à Assembleia Constituinte. A União Tocantinense foi criada, assim como o Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins, ambos para advogarem pela criação do estado (GOVERNO DO TOCANTINS, 2022).

Assim, no dia 5 de outubro de 1988, pelo artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, surgia o estado do Tocantins. Em 1º de janeiro de 1990 instalou-se a capital na cidade de Palmas, no entanto, a capital provisória escolhida localizava-se na região central do estado, a cidade de Miracema do Norte (GOVERNO DO TOCANTINS, 2022). Conforme a figura 16, verifica-se o antes e pós divisão territorial dos estados de Goiás e Tocantins:

**Figura 16 –** Localização geográfica do atual estado do Tocantins



Fonte: IBGE (2018).

Alguns apontamentos sobre os povos indígenas do Tocantins são destacados nas subseções seguintes.

#### 4.1.1 O povo Apinajé

Os Apinajé, também conhecidos como Apinayé, de autodenominação Pahí são pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê e à família linguística Jê. Habitam a região abarcada pelo encontro dos rios Araguaia e Tocantins. Esse povo pertence aos Timbira Ocidentais e as primeiras interações ocorreram durante o período de 1633 a 1658, quando foram abordados pelos jesuítas (ISA, 2021a).

O grupo sofreu uma drástica perda demográfica e social em meados do século XX, já que seu território foi invadido por migrantes, além de ter sido cortado por estradas. O processo de ocupação do território dos Apinajé ocorreu desde o final do século XVIII, no entanto, em virtude da implantação de amplos projetos desenvolvimentistas na região Norte de Goiás, intensificou-se no começo do século XX (ISA, 2021a). Atualmente, o povo Apinajé vive na região Norte do território tocantinense (GOVERNO DO TOCANTINS, 2021a).

Conforme citado por Ferracini e Nunes (2022), hoje em dia, é evidente a luta do povo Apinajé pela defesa territorial, sendo que o assunto é constantemente pauta de discussões dentro da comunidade. A territorialidade é considerada fundamental para a manutenção de sua prática tradicional.

#### 4.1.2 O povo Avá-Canoeiro

O povo Avá-Canoeiro, também conhecido como Cara Preta, autodenomina-se Āwa, que significa “gente”, “pessoa”, “ser humano”. Os Avá-Canoeiro fazem parte do tronco Tupi e da família linguística Tupi-Guarani. Esse grupo passou por “[...] um processo de dizimação” ao longo de sua história (GOVERNO DO TOCANTINS, 2021a).

Após inúmeros conflitos, desde o século XIX, houve uma mudança territorial em que parte do grupo que habitava as nascentes do rio Tocantins deslocou-se para a região do médio rio Araguaia. Com isso, ocorreram disputas territoriais com os Karajá e os Javaé, que tinham uma vivência secular na localidade em questão. De acordo com o INDTINS (2022) e ISA (2021a), durante o século XVIII, o grupo Avá-

Canoeiro foi considerado um dos mais resistentes em relação aos não indígenas, pois enfrentou um dos maiores genocídios indígenas no Brasil.

A Marcha para o Oeste, política pública do governo Getúlio Vargas, provocou novos fluxos migratórios no Brasil Central, sendo um dos fatores que atingiu drasticamente esse povo. Graves implicações resultaram na perda de terras dos Avá-Canoeiro. Atualmente, eles vivem dispersos em outras aldeias, mas continuam a reivindicar a demarcação territorial (ISA, 2021a). Assim como apresentado por Silva; Silva e Souza (2022), os Avá-Canoeiro habitam a bacia do rio Araguaia, no estado tocaninense, bem como a bacia do rio Tocantins, em Goiás.

#### 4.1.3 O povo Gavião Akrãtikatêjê

O povo Gavião se constitui pelos grupos Parkatêjê, Kyikatêjê e Akrãtikatêjê. São parte dos Timbira e pertencente à família linguística Jê (RIBEIRO JUNIOR, 2014).

O ISA (2023) aponta que os Gavião Akrãtikatêjê habitam a Terra Indígena Mãe Maria, no estado do Pará e a Reserva Indígena Mãnkratejê, no Tocantins.

#### 4.1.4 O povo Guarani Mbya

Os Guarani são compreendidos por diversas denominações, dentre elas, Kaiowá/Pãi-Tavyterã; Mbya/M'byá e Ñandeva/Nhandewa/Avá-Guarani. Pertencem ao tronco linguístico Tupi e à família linguística Tupi-Guarani. No estado do Tocantins, os Guarani Mbya habitam uma das áreas dos Xambioá (Karajá do Norte). Cabe ressaltar que também estão presentes na Argentina, Paraguai e Uruguai (ISA, 2021a). Alves e Vieira (2017) apresentam que os Guarani Mbya residem na Terra Indígena Xambioá desde a década de 1980, por conta de casamentos interétnicos ocorridos entre os Mbya e os Karajá do Norte.

No começo do século XX, os Mbya realizaram migração tanto para a costa atlântica de São Paulo como para a do Rio de Janeiro. Presentemente, encontram-se nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, além de se fazerem presentes nos estados do Maranhão e Tocantins (GUIMARÃES, 2005). Guimarães (2005) menciona que houve pouca modificação na unidade cultural do grupo. No caso linguístico, algumas variações dialetais ocorreram. O autor destaca que, apesar de estarem territorialmente dispersos, eles mantêm o mesmo aspecto cultural.

#### 4.1.5 O povo Javaé

Os Javaé fazem parte do povo Iny, que originou três povos: Karajá; Xambioá (Karajá do Norte) e Javaé, e compartilham da mesma matriz cultural e linguística (ISA, 2021a; MUSEU DO ÍNDIO, 2023). Os Javaé pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê e à família linguística Karajá (ISA, 2021a). São habitantes das margens do rio Araguaia e povos da antiga Capitania de Goiás que sobreviveram a numerosos casos de violência, advindos de capturas e massacres, à política repressora dos aldeamentos, epidemias trazidas pelos colonizadores, assim como à invasão de seus territórios originários (ISA, 2021a).

Em consequência de doenças que eram trazidas por não indígenas, houve a perda demográfica de grande parte do grupo, provocando a extinção de aldeias nas décadas iniciais do século XX, acarretando um sofrido processo de deslocamento territorial. A partir dos anos de 1950, os Javaé sobreviventes partiram das margens do rio Javaé para as aldeias que foram constituídas (ISA, 2021a). Assim como os Karajá, os Javaé vivem às margens do rio Araguaia há aproximadamente quatro séculos. Historicamente, são resistentes e resilientes culturalmente, mantendo aspectos fundamentais de sua cultura, mesmo sofrendo influências de não indígenas presentes em seus territórios (MATTOS *et al.*, 2013).

#### 4.1.6 O povo Karajá

Iny é a autodenominação do povo Karajá e significa “nós”, na língua do grupo, sendo pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê e à família linguística Karajá, que é composta de quatro variantes dialetais que correspondem ao Karajá do Sul; Karajá do Norte; Javaé e Xambioá (MUSEU DO ÍNDIO, 2023).

Os Iny formam o maior povo do estado tocaninense (GOVERNO DO TOCANTINS, 2021a). Os Karajá, assim como aponta Ribeiro (2017), reúnem-se nas praias do rio Araguaia, de modo a possuírem os maiores núcleos na Ilha do Bananal, essa que é formada pela bifurcação do rio Araguaia no centro geográfico do Brasil. De acordo com Giralдин e Javaé (2021, p. 163), a Ilha do Bananal é considerada “[...] a maior ilha fluvial do planeta”. É um patrimônio da humanidade, situado entre os estados de Goiás, Mato Grosso, Pará e Tocantins (MATTOS *et al.*, 2013).

O INDYTINS (2022) ressalta que o povo Karajá possui uma resistência secular. Há anos, vive próximo ao rio Araguaia, na Ilha do Bananal e cercanias. Considerada uma das áreas ecológicas de maior importância do país, a Ilha do Bananal localiza-se na faixa transitória entre os biomas do Cerrado e da Floresta Amazônica, possuindo imensa diversidade de fauna e flora (ISA, 2021a; INDYTINS, 2022; MUSEU DO ÍNDIO, 2023).

#### 4.1.7 O povo Karajá do Norte (Xambioá)

Conhecidos também como Xambioá, os Karajá do Norte habitam a margem direita do rio Araguaia e fazem parte do tronco linguístico Macro-Jê e da família linguística Karajá (ISA, 2021a). O grupo prefere a autodenominação “Karajá do Norte”.

Até o início do século XIX, pode-se considerar que esse povo era o mais numeroso dentre os grupos Karajá. Em torno de 1813, conflitos entre os Karajá do Norte e as guarnições militares ocorreram e perduraram até o final do século. No período correspondente ao final do século XIX e início do XX, aconteceram grandes perdas populacionais, sobretudo por conta das enfermidades, pelas quais foram acometidos (ISA, 2021a).

Alves e Vieira (2017) destacam que a vivência territorial dos Karajá tem intensa relação com a água, de modo a manterem proximidade com o rio Araguaia, localidade em que desenvolvem suas tradições culturais. Mesmo tendo se deslocado territorialmente por diversas pressões, estabeleceram sua territorialidade a partir do local em que vivem.

#### 4.1.8 O povo Krahô

Os Krahô, de autodenominação Mehim, pertencem ao povo Timbira. Compõem o tronco Macro-Jê e à família linguística Jê e vivem no Nordeste do Tocantins (ISA, 2021a). No século XIX, os Krahô iniciaram os primeiros encontros com os não indígenas, resultando em conflitos devido à tomada de terras por fazendeiros criadores de gado, que interiorizaram a colonização do Piauí para o Sul do Maranhão (ISA, 2021a). Santos (2019) apresenta que em meados do século XIX, houve um deslocamento territorial em que os Krahô saíram do Maranhão para o Tocantins. O fato ocorreu por causa da expansão das atividades pastoris e agrícolas. Para tais

frentes, os indígenas eram considerados como um obstáculo, já que ocupavam territórios necessários para essa expansão.

Hoje em dia, no território habitado pelos Krahô, nota-se que o grupo vem sofrendo impactos ocasionados pelo avanço do cultivo de soja. A partir do bioma Cerrado, o grupo busca a garantia da sua sobrevivência e a reprodução de aspectos biológicos, sociais e culturais (SANTOS, 2019). São reconhecidos como “os senhores do cerrado” (GOVERNO DO TOCANTINS, 2021a).

#### 4.1.9 O povo Krahô-Kanela

O povo Krahô-Kanela descende de dois povos distintos, os Krahô e os Kanela, e fazem parte do grupo Timbira. Os Krahô-Kanela pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê e à família linguística Jê, sendo originários do estado do Maranhão (INDTINS, 2022). Mauro (2013) ao mencionar sobre essa questão, enfatiza que no final do século XIX, os povos Krahô e Kanela sofreram um distanciamento no que se refere à convivência grupal por conta de ocasiões forçadas, resultando na perambulação desses indígenas por vários lugares do antigo Norte de Goiás, a qual se estendeu por décadas.

Em decorrência de diversos conflitos, foram expulsos de seus territórios tradicionais (INDTINS, 2022). A expulsão ocorreu em 1976 e, desde o início da década antecedente, junto à Funai, reivindicaram a regularização da posse do território que ocupavam (MAURO, 2013). Por meio de uma grande luta judicial, no início dos anos 2000, o grupo conseguiu regularizar sua terra indígena, localizada em Lagoa da Confusão, Tocantins, e obteve o reconhecimento étnico pela Funai (INDTINS, 2022). Tiveram, portanto, em 2002, “[...] a identidade indígena reconhecida oficialmente em boa medida, por força da ratificação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) pelo Congresso Nacional” (MAURO, 2013, p. 85). A regularização ocorreu após viverem um período na Ilha do Bananal, assim como em diversos municípios (GOVERNO DO TOCANTINS, 2021a).

Em conformidade com Mauro (2013), a comunidade dos Krahô-Kanela busca, por meio do contato com outros grupos indígenas, tomarem ciência de manifestações culturais desses povos, como forma de adaptarem e ressignificarem parte desses elementos culturais. Há ações que buscam a aproximação com alguns

grupos Krahô, assim como iniciativas que visam o aprendizado e fortalecimento cultural por meio do estímulo às danças, jogos, rituais e à confecção de artesanatos.

#### 4.1.10 O povo Pankararu

Os Pankararu são originários do estado de Pernambuco e se deslocaram até o Tocantins depois de serem expulsos por ações de posseiros (INDTINS, 2022). Conforme corroborado por Marques e Demarchi (2020), esses indígenas migraram para vários estados do país devido às invasões e perseguições por fazendeiros e posseiros. No Tocantins, hoje em dia, os Pankararu habitam as cidades de Figueirópolis e Gurupi.

A introdução forçada da língua portuguesa pelos missionários jesuítas na época do contato resultou na perda significativa de muitas palavras de sua língua (MARQUES; DEMARCHI, 2020). Originalmente, esse povo se comunicava por uma variante do Tupi-Guarani, porém, nas últimas décadas, houve uma ampla descaracterização no que se refere à sua língua (GOVERNO DO TOCANTINS, 2021c).

De acordo com Marques e Demarchi (2020), a migração dos Pankararu para o atual estado do Tocantins (antigo Norte goiano) ocorreu em torno de 1945, conforme relatado por um indígena do povo Pankararu. Atualmente, os Pankararu buscam manter suas tradições culturais e também se relacionam com aspectos culturais da área urbana. Reconhecem a importância de terem suas terras devidamente demarcadas, já que algumas práticas culturais acabam sendo enfraquecidas quando não possuem suas terras. Para eles, a demarcação de terras tem um significado mais simbólico do que geográfico (MARQUES; DEMARCHI, 2020).

Embora tenham optado por não retornarem ao estado originário, os Pankararu têm o direito de serem considerados como povo tocaninense, reconhecimento realizado por meio da Funai (GOVERNO DO TOCANTINS, 2021a). Contudo, eles ainda lutam pela demarcação de suas terras.

#### 4.1.11 O povo Tapirapé

Os Tapirapé se autodenominam Apyãwa (caminho da anta) e são pertencentes ao tronco linguístico Tupi e à família linguística Tupi-Guarani. No final da

década de 1940, em decorrência do surgimento de algumas doenças, houve um violento decréscimo populacional (ISA, 2021a). Nesse período, esse povo se dispersou por conta de conflitos entre grupos e tiveram novas vivências culturais vinculadas ao Cerrado, como a hidrografia e o meio ambiente (LIMA, NAZARENO, 2014).

Devido ao contato com as frentes de expansão desde meados do século XX, os Tapirapé sofreram uma acentuada redução populacional, período em que suas relações foram estreitadas com os Karajá, até então seus adversários. Destaca-se que após terem sua área tradicional ocupada por fazendas agropecuárias, os Tapirapé obtiveram na década de 1990, o reconhecimento oficial de duas terras indígenas, sendo uma delas coabitada pelos Karajá (ISA, 2021a).

Conforme citado por Lima e Nazareno (2014), assim como a maioria dos povos pertencentes ao Tupi-Guarani, os Tapirapé migraram em direção à região Centro-Oeste do país, e tiveram uma convivência forçosa com outros povos indígenas, maiormente aqueles pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, habitantes tradicionais do bioma Cerrado.

#### 4.1.12 O povo Xerente

O povo Xerente se autodenomina Akwê e pertence ao tronco linguístico Macro-Jê e à família linguística Jê. Segundo o ISA (2021a), os Akwê tiveram seus primeiros contatos com os não indígenas no século XVII, em virtude das chegadas de missões jesuítas, assim como da chegada dos colonizadores.

Ribeiro (2017) aponta que os Akwê (Akwê-Šavánte), viventes em regiões de campo, originalmente ocupavam a bacia do rio Tocantins, desde o Sul de Goiás até o Maranhão, expandindo-se do rio São Francisco até o Araguaia, conforme corroboram as informações advindas do Mapa Etno-Histórico, do etnólogo Curt Nimuendajú.

Os Akwê/Akwê/Akwen distribuíram-se em dois grupos (Xavante e Xerente), sendo que os Xavante migraram, em 1824, para a margem esquerda do rio Tocantins e, em 1859, para o rio das Mortes, no Mato Grosso. Enquanto os Xavante migraram para o Cerrado mato-grossense no final do século XIX, os Xerente permaneceram às margens do rio Tocantins (ISA, 2021a). Tal fato é corroborado por Ribeiro (2017) ao apontar que, em 1824, um grupo que passou a ser conhecido como Xavante iniciou o

deslocamento para a margem esquerda do Tocantins. Posteriormente, no ano de 1859, migraram para o rio Araguaia, fixando-se nos campos do rio das Mortes. Os Akwê voltaram à margem direita do rio Tocantins, estabelecendo-se desta maneira, em seu antigo território, e então, passaram a ser conhecidos como os Xerente.

No século XVIII, acentuou-se a colonização nos territórios indígenas devido à descoberta de minas de ouro. Isso resultou na expulsão dos Xavante e dos Xerente de suas terras ancestrais. Em 1870, esses indígenas foram perdendo seus territórios. “Não demorou muito para que moradores sertanejos se apossassem das terras dos Xerente” (RIBEIRO, 2009, p. 85). Esse período foi considerado conflituoso para o grupo, pois além de terem seu território já reduzido, este era também invadido por posseiros e fazendeiros (ISA, 2021a). Em 1972, a primeira área do povo Xerente foi demarcada e homologada. Não obstante, os recursos naturais e o território Xerente ainda enfrentam obstáculos, sendo ameaçados por empreendimentos, exploração ilegal de madeira, assim como pelo avanço da nova fronteira agrícola, dentre outros (ISA, 2021a).

No Cerrado do Tocantins estão localizados seus territórios, locais considerados estratégicos para projetos de desenvolvimento, o que se torna foco das atenções tanto em âmbito regional como nacional. Presentemente, o povo Xerente vive à margem direita do rio Tocantins (GOVERNO DO TOCANTINS, 2021a). No entanto, os Xerente têm sido pressionados para cederem suas terras, seja para a pavimentação de estradas que atravessam o território, seja para interligar diversos projetos (ISA, 2021a).

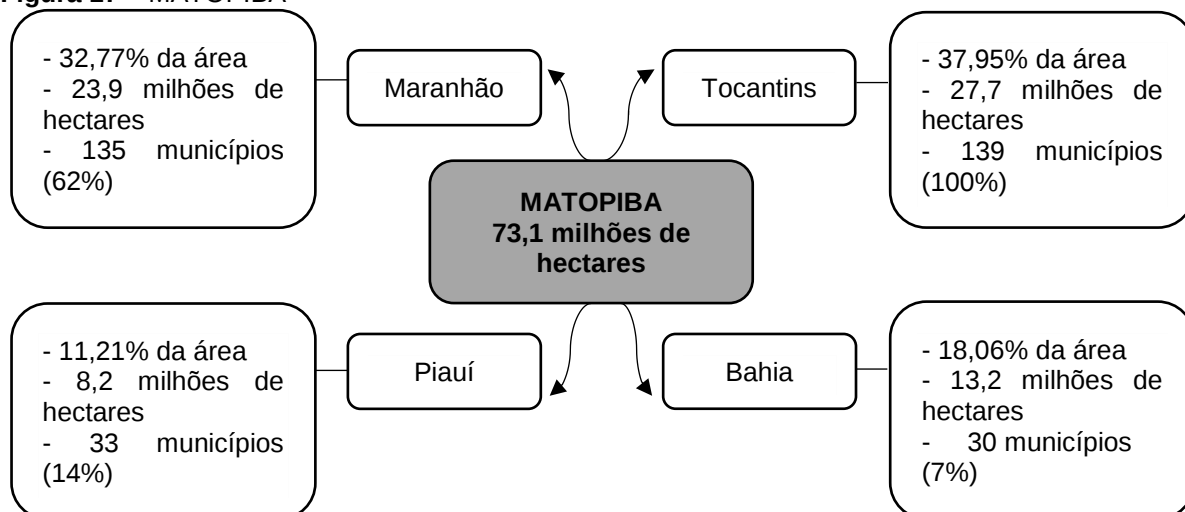
#### **4.2 MATOPIBA: A última fronteira agrícola do Brasil**

O estado do Tocantins, instituído em 1988 com a divisão do antigo estado de Goiás, é o mais recente dos estados brasileiros. Com uma área territorial de 277.423,627 km<sup>2</sup>, constituído por 139 municípios e com uma população de 1.607.363 pessoas (IBGE, 2021). Tocantins surgiu como parte de um projeto desenvolvimentista e foi delineado para ser explorado. Seu território está inserido na região conhecida como MATOPIBA, expressão considerada como a última fronteira do país.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), consoante à dimensão territorial e municípios abarcados dentro da área do MATOPIBA, compreendem-se os estados do Maranhão (32,77%) com uma área de 23,9 milhões de hectares (ha);

Tocantins (37,95%), com 27,7 milhões de hectares; Piauí (11,21%), com 8,2 milhões de hectares e Bahia (18,06%), com 13,2 milhões de hectares (Figura 17). Esses estados contam com um total de 337 municípios, correspondendo a 135 no Maranhão; 139 no Tocantins; 33 no Piauí e 30 na Bahia. A região abrange 73,1 milhões de hectares e uma população de 25 milhões (CIMI, 2016).

**Figura 17 – MATOPIBA**



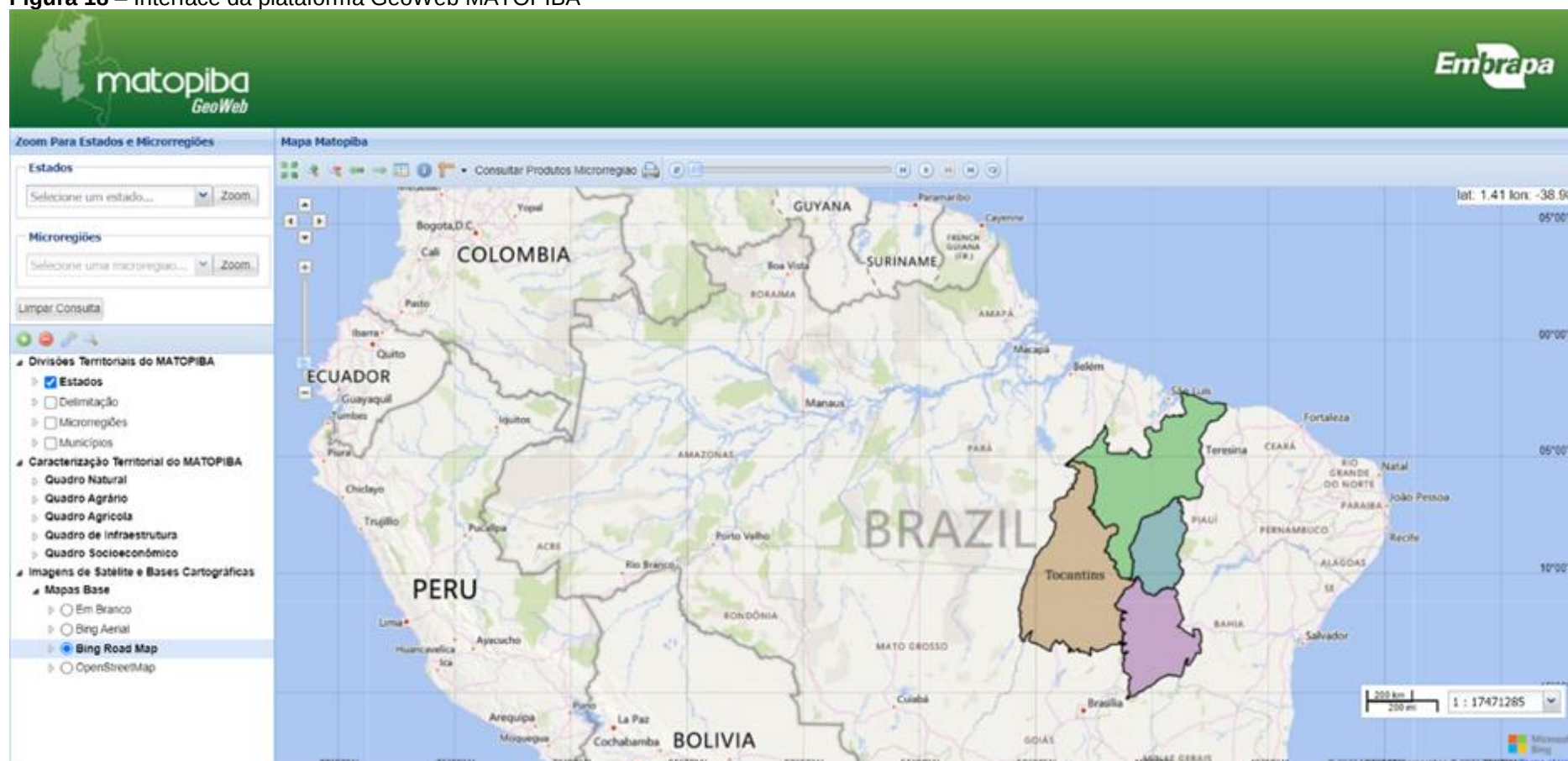
Fonte: Elaborado pela autora com base em CIMI (2016).

O MATOPIBA compõe uma nova e importante fronteira agrícola do país, oficializada pelo Decreto Presidencial nº 8447, em 6 de maio de 2015. É uma área estrategicamente configurada para a expansão do agronegócio e monopolização do território (FELICIANO; ROCHA, 2019). Batista *et al.* (2022, p. 1) apontam que o MATOPIBA é considerado a “[...] última fronteira agrícola do país”, resultado do aumento do agronegócio e do avanço de um modelo produtivo baseado em elevada mecanização.

Por meio da plataforma GeoWeb MATOPIBA, é possível acessar dados espaciais referentes a essa área, incluindo informações sobre o quadro natural; agrícola; agrário; infraestrutura e socioeconômico, conforme destacado na figura 18. A plataforma foi desenvolvida pela Embrapa Territorial e visa disponibilizar, de maneira interativa e integrada, mapas e dados acerca da região do MATOPIBA (EMBRAPA TERRITORIAL, 2020).

Segundo Paes (2021), até metade do século XX, a área em questão era caracterizada por pastagens planas, com vegetação de Cerrado e Caatinga em menor quantidade.

Figura 18 – Interface da plataforma GeoWeb MATOPIBA



Fonte: Embrapa Territorial (2020).

No Tocantins, considera-se a soja como o principal produto exportável e o estado tem recebido maiores investimentos de capital, resultando na abertura de grandes áreas para o plantio (FELICIANO; ROCHA, 2019). Segundo o Governo do Estado do Tocantins (2021b), a soja é o carro-chefe das exportações tocantinenses, alcançando mais de 2,4 milhões de toneladas em 2021, representando na balança comercial US\$ 1,039 bilhão. Em seguida, destaca-se o milho, correspondendo a 271,9 mil toneladas (US\$ 49,1 milhões), bem como a carne bovina, com 47,4 mil toneladas (US\$ 235,8 milhões).

Mediante estimativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), entre os ciclos 2013/2014 e 2023/2024 essa fronteira deverá registrar um aumento de 21,4% na produção de grãos, considerando um período de 11 safras (MAPA, 2022).

As exportações de soja em grão no Brasil, de acordo com o documento Projeções do Agronegócio – Brasil 2021/22 a 2031/32, referem-se à 114,9 milhões de toneladas. Na região do MATOPIBA, apresenta-se projeção de expansão da área destinada ao cultivo de grãos, sobretudo da soja, considerando um aumento de 16,4% na área plantada, devendo atingir 40,2 milhões de toneladas em 2031/32, em uma área de cultivo correspondente a 10,3 milhões de hectares. Para tanto, espera-se um expressivo aumento na produção de grãos na área cultivada.

Conforme Gamba e Collicchio (2018), tem havido recentemente uma intensificação das atividades agrícolas no país, especialmente em relação à produção de soja. No MATOPIBA, percebe-se um aumento expressivo na produção e extensão da área plantada, principalmente da cultura da soja.

Embora essa área pertencente ao MATOPIBA traga benefícios, dentre eles, o econômico, o uso dessas amplas áreas para a produção causa impactos ambientais (GAMBA; COLLICCHIO, 2018). O crescimento dessa região, considerada uma fronteira de oportunidades, desconsidera aspectos de relevância social, ambiental e cultural (BATISTA *et al.*, 2022). Esse contraste escancara a desigualdade social.

Cabe salientar, assim como apontam Silva e Grácio (2020), que as atividades que envolvem o ramo do agronegócio podem ser positivas quando observadas de forma ampla. Entretanto, para os povos originários, assim como para a natureza, os resultados são prejudiciais.

O MATOPIBA é um projeto que visa à expansão do agronegócio na Amazônia Legal e suscita questões preocupantes sobre a degradação ambiental e o impacto na vida das diversas comunidades tradicionais que moram na região apresentada, sobretudo os povos indígenas (CIMI, 2016).

O CIMI (2016) aponta algumas preocupações concernentes à interferência do MATOPIBA na natureza e na vida dos povos que habitam a região. Há questionamentos sobre as consequências dessa fronteira que, em vez de progresso, resulta em impactos sociais considerados graves, potencializados pela destruição do bioma Cerrado, resultados que geram implicações, pois agravam a pobreza e forçam muitos a abandonarem seus territórios, provocando o êxodo rural.

Observam-se outros impactos preocupantes que o projeto de extensão agrícola pode gerar, como dano ambiental, o desaparecimento de nascentes e rios menores, a grilagem<sup>14</sup> de terras, a violência tanto física como psicológica contra os povos tradicionais, a intensificação das situações do trabalho escravo, as desigualdades econômicas e sociais, além dos impactos ambientais decorrentes do uso acentuado da pulverização aérea de agrotóxicos, assim como a utilização de tratores e correntões (CIMI, 2016).

Martins (1996) nos apresenta reflexões acerca da expansão capitalista nas fronteiras e os conflitos sociais ocorridos entre a população local e as grandes empresas rurais. Para Martins (1996, p. 27), “[...] o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro”.

Segundo Batista *et al.* (2022), por conta da expansão das atividades agropecuárias, a partir do cultivo de grãos, principalmente da soja, no decorrer das últimas décadas, ocorreram rápidas transformações concernentes à dinâmica ocupacional do solo. O território pertence ao bioma Cerrado e, devido a essa expansão agrícola, acontecem mudanças econômicas e sociais, visto que as condições referentes ao clima e solo são favoráveis.

O artigo 225 da Constituição Federal de 1988, que se refere ao direito ambiental no país, estabelece:

---

<sup>14</sup> Conforme destacado por Moraes e Souza (2022), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) aponta que grilagem ou grilo se refere a toda e qualquer atividade ilícita que busca transferir terras públicas para a posse de terceiros, iniciando em escritórios e se consolidando por meio da posse de terras.

[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

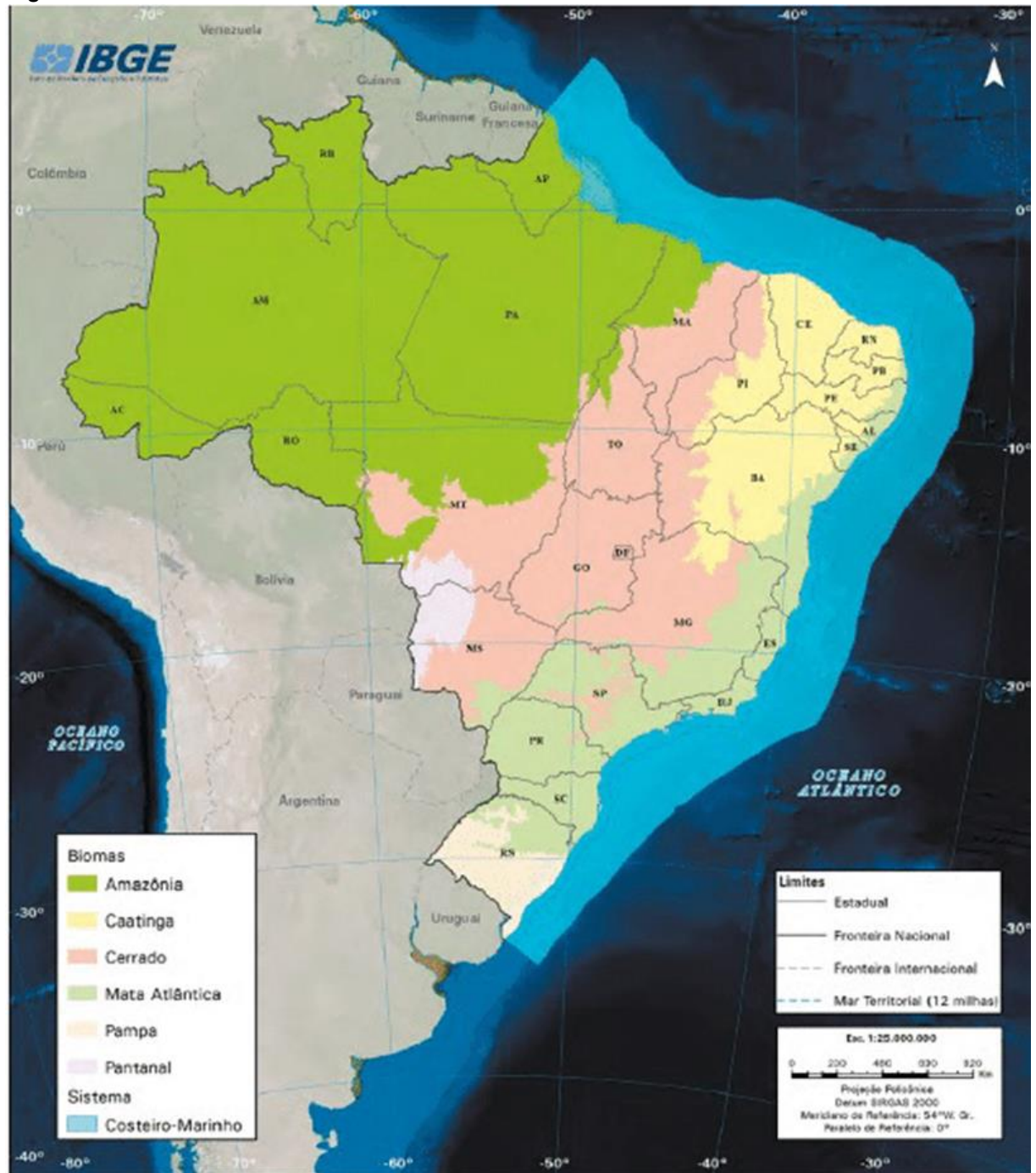
Ainda, no § 4º, destaca-se:

A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização ocorre na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (BRASIL, 1988).

Perante ao apresentado, o artigo em destaque menciona algumas regiões do Brasil, considerando-as como patrimônio nacional, todavia, o Cerrado não é citado, o que nos leva a indagar sobre o histórico de descaso em relação a esse bioma.

A elaboração de alguns documentos e legislações voltados para a proteção do Cerrado ocorreu apenas após a promulgação da Constituição, o que denota a falta de proteção e valorização desse importante bioma na estrutura política do Brasil. No MATOPIBA, por exemplo, há grande preocupação em relação à preservação desse bioma (figura 19).

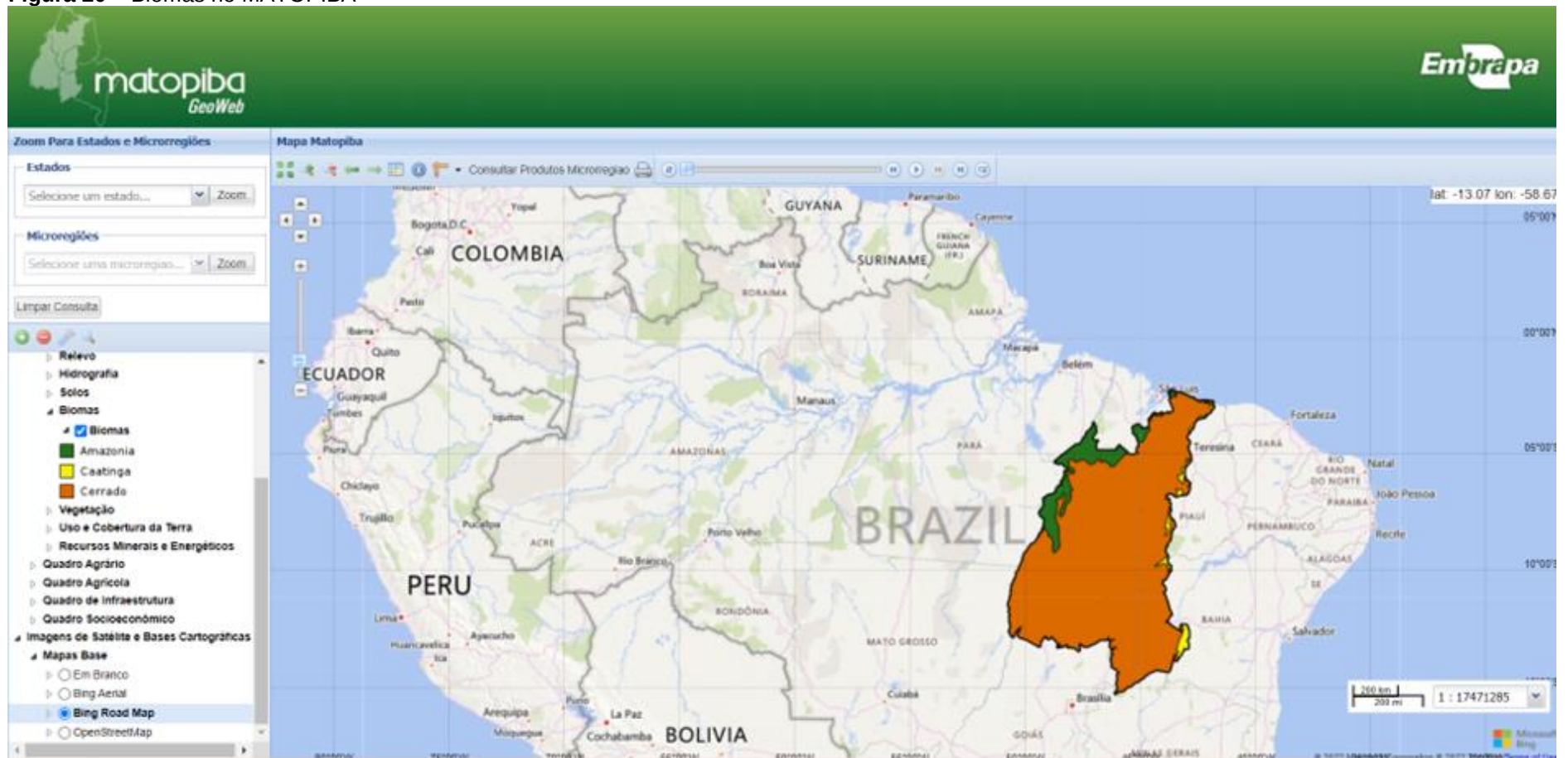
**Figura 19 – Biomas no Brasil**



Fonte: IBGE (2019).

Gamba e Collicchio (2018) apontam que o bioma Cerrado apresenta condições favoráveis para a produção da soja, como clima e relevo. Dentro do MATOPIBA, o maior bioma é o Cerrado, representando 90,94%. Outros biomas estão inseridos na região como a Amazônia (7,27%) e a Caatinga (1,64%), de acordo com a figura 20 (PAES, 2021):

Figura 20 – Biomas no MATOPIBA



Fonte: Embrapa Territorial (2020).

Conforme o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) (2022), na América do Sul, o Cerrado corresponde ao segundo maior bioma. No Brasil, sua área equivale a aproximadamente 23,3% da totalidade territorial. Localiza-se na região central do país e faz divisa com outros biomas, “[...] a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica, a Caatinga e o Pantanal” (CIMI, 2016).

Segundo Blanco *et al.* (2022), a principal característica do uso da terra no Cerrado é a expansão no ramo da agropecuária na região, de maneira que “[...] a vegetação campestre e florestal vem sendo substituída pela pastagem e áreas agrícolas” (BLANCO *et al.*, 2022, p. 122). Isso tem gerado impactos tanto para o bioma do Cerrado como para as comunidades agroextrativistas que necessitam da agricultura tradicional (BLANCO *et al.*, 2022).

No MATOPIBA vivem diversos povos tradicionais, dentre eles os povos originários. Paes (2021) aponta que, por meio de um levantamento realizado pelo Grupo de Inteligência e Estratégia (GITE), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), há na área apresentada, aproximadamente, “[...] 324 mil estabelecimentos agrícolas, 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas, 36 territórios quilombolas e 1053 assentamentos de reforma agrária”.

Diante do contexto atual em que vários direitos indígenas são frequentemente violados, há a necessidade de visibilização das questões referentes aos povos indígenas. Silva e Grácio (2020, p. 132) citam que há um reflexo de intensificação acerca dos projetos agrícolas realizados no estado, que modificaram os territórios originários em “[...] ilhas verdes cercadas de grãos por todos os lados”. Tal fato atrela-se ao modelo de desenvolvimento que, adotado pelo estado, corresponde aos avanços relativos ao agronegócio e aos empreendimentos hidrelétricos.

Neste sentido, observa-se que, desde a criação política do estado, tem ocorrido um aumento significativo da área de agricultura extensiva, com a presença de grandes fazendas, voltadas para a produção de *commodities*<sup>15</sup>, produtos agrícolas e mercadorias destinadas à comercialização internacional. Essa transformação tem alterado a paisagem geográfica, mudando e impactando a vida dos diversos povos que vivem nos territórios indígenas do Tocantins.

---

<sup>15</sup> Sousa (2022, p. 9) aponta que o termo *commodities* se relaciona a uma expressão que vem da língua inglesa e tem como significado, mercadorias, de forma que “[...] difundiu-se pelos economistas ao se tratar de produtos de origem primária”.

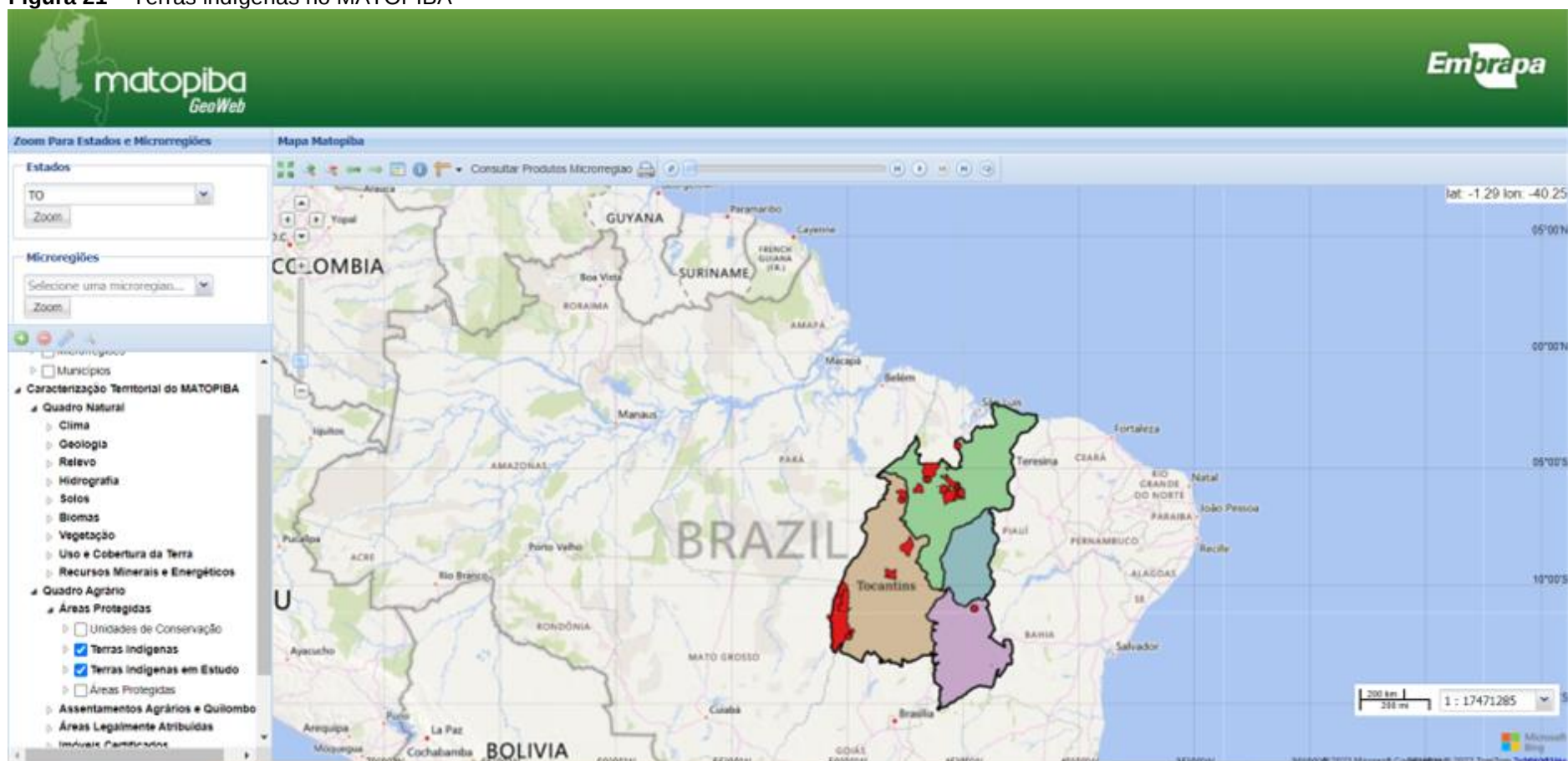
Os povos originários, bem como as demais comunidades tradicionais, possuem forte relação com o território, o qual é necessário para garantia de sua sobrevivência, assim como para a preservação do modo de vida tradicional. Todavia, o atual modelo de “desenvolvimento”, apoiado na exploração demasiada dos bens naturais, tem ocasionado grandes impactos. Esse desenvolvimentismo, ao priorizar a busca pela lucratividade, a exploração dos recursos naturais e seu desenfreio, interfere diretamente no estilo de vida dos povos viventes nessas áreas (CIMI, 2016).

Morales *et al.* (2019) apontam para as relações entre a sociedade e o meio ambiente, os quais são conectados por fatores históricos conflitivos, sobretudo em territórios habitados por diversos povos. Cada grupo constrói sua própria produção simbólica e cultural, a partir das várias maneiras de representação do ser humano em interação com a natureza.

A natureza retrata o suporte da vida social e está diretamente conectada às crenças, conhecimentos e às relações históricas. Dessa maneira, vale enfatizar que o território está intimamente ligado à forma como as comunidades indígenas fundamentam sua vivência, sendo uma construção cultural que se sobrepõe ao espaço geográfico. Por sua natureza social, o ser humano é, por decorrência, um ser cultural, pautado por suas tradições e valores (MORAES *et al.*, 2017).

Ao longo do tempo, a territorialidade indígena foi se modificando. Feliciano e Rocha (2019) destacam que, no estado tocaninense, as microrregiões geográficas destacadas pelo IBGE que fazem parte do MATOPIBA “[...] são as do Bico do Papagaio, Araguaína, Miracema do Tocantins, Rio Formoso, Gurupi, Porto Nacional, Jalapão e Dianópolis”. Essas microrregiões possuem o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) dentro da área tocaninense, “[...] conflitando com territórios indígenas, quilombolas e camponeses” (FELICIANO; ROCHA, 2019, p. 240). Na figura 21, apresentam-se as terras indígenas no MATOPIBA, incluindo aquelas em estudo:

**Figura 21 – Terras indígenas no MATOPIBA**



Fonte: Embrapa Territorial (2020).

De tal modo, como aponta o CIMI (2016), há uma grande dissociação do que a terra significa para cada grupo. Para os representantes do agronegócio, por exemplo, a terra é sinônimo de lucro, já os povos tradicionais prezam pela proteção à natureza e possuem forte ligação com a terra, considerando-a como sagrada. Portanto, a relação da terra é antagônica, com significados bem diferentes para cada grupo, pois para um envolve a lucratividade e para o outro, o bem viver. Assim como ressaltado por Souza *et al.* (2021, p. 6), “[...] o modo de vida indígena é holístico e o bem-estar dele advindo requer equilíbrio territorial com o ecossistema”.

Neste viés, destaca-se um apontamento de Ailton Krenak, que nos leva a reflexão acerca da política desenvolvimentista.

[...] Porque eles tomam bancadas no Congresso, se intitulam “bancada ruralista”. São reacionários, latifundiários, e se acham grandes contribuintes para o nosso “progresso”, digamos assim. Então nessa posição de patrocinadores do nosso progresso, esses senhores se acham no direito de fazer todo o tipo de barbárie, inclusive de mover um genocídio contra o povo Kaiowá Guarani no Mato Grosso do Sul, justificando que esse ano eles exportaram 200 milhões de toneladas de grão, sendo que a maior parte desses grãos é soja. É monocultivo, usa veneno, envenena os mananciais, os corpos d’água, envenenam as pessoas diretamente, não precisa nem esperar para beber água depois, já pode beber o veneno direto. E só pelo fato dessa gente internalizar na economia brasileira alguns bilhões, eles se acham no direito de envenenar a gente. Isso é recolonização (KRENAK, 2015, p. 333-334).

Nessa importante indagação, Krenak nos alerta a respeito do impacto do “recolonizar” na vida dos povos originários.

Recolonizar é isso. Recolonizar é botar para dentro uma demanda que não é nossa, exportar nossa água e o nosso solo, criar pobreza nesses lugares, não dar oportunidade para essas pessoas se estabelecerem com dignidade. E o máximo que cabe para esses vizinhos desses empreendimentos é ser uma mão de obra barata, com o agravante de que as tecnologias hoje aplicadas nessa área, nessa produção em grande escala, cada vez mais ela dispensa a mão de obra humana e especializa o uso de máquinas, de outras tecnologias caras que a gente não fabrica, a gente compra. Então nós vamos criando esse círculo de dependência, onde os povos indígenas e os territórios onde os povos indígenas ainda conseguem subsistir estão se constituindo quase que como os últimos redutos onde a fauna e alguma biodiversidade pode subsistir (KRENAK, 2015, p. 334).

Krenak enfatiza a questão do “recolonizar” e ressalta o quanto isso afeta as paisagens que serão deixadas para as futuras gerações.

Nós não podemos deixar que essa recolonização se consolide de uma maneira tão automática e que isso vire uma coisa natural, porque os nossos filhos e nossos netos é que vão herdar esse futuro duvidoso, além desse lugar que nós aprendemos a amar, que são os lugares dos rios, das florestas, das montanhas serem também apropriados por gente que não sabe cuidar deles. Que vão estragar essas paisagens cada vez mais (KRENAK, 2015, p. 339).

Para tanto, nota-se que o MATOPIBA é uma área em constante expansão da produção agropecuária, o que afeta tanto as comunidades rurais como o bioma Cerrado, impactando diretamente os povos tradicionais, que se tornam invisibilizados por causa do projeto desenvolvimentista do MATOPIBA.

O Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (RAD), do MapBiomas, “[...] analisa os alertas de desmatamentos detectados no Brasil no ano de 2021 e que foram validados e refinados sobre imagens de satélite de alta resolução pelo MapBiomas Alerta” (RAD, 2022, p. 16).

Conforme notado na figura 22, no ano de 2021, 23,6% da área desmatada no país se concentrou no MATOPIBA, representando um acréscimo de 14% da área desmatada em comparativo a 2020, com 5.206 alertas e 391.559 hectares desmatados. Concernente aos desmatamentos no Cerrado, em 2021, a maior parte ocorreu no MATOPIBA, correspondendo a “[...] cerca de 72,5% da área de supressão de vegetação nativa do bioma” (RAD, 2022, p. 38).

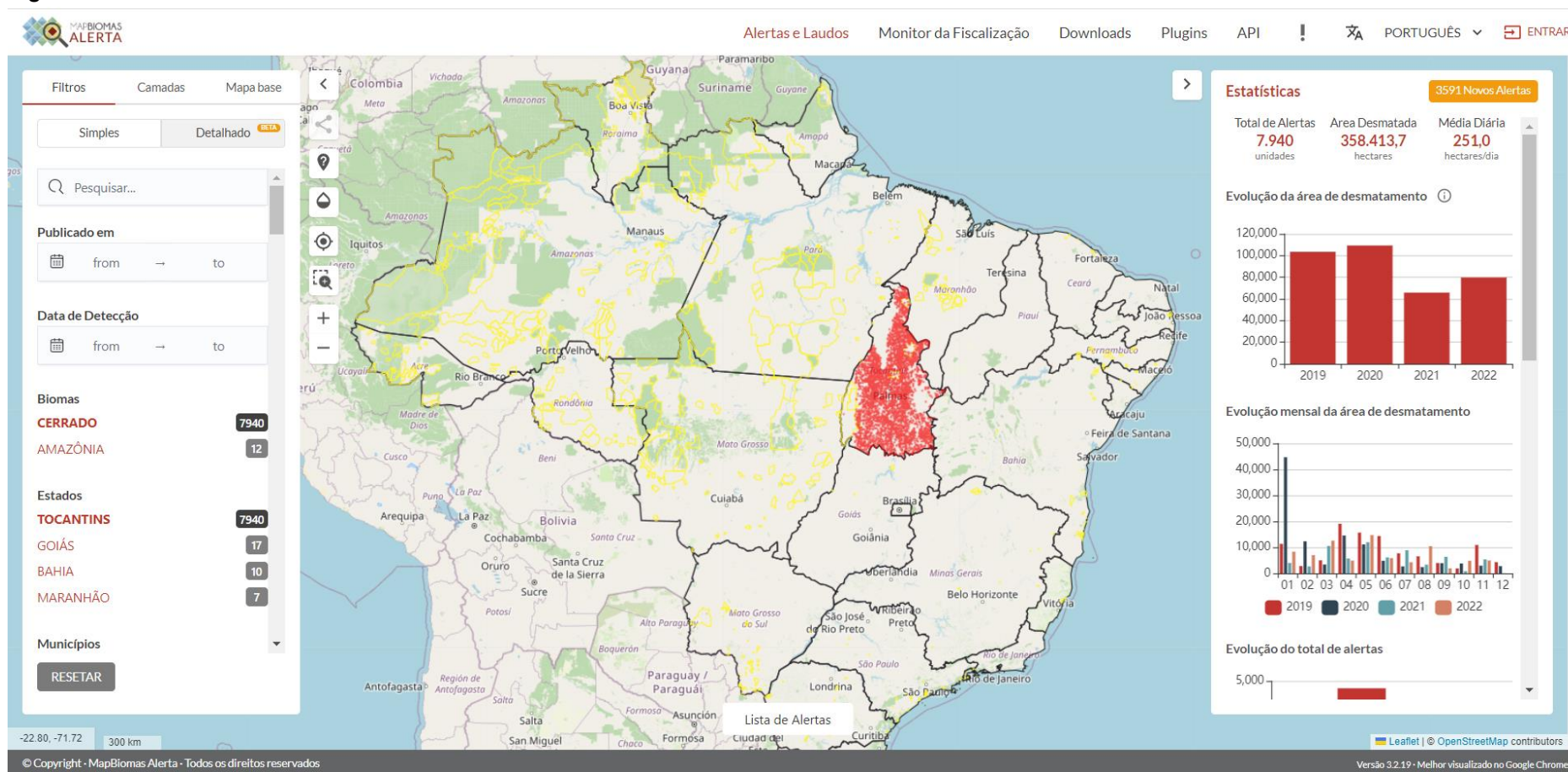
**Figura 22 – Desmatamento no MATOPIBA**

| <b>Ranking</b>      | <b>2019</b> | <b>2020</b> | <b>2021</b> | <b>% 2021<br/>no<br/>Brasil</b> | <b>% 2021<br/>do<br/>bioma<br/>Cerrado</b> | <b>Variação<br/>2020-2021</b> |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|---------------------------------|--------------------------------------------|-------------------------------|
| Número de Alertas   | 4.598       | 5.795       | 5.206       | 7,5 %                           | 56,7%                                      | <b>-18,2 %</b>                |
| Área Desmatada (ha) | 276.805     | 337.734     | 391.559     | 23,6 %                          | 72,5%                                      | <b>14,0 %</b>                 |

Fonte: RAD (2021).

Em conformidade com a figura 23, no período de 2019 a 2022, foram desmatados 358.413,7 ha, do bioma Cerrado no Tocantins, correspondendo a 103.505 ha, em 2019; 109.324 ha, em 2020; 65.817 ha, em 2021; 79.767 ha, em 2022. Os dados de 2022 se referem até o mês de novembro (MAPBIOMAS, 2023a).

Figura 23 – Área de desmatamento do Cerrado no Tocantins



Fonte: MapBiomias (2023a).

Dessa maneira, fundamentado nos dados apresentados, torna-se evidente que o desmatamento no MATOPIBA vem aumentando gradualmente, acarretando impactos ambientais, sociais e culturais. Em vista disso, as comunidades que vivem no Cerrado são as principais prejudicadas pelo projeto de extensão do agronegócio, o qual resulta em degradação ambiental e impacta a maneira de viver das populações concentradas nessa área.

Embora o estado do Tocantins tenha sido esculpido com o intuito de impulsionar o desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida das pessoas em toda a vasta região, também foi projetado para ser explorado pelo agronegócio e pela mineração. Integrando a última fronteira agrícola do país, já se pode observar extensas áreas desmatadas no bioma Cerrado (figura 23), além do forte impacto da sociedade hegemônica sobre a vida e o território dos povos indígenas.

Na busca de minimizar essa gravidade, tornam-se necessárias e urgentes algumas ações que priorizem a regularização dos territórios, bem como a elaboração e execução de políticas públicas que considerem a participação e a decisão de representantes dos povos indígenas pertencentes a essa região.

O processo de consulta e escuta aos povos indígenas é primordial, visto a importância para que, de fato, os direitos constitucionais sejam garantidos e respeitados, assim como para valorizar os seus aspectos culturais, dentre eles, os seus saberes tradicionais. É importante ressaltar que as políticas destinadas aos povos indígenas devem ter suas especificidades. Conforme apontado por Silva e Grácio (2020, p. 142) “[...] as políticas de estado devem reconhecer a sociodiversidade indígena e a partir desse ponto estabelecer as escutas necessárias”, para promover diálogos na perspectiva intercultural e buscar a efetividade dessas políticas.

A participação dos grupos originários no que diz respeito às decisões sobre os assuntos de seus interesses, é considerada uma grande conquista, uma vez que ainda é um desafio garantir a representatividade indígena nesses processos decisórios, especialmente pelo fato de que os indígenas precisam de políticas públicas diferenciadas, já que possuem culturas diversas e específicas de cada grupo (RODRIGUES *et al.*, 2021).

Rodrigues *et al.* (2021) apontam que as comunidades indígenas necessitam de políticas públicas específicas devido às suas peculiaridades. No tocante às políticas públicas indigenistas, anteriormente, eram elaboradas por órgãos federais e por não indígenas que não possuíam *expertise* sobre as especificidades de

cada grupo indígena. Todavia, com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, os direitos indígenas foram reconhecidos e a atuação dos povos originários passou a ser de modo “[...] participacionista e não integracionista” na relação com o Estado (RODRIGUES *et al.*, 2021, p. 8).

Mediante o cenário atual, considera-se de grande relevância abordar sobre o Marco Temporal, uma tese atualmente debatida a qual defende que os indígenas podem reivindicar somente as terras demarcadas desde que haja comprovação de que habitavam a área requerida até o dia 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição Federal. No entanto, debates sobre outros âmbitos relacionados a essa questão precisam ser realizados.

Carneiro da Cunha (2014) ressalta a importância das Convenções 107 e 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A primeira convenção internacional a estabelecer proteções fundamentais para os povos originários foi a Convenção 107, de 1957, porém, foi a partir da Convenção 169 que os indígenas passaram a ter o direito de participar nas discussões sobre suas políticas específicas. A autora aponta que a Convenção 107 não permitia a participação indígena nas discussões referentes às suas necessidades. O envolvimento indígena na formulação de suas próprias políticas e a conquista da presença no espaço político ocorreram em 1989, com a alternância da Convenção 107 pela Convenção 169 da OIT (CARNEIRO DA CUNHA, 2014).

Ao abordar sobre políticas públicas, sobretudo aquelas direcionadas aos povos indígenas, destaca-se que os movimentos indígenas se fazem importantes e necessários. Com o surgimento desses movimentos, houve uma contribuição no que tange à representatividade indígena no desenvolvimento de políticas públicas. Carneiro da Cunha (1992) corrobora que, no final da década de 1970 e início de 1980, as organizações não governamentais que apoiavam os povos originários se organizaram nacionalmente pela primeira vez, o que resultou em um movimento indígena, capaz de ocupar as arenas políticas em busca de seus interesses concernentes às políticas públicas.

Ao se referir à política pública, a mesma “[...] compreende um conjunto de procedimentos destinados à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos” (RUA, 1997, p. 4). Rodrigues *et al.* (2021) ressaltam a importância do diálogo entre indígenas e o Estado, enfatizando que é dever deste último elaborar políticas públicas diferenciadas e específicas para cada povo indígena.

Carneiro da Cunha (2014) menciona que existem políticas culturais para os indígenas, assim como políticas dos indígenas e explicita que tais políticas não possuem o mesmo significado. A implementação de políticas públicas voltadas para os povos originários no território brasileiro é de grande relevância para garantir os direitos desses grupos.

Para tanto, é necessário refletir que, embora tenham ocorrido avanços significativos, é importante que a participação dos indígenas ocorra em todas os períodos do desenvolvimento das políticas públicas, para que as mudanças de fato aconteçam.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de mestrado intitulada “Estudos sobre a origem e a atual paisagem social e geográfica dos povos indígenas da Amazônia tocanтинense”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (PGAD), da FCE/UNESP, Câmpus de Tupã, trouxe como objetivo principal: Compreender a formação e as transformações socioambientais, geográficas e culturais que culminaram na atual paisagem dos povos indígenas da Amazônia tocanтинense. E, a partir deste, a circunscrição do seguinte problema: Como ocorreram a formação e as transformações da atual paisagem social, natural e geográfica dos povos indígenas da Amazônia tocanтинense?

A partir das questões norteadoras, do objetivo geral e do problema central de pesquisa, foram delimitados os três objetivos específicos: 1. Levantar informações histórico-antropológicas sobre os povos originários do Brasil, bem como de seus fluxos migratórios a partir do Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, de Curt Nimuendajú; 2. Descrever as transformações do modo de vida dos povos indígenas do Tocantins em relação às questões territoriais, socioambientais e culturais; 3. Caracterizar a atual paisagem indígena, a partir de um olhar interdisciplinar de estudo sobre a interação entre povos originários e sociedade hegemônica.

Para o alcance dos objetivos propostos, bem como para a construção de resposta ao problema central, o estudo se deu por meio da tipologia de pesquisa exploratória com descritivo histórico, em que as principais técnicas foram a exploração bibliográfica e documental, sobretudo pelas limitações impostas pelo tempo pandêmico, ocasionado pela COVID-19, que inviabilizou a realização de incursões de pesquisa junto às terras indígenas, especialmente à Terra Indígena Funil, do povo Xerente, na região central do Tocantins, assim como diálogos diretos com lideranças indígenas, gestores de políticas públicas e historiadores/pesquisadores.

Por meio da articulação interdisciplinar, inclusive proposta pelo programa de pós-graduação, realizou-se estudo e investigação detalhada na bibliografia disponível, desde obras clássicas, livros acadêmicos de História, Antropologia e Arqueologia e outros de articulação do conhecimento necessário para este estudo, esses próprios da Sociologia, da Museologia e ligados ao Agronegócio. Artigos e capítulos de livros que trouxeram recortes específicos por meio dos trabalhos de seus

autores ajudaram na composição do estado geral do conhecimento nessa área interdisciplinar, com destaque para capítulos dos livros da série Estudos sobre Povos Tradicionais (mantido pela Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais – RedeCT) e publicada, de modo conjunto, pela Editora da UFRR e Editora Fi.

Outrossim, é importante destacar a importância dos documentos disponibilizados em diversas plataformas virtuais, com destaque para a Plataforma Nimuendajú, assim como *website* do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, *website* do Instituto Socioambiental (ISA), *website* da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) (em janeiro do ano de 2023, a referida fundação teve a sua denominação alterada, anteriormente chamada de Fundação Nacional do Índio), entre outros.

A relação ser humano-natureza é foco de muitos estudos, principalmente em tempos de culminância dos problemas ambientais no planeta. Sabe-se, desde as obras de Jean Jacques Rousseau (Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, de 1754), de Émile Durkheim (Da divisão do trabalho social, de 1893) e de Karl Marx (O Capital, de 1867) que a sociedade humana foi separando os bens de acesso público e os bens privados e ainda separando-se em classes mais e menos abastadas, gerando diferenças matriciais entre os termos sociedade e comunidade, muito bem retratadas na obra de Ferdinand Tönnies (*Gemeinschaft und Gesellschaft*, de 1887). A partir desses clássicos, é primaz destacar os trabalhos de Sigmund Freud (1856-1939), Gilles Lipovetsky (nascido em 1944) e de Zigmund Bauman (1925-2017) sobre o quanto a sociedade tornou-se consumista (inclusive em contraposição ao minimalismo da cultura indígena) e, por decorrência, causando maior impacto sobre o meio ambiente e a natureza.

Importante resgatar, ainda, os fundamentos teóricos estudados e na continuidade desse fio condutor que leva ao recorte deste estudo, os tratados que convergem da Sociologia e da Antropologia e que, lastreiam o entendimento sobre os processos de interação e fricção intercultural nesse contexto, sobrepondo-se a força do poder hegemônico de sociedades capitalistas mais industrializadas sobre povos originários dos diversos continentes colonizados. Dentre outras correntes antropológicas, a Teoria do Difusionismo Cultural, em Franz Boas (1858-1942), traz o demarcador de desmontar a perspectiva do etnocentrismo a partir da convergência dos fundamentos do determinismo geográfico e do particularismo histórico ao qual

todos nós, seres humanos e nossos grupos, somos subordinados para a produção de nosso conhecimento.

Converge, complementarmente e aproximando-se do caso brasileiro, os estudos de Curt Nimuendajú (1883-1945) em relação aos povos originários da América, sobretudo do Brasil, com recorte especial sobre suas culturas, fluxos migratórios e formação de territórios. Desde esse demarcador teórico, imprescindível citar Florestan Fernandes (1920-1995) em seus estudos sobre a produção do conhecimento indígena e Darcy Ribeiro (1922-1997), com diversas obras sobre a questão indígena, em especial “Os Índios e a Civilização” (1977).

A teoria estudada, que se desdobra desse fio condutor teórico descrito anteriormente, deixa claro o contexto de intensa disputa por terras no Brasil, desde a chegada portuguesa, seguidos por outros grupos de imigrantes em diferentes estágios de colonização. Neste sentido, a violência contra povos originários (indígenas) e posteriormente contra comunidades tradicionais (caiçaras, geraizeiros, pantaneiros, povos de terreiro, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos, dentre outros), se reflete na produção de seus territórios, suas culturas, seus direitos e sobre a situação das políticas públicas específicas que, sabe-se são fortalecidas quando os atores conseguem dialogar nas arenas de debate e ainda terem suas pautas incluídas nas prioridades nacionais.

No caso brasileiro, em específico, esse cenário teórico todo, se estabelece como prática de produção continuada da história de uma nação de dimensões continentais, de ampla riqueza mineral, florestal e hidrográfica, de biomas riquíssimos, de rica diversidade cultural e de fortes interesses capitais que fazem sombra sobre a democracia, e nela, sobre direitos e políticas públicas.

A História do Brasil, contada pelos vitoriosos de intensos e contínuos combates, precisa ser recontada. Para isso, estudos e pesquisas acerca da formação dos povos, culturas e territórios em diversas regiões são muito importantes, pois têm o potencial de trazer perspectivas e experiências distintas em um tempo de direito à fala e produção de narrativas mais fidedignas sobre o povo brasileiro.

Assim, a partir de todos os estudos realizados, pode-se reforçar o entendimento de que os povos originários, de modo geral, possuem uma forte conexão de respeito com a terra e os elementos da natureza, resultando, desde sempre, em um baixo impacto antrópico sobre o meio ambiente. Suas culturas, independentemente da etnia indígena, são minimalistas no sentido de necessidades

e desejos humanos, o que gera uma baixa demanda por consumo dos bens disponíveis no meio ambiente, reforçando o entendimento anterior de baixo impacto sobre a natureza.

Constata-se que, ao longo do tempo, desde a invasão europeia no século XV, os povos indígenas enfrentam inúmeros desafios e lutam para a garantia de seus direitos, que muitas vezes são violados. A pesquisa em questão foi desenvolvida a partir do complexo cenário de aumento de conflitos no campo, que afeta diretamente a vida dos povos originários, a maioria dos quais reside em áreas rurais, em terras indígenas demarcadas (ou ainda em processo de estudos e lutas pela demarcação) e aborda com criticidade as transformações ocorridas desde as origens até a paisagem indígena atual no estado tocantinense.

O estado do Tocantins é compreendido como um recorte geográfico privilegiado para a pesquisa acerca das interações e fricções entre os povos originários e o poder hegemônico, nesses termos postos pelo perfil de grandes proprietários de terra, posseiros, madeireiros e garimpeiros que, de modo geral, orientam-se à lógica do capital. Como um dos estados mais recentes da Federação Brasileira, criado com a Constituição Federal de 1988, está cravado na região central do país, entre o Planalto Central (e suas serras) e os vales dos rios Araguaia e Tocantins (afluentes do rio Amazonas). Essas terras foram primeiramente ocupadas pelos povos originários descritos em seções anteriores.

Na busca do entendimento acerca dos povos indígenas do Brasil Central e amazônico, de modo geral, e da Amazônia tocantinense, em específico, o estudo aportou-se fortemente sobre as contribuições significativas do Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes (1944), de Curt Nimuendajú, importante pesquisador no campo da etnologia indígena brasileira. Nesse admirável documento, apresentaram-se informações sobre diversos aspectos culturais relativos aos povos originários extintos e existentes no país.

Por meio das informações advindas desse mapa, que teve sua última versão no ano de 1944, foram observadas a presença de povos indígenas em diversas localidades do país, de modo a compreender os fluxos migratórios ocorridos resultantes do processo historiográfico de ocupação no território brasileiro, que foi disputado violentamente desde a invasão.

No recorte geográfico da pesquisa, foram apresentados os povos originários registrados no Mapa de Curt Nimuendajú, a partir do atual estado do

Tocantins e regiões circunvizinhas. É possível notar mudanças relativas à presença dos grupos indígenas que habitam o estado do Tocantins (anteriormente conhecido como Norte de Goiás). Ao longo do tempo, observam-se deslocamentos e extinção de povos.

Dentre os avanços de um novo processo de colonização, em que antigas lavouras e fazendas de criação são repaginadas em agronegócio, visando uma lógica capitalista mais eficiente aos interesses de produção e retorno sobre os investimentos, surgem grandes regiões de produção conhecidas como fronteiras agrícolas. Neste sentido, dentro do recorte desta pesquisa, destaca-se a região denominada de MATOPIBA, que reúne as siglas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Essa região foi estudada para fornecer informações sobre a última fronteira agrícola do território brasileiro, sendo que o Tocantins, que pertence à Amazônia Legal brasileira, é um dos estados envolvidos.

Os dados apresentados revelam os impactos decorrentes dessa área que foi estrategicamente configurada para o avanço do agronegócio, por meio de um modelo produtivo de elevada mecanização, que afeta a vivência e os territórios dos povos originários presentes na região, além de causar prejuízos ambientais.

Os estudos tratados e acessados indicam fortes impactos culturais, sociais e ambientais causados pela produção da fronteira agrícola, inclusive sobre os povos originários e as demais comunidades tradicionais. Consoante aos dados apresentados na pesquisa, esses impactos se referem à degradação ambiental, como o desaparecimento de nascentes e pequenos rios, a destruição dos biomas, principalmente o Cerrado e a alteração da paisagem geográfica. Além disso, há problemas como a grilagem de terras, o agravamento da pobreza, das desigualdades sociais, o êxodo rural, entre outros.

Para tanto, reflexões são suscitadas a respeito desses desafios, como a consulta prévia e a elaboração de políticas públicas que contemplem as particularidades culturais de cada grupo indígena, tendo primordialmente a participação de representantes indígenas em todas as fases de elaboração e execução.

É uma área considerada de grandes oportunidades econômicas geradas pelo agronegócio, no entanto, conforme mencionado anteriormente, essas atividades têm impactos significativos no meio e em suas populações. Observa-se um aumento projetado na produção, principalmente de soja, o que acaba conflitando ainda mais

com os territórios indígenas. Por conseguinte, isso gera uma controvérsia a respeito do que a terra significa para os diferentes grupos. Nota-se que enquanto para alguns representantes do agronegócio a terra simboliza o lucro, para os povos indígenas, concretiza-se como sacralidade e bem-viver. Ademais, enfatiza-se que, para esses povos, a natureza e o meio ambiente são parte de suas tradições e da sustentabilidade cultural.

Contudo, é pertinente destacar a conclusão dada ao problema de pesquisa proposto, que trouxe contribuições e informações acerca da formação e das transformações da atual paisagem social, natural e geográfica dos povos indígenas da Amazônia tocantinense sob uma perspectiva interdisciplinar. Foi observado que os conflitos sofridos pelos povos indígenas desde o século XV resultaram na extinção de alguns grupos indígenas e em fluxos migratórios recorrentes, ocasionados por inúmeras disputas em seus territórios originais, o que afeta diretamente suas culturas e *modus vivendi*. Para os povos originários, o território é central em aspectos sociais, culturais, ambientais, dentre outros, sendo necessários para que mantenham seus costumes e tradições.

Destarte, espera-se que os resultados da pesquisa possam contribuir com o debate acadêmico, assim como para os povos indígenas e sociedade em geral. Esse debate contribui na busca pelo reconhecimento e a valorização das diversidades culturais indígenas. Os povos originários ainda enfrentam preconceito, desigualdade, invisibilidade e é urgente a necessidade de discutir a temática para desconstruir estereótipos e narrativas preconceituosas e eurocêntricas que ainda persistem.

A dissertação, bem como os artigos dela desdobrados, poderão ser utilizados como fonte bibliográfica-documental para os trabalhos dos gestores e responsáveis pela produção, execução e decisões de políticas públicas específicas sobre povos indígenas do estado tocantinense, na Amazônia Legal brasileira, trazendo mais informações e conhecimento sobre a vida cultural desses grupos indígenas, além de avançar com o campo do conhecimento específico, produzindo uma historiografia dos grupos indígenas do estado brasileiro abordado.

Observa-se que os povos indígenas estão assumindo cada vez mais o protagonismo, reafirmando suas narrativas e reivindicando seus direitos. É necessário desconstruir ideias equivocadas sobre os povos indígenas, que tiveram historicamente suas vidas ceifadas, suas terras invadidas, entre outras interferências

postas por meio de processos violentos. A eles, várias violências foram acarretadas e são historicamente ameaçados, tendo seus direitos violados constantemente.

Recomenda-se o aprofundamento da temática para futuras pesquisas, dada a importância deste estudo para o fortalecimento cultural dos povos indígenas. Os guardiões da floresta resistem para o bem coletivo dos seus descendentes e para o bem maior do planeta terra e de toda a humanidade.

## REFERÊNCIAS

- ACAM PORTINARI-Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari. **Institucional**. Brodowski, SP, [2021]. Disponível em: <https://www.acamportinari.org/institucional/acam-portinari/>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- ALMEIDA, Elson Pereira de; VIDAL, Maria Rita. Percepções indígenas a partir da paisagem: Dinâmicas ambientais e socioambientais na Aldeia Kyikatêjê. **Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 15, p. 41-51. 2021. Disponível em: <http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/683>. Acesso em: 5 jan. 2023.
- ALVES, Daíse; VIEIRA, Martha Victor. Territorialidade e demarcação de terras indígenas no Tocantins: o histórico dos Karajá do Norte. **Revista Nanduty**, v. 5, n. 7, p. 91-114, 2017.
- AZEVEDO, Marta Maria. O que o Censo 2022 vai poder mostrar sobre os povos indígenas. In: RICARDO, Fany; KLEIN, Tatiane; SANTOS, Tiago Moreira dos (Org.). **Povos indígenas no Brasil: 2017/2022**. 1. ed. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental, 2023.
- BALDUS, Herbert. Curt Nimuendajú. **Boletim Bibliográfico**. São Paulo, ano 2, v. 8, p. 91-99, 1945. Disponível em: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Abaldus-1945-nimuendaju/Baldus\\_1945\\_CurtNimuendaju.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Abaldus-1945-nimuendaju/Baldus_1945_CurtNimuendaju.pdf). Acesso em: 16 fev. 2022.
- BATISTA, Maria Larissa Bezerra; ALVES, Janaina da Silva; ALVES, Christiane Luci Bezerra Alves; ANDRÉ, Diego de Maria. Análise fatorial e espacial da modernização agrícola no MATOPIBA. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 3, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/34RnBZLjRFZVdCZHP4SBR4z/>. Acesso em: 21 jan. 2023.
- BDTD-Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. **O que é**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (ibict), [s.d.]. Disponível em: <https://bdtb.ibict.br/vufind/Content/whatIs>. Acesso em: 21 maio 2022.
- BIBLIOTECA DIGITAL CURT NIMUENDAJÚ. **Sobre a Biblioteca**. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/index:projeto>. Acesso em: 20 maio 2022.
- BLANCO, Letícia de Souza; CARVALHO, Felipe Teixeira; SANTOS, João Lucas Alves dos; PEREIRA, Vitor Hugo Mendes; DEVES, Beatriz Di Sessa. Agronegócio e suas repercussões no MATOPIBA. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 173-190, 2021.
- BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Tradução: Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BOGÉA, Kátia Santos. Apresentação. In: **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes** / Curt Nimuendajú. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2. ed. Brasília, DF: IPHAN, IBGE, 2017.

BRANCALEONE, Cassio. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**. Ceará, v. 39, n. 1, 2008. Disponível em: [http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v39n2/rcs\\_v39n2a7.pdf](http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v39n2/rcs_v39n2a7.pdf). Acesso em: 6 jan. 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. *In*: UDRY, Consolación; EIDT, Jane Simoni. **Conhecimento tradicional: conceitos e marco legal**. Brasília: Embrapa, 2015.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, [2023]. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 11.355, de 1º de janeiro de 2023**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Povos Indígenas e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11355.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11355.htm). Acesso em: 2 abr. 2023.

CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portal de Periódicos da Capes. **Quem somos**. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2020]. Disponível em: [https://www.periodicos-capes.gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html](https://www.periodicos-capes.gov.br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html). Acesso em: 21 maio 2021.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Políticas culturais e povos indígenas. Uma introdução. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; CESARINO, Pedro de Niemeyer (Orgs). **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

CEPAL-Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Os povos indígenas na América Latina**. Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos. Santiago, Chile: CEPAL, [2015]. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/1/S1420764\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/1/S1420764_pt.pdf). Acesso em: 18 out. 2021.

CIMI-Conselho Indigenista Missionário. **MATOPIBA destrói a natureza e seus povos. 2016**. Palmas, TO: CIMI, [2017]. Disponível em: [https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Matopiba\\_folder-2016.pdf](https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Matopiba_folder-2016.pdf). Acesso em: 5 jan. 2023.

CONDURU, Marise Teles; PEREIRA, José Almir Rodrigues. **Elaboração de trabalhos acadêmicos: normas, critérios e procedimentos**. Belém: EdUFPA, 2010.

COUTINHO, Walter. Os Guarani de Nimuendajú. **Anuário Antropológico**, v. 12, n. 1, p. 287-291, 1988. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6404/7641>. Acesso em: 7 abr. 2022.

CRESWELL, John Ward. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CURY, Marília Xavier. As coleções Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena - Percurso documental, requalificação e colaboração. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 29, p. 1-39, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/nDLRg5v3qsNtYfw8t8RZXfK/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

CURY, Marília Xavier. Museu em conexões: reflexões sobre uma proposta de exposição. **Ciência da Informação**, v. 42, n. 3, set./dez. 2013. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1375>. Acesso em: 20 maio 2022.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente/ USP, [2000].

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EMBRAPA TERRITORIAL. **GeoMATOPIBA**: Inteligência Territorial Estratégica para o MATOPIBA. Campinas, SP: Embrapa Territorial, [2020]. Disponível em: [www.embrapa.br/geoMATOPIBA](http://www.embrapa.br/geoMATOPIBA). Acesso em: 7 dez. 2022.

EMMERICH, Charlotte; LEITE, Yonne. A ortografia dos nomes tribais no mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú. In: **IBGE**: Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú. 2. impressão. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Fundação Nacional Pró-Memória, [1987]. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278\\_1987.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278_1987.pdf). Acesso em: 9 abr. 2022.

FAO-Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **5 maneiras que os povos indígenas estão ajudando o mundo a alcançar a #FomeZero**. ONU News: ONU, [17 ago. 2019]. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/08/1683741#:~:text=Conservam%20e%20restauram%20florestas%20e%20recursos%20naturais&text=Eles%20adaptaram%20seus%20estilos%20de,diminuem%20o%20risco%20de%20desastres>. Acesso em: 28 dez. 2022.

FARIA, Luiz de Castro. Curt Nimuendajú. In: IPHAN, IBGE. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes** / Curt Nimuendajú. 2. ed. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/mapaetnohistorico2ed2017.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 47, p. 230-247, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/download/DOSSI%C3%8A%20MATOPIBA/22>. Acesso em: 18 out. 2021.

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade no Brasil**: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1972.

FERRACINI, Rosemberg; NUNES, Jeovane Gomes. Uma experiência de cartografia social: com o povo indígena Apinajé do estado Tocantins. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 11, n. 24, p. 141-159, 2022.

FREIRE, José Ribamar Bessa. A demarcação das línguas indígenas no Brasil. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; CESARINO, Pedro de Niemeyer (Orgs). **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

FUNAI-Fundação Nacional do Índio. **Quem são?** Brasília, DF: Ministério dos Povos Indígenas, [12 nov. 2013]. Atualizado em 18 nov. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao>. Acesso em: 10 out. 2021.

FUNAI-Fundação Nacional do Índio. **Terras indígenas apresentam o menor índice e desmatamento na Amazônia Legal**. Brasília, DF: Ministério dos Povos Indígenas, [23 jul. 2014]. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2014/terras-indigenas-apresentam-o-menor-indice-de-desmatamento-na-amazonia-legal>. Acesso em: 14 out. 2021.

FUNAI-Fundação Nacional do Índio. Sistema Indigenista de Informações. **Terras indígenas**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, FUNAI, [2022a]. Disponível em: [http://sii.funai.gov.br/funai\\_sii/informacoes\\_indigenas/visao/visao\\_aldeia\\_indigenas.wsp](http://sii.funai.gov.br/funai_sii/informacoes_indigenas/visao/visao_aldeia_indigenas.wsp). Acesso em: 22 maio 2022.

FUNAI-Fundação Nacional do Índio. **Terras indígenas no Brasil**. Brasília, DF: Ministério dos Povos Indígenas, [10 mar. 2021]. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 15 out. 2021.

FUNAI-Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Último censo do IBGE registrou quase 900 mil indígenas no país; dados serão atualizados em 2022**. Brasília, DF: Ministério dos Povos Indígenas, [20 jul. 2022]. Atualizado em 22 jul. 2022. [2022b]. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/ultimo-censo-do-ibge-registrou-quase-900-mil-indigenas-no-pais-dados-serao-atualizados-em-2022>. Acesso em: 5 jan. 2023.

FUNAI-Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Funai passa a se chamar Fundação Nacional dos Povos Indígenas**. Brasília, DF: Ministério dos Povos Indígenas, [02 jan. 2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt->

br/assuntos/noticias/2023/funai-passa-a-se-chamar-fundacao-nacional-dos-povos-indigenas. Acesso em: 18 mar. 2023.

GAMBA, Fábio Brega; COLLICCHIO, Erich. Cultivo da soja em áreas de entorno do Mosaico das Unidades de Conservação do Jalapão, na região do MATOPIBA. **Revista Liberato**, v. 19, n. 32, p. 179-190, 2018.

GARCIA, Marcus Vinicius Carvalho; LOPES, Jorge Domingues. Apontamentos sobre a nova edição do Mapa. In: IPHAN, IBGE. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes** / Curt Nimuendajú. 2. ed. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/mapaetnohistorico2ed2017.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

GEDGS-Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social. GEDGS – LINHAS DE PESQUISA. Tupã: Faculdade de Ciências Engenharia (UNESP Tupã), [26 jan. 2020]. Disponível em: <https://www.tupa.unesp.br/#!/pesquisa/grupo-de-pesquisa-em-democracia-e-gestao-social/equipe/>. Acesso em: 2 set. 2021.

GIRALDIN, Odair; JAVAÉ, Ricardo Tewaxi. Espaço, Tempo e Narrativas: reflexões sobre a cultura Iny/Javaé, Ilha do Bananal, Tocantins, Brasil. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 24, n. 1, e78338, p. 162-189, janeiro de 2022.

GOVERNO DO TOCANTINS. **Criação do estado do Tocantins**. 2022. Disponível em: <https://www.to.gov.br/sectur/l-criacao-do-estado-do-tocantins-1988/69ku6myrjrwe>. Acesso em: 17 mar. 2022.

GOVERNO DO TOCANTINS. **Lideranças de Povos tradicionais comemoram posse de primeira mulher indígena no Governo do Tocantins**. Palmas, TO: Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais, [16 fev. 2023]. Atualizado em: 4 maio 2023. Disponível em: <https://www.to.gov.br/sepot/noticias/liderancas-de-povos-tradicionais-comemoram-posse-de-primeira-mulher-indigena-no-governo-do-tocantins/5db4p91g363i>. Acesso em: 5 maio 2023.

GOVERNO DO TOCANTINS. **Plano Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico**. 01 dez. 2020, 1 vídeo (85 min 45 s). Publicado pelo canal Governo do Tocantins. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=IVpP04ZVMcg&ab\\_channel=GovernodoTocantins](https://www.youtube.com/watch?v=IVpP04ZVMcg&ab_channel=GovernodoTocantins). Acesso em: 16 out. 2021.

GOVERNO DO TOCANTINS. **Povos indígenas integram colcha de retalhos da cultura tocantinense**. Palmas, TO: Governo da Tocantins, [12 abr. 2021a]. Atualizado em: 15 maio 2021. Disponível em: <https://www.to.gov.br/adetuc/noticias/povos-indigenas-integram-colcha-de-retalhos-da-cultura-tocantinense/5y99yqqqljam>. Acesso em: 17 out. 2021.

GOVERNO DO TOCANTINS. **Tocantins 33 anos**: setor produtivo alavanca desenvolvimento econômico do Estado. Palmas, TO: Governo da Tocantins, [8 out. 2021b]. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seagro/noticias/tocantins-33-anos-setor-produtivo-alavanca-desenvolvimento-economico-do-estado/jasumu06i55>. Acesso em: 17 out. 2021.

GOVERNO DO TOCANTINS. **Um Brasil multicultural que fala 274 línguas além do Português**. Palmas, TO: Governo da Tocantins, [16 abr. 2021c]. Atualizado em 15 maio 2021. Disponível em: <https://www.to.gov.br/adetuc/noticias/um-brasil-multicultural-que-fala-274-linguas-alem-do-portugues/695oasqd65m6>. Acesso em: 17 out. 2021.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. *In*: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: MEC/UNESCO, 2006. Disponível em: [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_volume8\\_formacao\\_de\\_professores\\_indigenas\\_repensando\\_trajetorias.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume8_formacao_de_professores_indigenas_repensando_trajetorias.pdf). Acesso em: 18 out. 2021.

GUIMARÃES, Sílvia Maria Ferreira. Panorama Guarani (Mbyá, Nhãdeva, Kayová, Chiriguano). **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 3, n. 1, p. 107-124, 2005.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amazônia Legal**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 7 abr. 2021.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Biomass e Sistema Costeiro-Marinho do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, [2019]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/biomass/#/home>. Acesso em: 20 jan. 2023.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. [2010a]. Disponível em: [https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena\\_censo2010.pdf](https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf). Acesso em: 5 jun. 2021.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas**. Rio de Janeiro: Agência de Notícias IBGE, [10 ago. 2012]. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14262-asi-censo-2010-populacao-indigena-e-de-8969-mil-tem-305-etnias-e-fala-274-idomas>. Acesso em: 5 jun. 2021.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Com a coleta concluída na TI Yanomami, Censo já registra 1.652.876 pessoas indígenas em todo o país**. Rio de Janeiro: IBGE, [3 abr. 2023]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pt/novo-portal-destaques/36595-com-a-coleta-concluida-em-tis-yanomamis-censo-ja-registra-1-652-876-pessoas-indigenas-em-todo-o-pais.html>. Acesso em: 7 abr. 2023.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dividir para conhecer: as diversas divisões regionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Agência de Notícias IBGE, [9 jan. 2018]. Atualizado em 12 jul. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19383-dividir-para-conhecer-as-diversas-divisoes-regionais-do-brasil>. Acesso em: 5 jun. 2021.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2022. **Grupos culturalmente diferenciados**. Rio de Janeiro: IBGE, [2022]. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/povos-e-comunidades-tradicionais.html>. Acesso em: 28 dez. 2022.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapas**. Rio de Janeiro, IBGE, [2010b]. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/mapas-indigenas-2.html>. Acesso em: 5 jun. 2021.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. @Cidades v4.6.46. **Tocantins**. Rio de Janeiro: IBGE, [2023]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>. Acesso em: 14 jun. 2022.

INDTINS-Instituto Indígena do Tocantins. **Povos Indígenas Tocantins**. Tocantins, 21 mar. 2022. Instagram @indtins.to. Disponível em: [https://www.instagram.com/reel/CbXq\\_ZljwMS/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link](https://www.instagram.com/reel/CbXq_ZljwMS/?utm_source=ig_web_copy_link). Acesso em: 22 mar. 2022.

IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2017a. **Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mapa%20Nimuendaju%202017%20vers%C3%A3o%20Jorge%2004092017.pdf>. Acesso em: 8 maio 2021.

IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Mapa Etno-histórico reúne línguas indígenas do Brasil**. Brasília, DF: IPHAN, [30 set. 2017b]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/indl/noticias/detalhes/4350/mapa-etnografico-reune-linguas-indigenas-do-brasil>. Acesso em: 8 maio 2021.

ISA-Instituto Socioambiental. Acervo. Notícias. **Indígenas lamentam perda de documentos históricos em incêndio no Museu Nacional**. São Paulo: Estadão, [20 set. 2018].

ISA-Instituto Socioambiental. **Povos indígenas no Brasil (PIB)**. 2021a. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina\\_principal](https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal). Acesso em: 3 fev. 2023.

ISA-Instituto Socioambiental. **Povos indígenas no Tocantins**. 2021b. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Categoria:Povos\\_ind%C3%ADgenas\\_no\\_Tocantins](https://pib.socioambiental.org/pt/Categoria:Povos_ind%C3%ADgenas_no_Tocantins). Acesso em: 9 jun. 2021.

ISA-Instituto Socioambiental. **Terras indígenas no Brasil**. 2021c. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br>. Acesso em: 5 jan. 2023.

ISA-Instituto Socioambiental. **Terras indígenas no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/brasil>. Acesso em: 18 abr. 2023.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. Paisagens, territórios e pressão colonial. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 327- 343, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/61133>. Acesso em: 21 dez. 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. Quando o povo indígena descobriu o Brasil. In: PONTES, Ana Lúcia de Moura; HACON, Vanessa; ELOY TERENA, Luiz; SANTOS, Ricardo Ventura (eds.). **Vozes indígenas na saúde**: trajetórias, memórias e protagonismos [online]. Belo Horizonte: Piseagrama; Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2022, p. 36-69. ISBN: 978-65-5708-170-9.

LADEIRA, Maria Inês; AZANHA, Gilberto. **Relatório antropológico sobre as comunidades Guarani do “Litoral” do Estado de São Paulo**. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, [1986]. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/GID00015.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LIMA, Sélvia Carneiro de; NAZARENO, Elias. Territórios ameaçados, saberes ressignificados: A cartografia social como possibilidade nas estratégias de luta dos Tapirapé. **Interdisciplinaridade e Meio Ambiente**. São Luis: UFMA, v. 1, p. 247-276, 2014.

MAPA-Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do Agronegócio**. Brasil 2021/22 a 2031/32 Projeções de Longo Prazo. Brasília, DF: MAPA, [2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/producao-de-graos-deve-crescer-36-8-nos-proximos-dez-anos/PROJEEEDOAGRONEGCIO20212022a203132.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2023.

MAPBIOMAS v.7.1-Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil. **Plataforma Mapbiomas Alerta**. v.3.8.1. 2023a. Disponível em: <https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/mapa>. Acesso em: 16 jan. 2023.

MARQUES, Elvio; DEMARCHI, André. Pankararu do Tocantins: história, lutas e identidades de um povo esquecido e sem-terra. **Espaço Ameríndio**, v. 14, n. 1, p. 309-325, 2020.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo social**, v. 8, p. 25-70, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/87HYbTyy3WqHHt49HTWJNJb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital [1867]. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Maria Leci de Bessa; MATTOS, Paulo Henrique Costa; CARNIELLO, Monica Franchi; ARAÚJO, Elvira Aparecida Simões de. O Povo Indígena Javaé da Ilha do Bananal-TO: Uma análise sobre o desenvolvimento dessas comunidades. **Revista Cereus**, v. 5, n. 3, p. 101-116, 2013.

MAURO, Victor Ferri. Etnogênese e reelaboração da cultura entre os Krahô-Kanela e outros povos indígenas. **Espaço Ameríndio**, v. 7, n. 1, p. 37-94, 2013.

MHPIV-Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. **Boletim**. 2022. Disponível em: <https://museuindiavanuire.org.br/boletim-30/>. Acesso em: 9 set. 2022.

MHPIV-Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. **Centro de Referência**. 2020a. Disponível em: <https://museuindiavanuire.org.br/acervo/centro-de-referencia/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

MHPIV-Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. **Institucional**. 2020b. Disponível em: <https://museuindiavanuire.org.br/institucional/o-museu/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cerrado**. [28 jan. 2022]. Atualizado em 8 abr. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/biomas/cerrado>. Acesso em: 7 abr. 2023.

MONTEIRO, Lucas Cabrera. **Mapa das bacias hidrográficas brasileiras**, 2023.

MONTEIRO, Lucas Cabrera. **Mapa dos estados brasileiros**, 2023.

MORAES, Lana; CARVALHO, Carlos; RENDEIRO, Manoel; GIL, Tiago. Eliminando manchas brancas: um desmonte da cartografia indigenista de Curt Nimuendaju. **Hist. Historiogr.**, Ouro Preto, v. 14, n. 37, p. 17-61, set-dez. 2021. Disponível em: <https://revistahh.emnuvens.com.br/revista/article/view/1686>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MORAES, Nelson Russo de. A RedeCT como um espaço necessário: fruto da convergência entre uma demanda socioambiental urgente e da universidade em resistência. *In*: Congresso Científico Internacional da RedeCT (Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais), 1, 2020. **Anais [...]** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

MORAES, Nelson Russo de; CAMPOS, Alexandre de Castro; SILVA, Matheus Leme; SOUZA, Fernando da Cruz. Comunidades tradicionais: cultura e identidade. **Revista Observatório**. Palmas, v. 3, n. 5, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3667/11287>. Acesso em: 11 jan. 2021.

MORAES, Nelson Russo de; CAMPOS, Alexandre de Castro; QUIQUETO, Ana Maria Barbosa. A sociabilidade em Ferdinand Tönnies e o *modus vivendi* de comunidades tradicionais de geraizeiros: aproximações possíveis a partir dos estudos da Comunidade Tradicional da Matinha (Guaraí/Tocantins). **Revista Patrimônio e Memória**, v. 17, n. 1, 2021. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/1312>. Acesso em: 13 jul. 2021.

MORALES, Angélica Góis; FLORES, Carolina Lopes; FORADORI, Maria Laura; MARTINS, Valquiria Cristina. Comunidades originarias y medio ambiente en Argentina y Brasil: derechos, cosmovisiones y relatos. *In*: MORAES, Nelson Russo de; BAPTAGLIN, Leila Adriana; PORTO JÚNIOR, Francisco Gilson Rebouças; MARCÓRIO, Wilcer André; SOUZA, Fernando da Cruz; MARCHETTI, Cristiane Teixeira Bazílio; MORAES, Felipe Góes de. (orgs.). **Povos Originários e Comunidades Tradicionais**. Boa Vista: UFRR/ABEU, 2019. 618 p. E-Book. Disponível em: <https://www.editorafi.org/09comunidade>. Acesso em: 25 maio 2022.

MUNDURUKU, Daniel. **Coisas de índio: versão infantil**. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Callis, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970- 1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

MUSEU DO ÍNDIO. Etnias. Karajá. **Karajá/Iny**. 2023. Disponível em: <http://prodoclin.museudoindio.gov.br/index.php/etnias/karaja/povo>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MUSEU NACIONAL. **O incêndio de 2018**. 2018. Disponível em: [https://www.museunacional.ufrj.br/see/o\\_incendio\\_de\\_2018.html](https://www.museunacional.ufrj.br/see/o_incendio_de_2018.html). Acesso em: 12 dez. 2022.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. **Lançamento da versão digital do mapa etno-histórico de Nimuendajú**. Belém, PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, Agência de Notícias, [26 set. 2017]. Disponível em: <https://www.museu-goeldi.br/noticias/lançamento-da-versão-digital-do-mapa-etno-historico-de-nimuendaju>. Acesso em: 11 dez. 2022.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

NEVES, Eduardo Góes. **Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central**. São Paulo: Ubu Editora/ Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

NHANDEWA, Tiago. **Perspectiva Guarani Nhandewa sobre Formação Intercultural de Professores Indígenas**: Ancestralidade, Espiritualidade, Cosmologia e Línguas Indígenas. 2021. 181 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, FFLCH, São Paulo, 2021.

NIMUENDAJÚ, Curt. Apontamentos sobre os Guarani. **Revista do Museu Paulista**, n. s., v. VIII. Disponível em: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Animuendaju-1954-apontamentos/Nimuendaju\\_1954\\_ApontamentosSobreOsGuarani.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Animuendaju-1954-apontamentos/Nimuendaju_1954_ApontamentosSobreOsGuarani.pdf). Acesso em: 17 jul. 2022.

OIT-Organização Internacional do Trabalho. **Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais**. Genebra: OIT, 1989. Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao\\_169\\_OIT.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf). Acesso em: 21 jan. 2023.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. Os índios do Brasil em 1500. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Luciano. Comunidade e sociedade – Notas sobre a atualidade do pensamento de Ferdinand Tönnies. **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife, v. 4, n. 1, jan./jun. 1998. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1039>. Acesso em: 5 jan. 2021.

ONU-Organização das Nações Unidas. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2023. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ONU-Organização das Nações Unidas. **Novo relatório da ONU: povos indígenas e comunidades tradicionais são os melhores guardiões das florestas da América Latina e do Caribe**. Brasília: ONU, [25 mar. 2021]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/123183-novo-relatorio-da-onu-povos-indigenas-e-comunidades-tradicionais-sao-os-melhores-guardioes>. Acesso em: 12 jan. 2023.

OPAS-Organização Pan-Americana de Saúde. **Folha informativa sobre COVID-19**. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 30 mar. 2023.

OPAS-Organização Pan-Americana de Saúde. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/objetivos-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 22 maio 2022.

PAES, Gustavo. Fundação Joaquim Nabuco. **Panorama Setorial – Força do MATOPIBA**. Recife: Fundaj, 13 out. 2021. Atualizado em 9 nov. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/destaques/observa-fundaj-itens/observa-fundaj/tecnologias-de-convivencias-com-as-secas/panorama-setorial-forca-do-MATOPIBA>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PLATAFORMA NIMUENDAJÚ. **Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes**. 2022. Disponível em: <http://mapa-nimuendaju.eita.coop.br/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

**RELATÓRIO ANUAL DO DESMATAMENTO 2021**. São Paulo, Brasil MapBiomias, 2022. Disponível em: <http://alerta.mapbiomas.org>. Acesso em: 15 dez. 2022.

REVISTA RAIZ – cultura brasileira. Plataforma Nimuendajú mostra a diversidade indígena brasileira em mapa interativo. **Revista RAIZ**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://raiz.art.br/2022/07/01/plataforma-nimuendaju-mostra-a-diversidade-indigena-brasileira-em-mapa-interativo/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

RIBEIRO JUNIOR, Ribamar. **Akrâtikatêjê: dominação e resistência na luta por seu território**. 2014. 104 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade

na Amazônia). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, Pará, 2014.

RIBEIRO, Berta Gleizer. **O índio na história do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Global, 2009.

RIBEIRO, Berta Gleizer. O mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 25, 1982. Disponível em: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aribeiro-1982-mapa/ribeiro\\_1982\\_mapa.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aribeiro-1982-mapa/ribeiro_1982_mapa.pdf). Acesso em: 13 jan. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3.ed. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 7. ed. São Paulo: Global, 2017.

RODRIGUES, João Augusto; MIRANDA, Daniele Guastalli; SOUZA, Fernando da Cruz; MORAES, Nelson Russo de. Políticas públicas indigenistas: dominação estatal. **Research, Society and Development**. v. 10, n. 3, 2021. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/350045810\\_Políticas\\_publicas\\_indigenistas\\_dominacao\\_estatal](https://www.researchgate.net/publication/350045810_Políticas_publicas_indigenistas_dominacao_estatal). Acesso em: 12 abr. 2022.

RODRIGUES, Robson Antônio. **Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no Vale do Rio Feio/Aguapeí**. 2007. 209f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Trad. NEVES, P. Porto Alegre: L&PM, 2019.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 1997.

SANTOS, Alisson Almeida dos. **Os índios Krahô e a expansão do agronegócio no nordeste do estado do Tocantins**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Tocantins, Tocantins, 2019.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1799/A%20natureza%20do%20Espa%C3%A7o.pdf?sequence=>. Acesso em: 19 dez. 2022.

SANTOS, Milton. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, ago./dez. p. 15-26. 1999. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/download%20ad/277/86>. Acesso em: 13 jan. 2022.

SCHRÖDER, Peter. Curt Nimuendajú – um levantamento bibliográfico. **Tellus**, ano. 13, n. 24, p. 39-76, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/download/33/42>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SEEMANN, Jörn. Em busca do lugar de Franz Boas na Geografia Cultural. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 19/20, p. 7-21, jan./dez. 2005. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/download/3487/2415>. Acesso em: 10 maio 2022.

SESAI-Secretaria Especial de Saúde Indígena. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai>. Acesso em: 8 jan. 2023.

SILVA, Lorraine Gomes da; SILVA, Izaias de Souza; SOUZA, José Carlos de. Apropriação do cerrado e pressão nos recursos naturais da terra indígena Avá-Canoeiro e entorno (Goiás). **Revista do Departamento de Geografia**, v. 42, 2022.

SILVA, Ludimila de Miranda Rodrigues; DEUS, José Antônio Souza de. A cartografia histórica de Curt Nimuendaju e a etnogeografia dos índios Krenak. In: Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 3, 2016, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: [https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio2016/pdf/25LudimilaSilva-JoseAntonioDeus\\_3SBCH.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio2016/pdf/25LudimilaSilva-JoseAntonioDeus_3SBCH.pdf). Acesso em: 23 mar. 2022.

SILVA, Reijane Pinheiro da; GRÁCIO, Héber Rogério. O modelo de desenvolvimento do Tocantins e o povo Akwê-Xerente: Impactos socioambientais e desafios interculturalidade. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 13, n. 2, p. 131-144, jul./dez. 2020.

SOUSA, Marcos Vinícius Lopes da Cruz. **A expansão do agronegócio via Matopiba**: As consequências socioambientais da grilagem de terras no Tocantins. 2022. 73 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Tocantins. Miracema do Tocantins, 2022.

SOUZA, Fernando da Cruz; QUIQUETO, Ana Maria Barbosa; LENA, Milena Botelho Azevedo; SANTI, Vilso Junior Chierentin; MORAES, Nelson Russo de. Etnodesenvolvimento e bem-viver: concepções e implicações para políticas públicas. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, 2021.

SOUZA, Márcio. **Amazônia Indígena**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

TERENA, Gilmar. **O novo Ministério dos Povos Indígenas**. São Paulo: Instituto Socioambiental, [16 jan. 2023]. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/o-novo-ministerio-dos-povos-indigenas>. Acesso em: 26 mar. 2023.

TÖNNIES, Ferdinand. **Community and society**. Trad. Charles P. Loomis. EUA: Michigan State University Press, 1957.

UFPE-Universidade Federal de Pernambuco. **Iphan lança Plataforma on-line Nimuendajú**. Recife: UFPE, [30 jun. 2022]. Disponível em: [https://www.ufpe.br/agencia/noticias/-/asset\\_publisher/dlhi8nsrz4hK/content/iphan-lanca-plataforma-on-line-nimuendaju/40615](https://www.ufpe.br/agencia/noticias/-/asset_publisher/dlhi8nsrz4hK/content/iphan-lanca-plataforma-on-line-nimuendaju/40615). Acesso em: 30 jul. 2022.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; RIBEIRO, Helena; DI GIULIO, Gabriela Marques; JAIME, Patrícia Constante; NUNES, João; BÓGUS, Cláudia Maria; ANTUNES, José Leopoldo Ferreira; WALDMAN, Eliseu Alves. Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade.

**Cadernos de Saúde Pública**. v. 36, n. 4, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/SWTDsf6c6nhPcxwq3pwCpcS/?lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. A redescoberta do etnólogo teuto-brasileiro. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 21, 1986.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha; NIMUENDAJÚ, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani**. São Paulo: Hucitec, 1987. Disponível em:

<http://www.etnolinguistica.org/biblio:nimuendaju-1987-apapocuva>. Acesso em: 10 abr. 2022.

WAPICHANA. Joenia. **Perfil Deputada Joenia Wapichana**. Disponível em:

<https://joeniawapichana.com.br/deputada-joenia-wapichana/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

WELPER, Elena. Da vida heróica ao diário erótico: sobre as mortes de Curt Nimuendajú. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, maio/ago., p. 551-585, 2016.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/mana/a/XXgdyrrQXTT3hbyNF63V8sv/?lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2022.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. Significado e efeitos da publicação do mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú para a antropologia brasileira. In: **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú**. 2ª impressão. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278\\_1987.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278_1987.pdf). Acesso em: 9 abr. 2022.